

Ana Catarina Oliveira Fernandes

**O Realojamento e a Qualidade de Vida: O caso de Monte
Espinho, Leça da Palmeira**

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Riscos, Cidades e Ordenamento do
Território, orientada pela Professora Doutora Fátima Loureiro de Matos
e coorientada pela Professora Doutora Paula Guerra Tavares

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Setembro de 2015

O Realojamento e Qualidade de Vida: O caso de Monte Espinho, Leça da Palmeira

Ana Catarina Oliveira Fernandes

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Riscos, Cidades e Ordenamento do Território orientada pela Professora Doutora Fátima Loureiro de Matos e coorientada pela Professora Doutora Paula Guerra Tavares

Membros do Júri

Professora Doutora Fátima Loureiro de Matos
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Professora Doutora Teresa Maria Vieira de Sá Marques
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Professor Doutor José Ramiro Marques de Queiros Gomes Pimenta
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Classificação obtida: 17 valores

Aos meus pais

Índice

Agradecimentos.....	7
Resumo.....	8
Abstract.....	9
Lista de abreviaturas	14
Capítulo 1 - Introdução	16
Capítulo 2 – O Estado da Questão: Enquadramento Concetual da habitação social e qualidade de vida: conceitos e relações.....	20
2.1. A Habitação enquanto direito.....	20
2.2. As políticas da habitação em Portugal	23
2.2.1. Construção de Monte Espinho ao abrigo do PER	27
2.3. A emergência dos bairros sociais como espaços de vivência desqualificada.....	31
2.4. As fragmentações urbanas e dinâmicas da segregação social e espacial nos bairros sociais	33
2.5. Exclusão social e qualidade de vida	36
Capítulo 3 – Territórios, habitação social e qualidade de vida: Uma aproximação a Matosinhos	42
3.1. Caracterização territorial e demográfica	42
3.2. Evolução da habitação social no concelho de Matosinhos.....	45
.....	48
3.3. Breve análise ao parque habitacional do concelho de Matosinhos e o impacto do PER na redução de alojamentos não clássicos	50
3.4. Caracterização dos bairros sociais no concelho de Matosinhos	53
.....	53
3.5. Caracterização do bairro social de Monte Espinho	58
3.5.1. Perfil dos habitantes	63
Capítulo 4 – Viver no bairro: metodologia de abordagem ao bairro Monte Espinho	67
Capítulo 5 – Representações da qualidade de vida no bairro: pertenças, exclusões e fragmentações	73
Capítulo 6 – Olhares, Sonhos e Realidades.....	88
6.1. Análise dos desenhos enquanto representação da habitação real	88
6.2. Análise dos desenhos enquanto representação da habitação de sonho.....	93
6.3. Análise dos desenhos enquanto representação do bairro real e o bairro de sonho	98

Capítulo 7 – Conclusão e Reflexão crítica	104
Referências bibliográficas	108
Sites e endereços electrónicos	116
Legislação	117
Anexos 1 – Conjuntos habitacionais do concelho de Matosinhos	119
Anexos 2 – Gráficos das entrevistas	124
Anexos 3 – As entrevistas	138

Índice de figuras

Figura 1 - Pirâmide de Maslow	21
Figura 2- Referências para a promoção da qualidade arquitetónica e urbanística	30
Figura 3-Referências para a inserção social das famílias.....	30
Figura 4-Suporte para a delimitação dos atributos do conceito de qualidade de vida.....	40
Figura 5-Enquadramento da Área de Estudo - Concelho de Matosinhos	43
Figura 6- Localização dos bairros sociais no concelho de Matosinhos.....	48
Figura 7- Número de fogos por conjunto habitacional.....	49
Figura 8- Género da população dos bairros sociais no concelho de Matosinhos	53
Figura 9- Estrutura etária das pessoas dos bairros sociais no concelho de Matosinhos	53
Figura 10-Etnias nos bairros sociais no concelho de Matosinhos.....	54
Figura 11-Habitações dos bairros sociais no concelho de Matosinhos	54
Figura 12 - Situação profissional	55
Figura 13-Rendas dos bairros sociais no concelho de Matosinhos	56
Figura 14-Famílias dos bairros sociais com e sem RSI.....	56
Figura 15-Dívidas das famílias dos bairros sociais do concelho de Matosinhos	57
Figura 16-Indivíduos isolados com mais de 65 anos nos bairros sociais no concelho de Matosinhos	58
Figura 17-Localização geográfica do bairro social Monte Espinho.....	59
Figura 18-O bairro social Monte Espinho.....	59
Figura 19-Edifícios do bairro social Monte Espinho	60
Figura 21- Logradouros 1	61
Figura 20- Logradouros 2.....	61
Figura 22-Entradas individuais 1	62
Figura 23- Entradas individuais 2	62
Figura 24- Género dos habitantes.....	63
Figura 25- Estrutura etária dos habitantes	63
Figura 26-Situação profissional	64
Figura 27-Habitações literárias.....	65
Figura 28-Desenho nº1	89
Figura 29- Desenho nº2.....	90
Figura 30- Desenho nº3	91
Figura 31-Desenho nº4.....	92
Figura 32-Desenho nº5.....	94
Figura 33-Desenho nº6.....	95
Figura 34-Desenho nº7	96
Figura 35-Desenho nº8.....	97
Figura 36-Desenho nº 9.....	99
Figura 38-Desenho nº 11	100
Figura 37-Desenho nº10.....	100
Figura 39-Desenho nº 12.....	101
Figura 40-Desenho nº13.....	102
Figura 41-Desenho nº14.....	103

Índice de quadros

Quadro 1-População residente no concelho de Matosinhos.....	44
Quadro 2-Distribuição das entidades fomentadoras da Habitação Social.....	47
Quadro 3-Alojamentos clássicos 1991	51
Quadro 4-Alojamentos clássicos 2001	51
Quadro 5-Alojamentos clássicos 2011	52
Quadro 6-Alojamentos não clássicos	52

Agradecimentos

O primeiro e principal agradecimento dirige-se à minha orientadora, a Professora Doutora Fátima Loureiro de Matos, e à minha coorientadora, a Professora Doutora Paula Guerra Tavares, pela diligência com que acompanharam este projeto de mestrado e pela preocupação demonstrada para comigo.

Agradeço à Doutora Marta Dias pela ajuda, pela preocupação, pelo apoio e pela amizade.

Aos meus pais pela força, por serem sempre um abrigo e um porto seguro, por serem a minha inspiração e os meus incentivadores. Ao meu namorado, pela ajuda com o trabalho efetuado no terreno e pelo apoio incondicional.

Às crianças do Centro de Acção Social de Monte Espinho por me deixarem entrar no seu mundo e, sobretudo, por terem entrado no meu – experiência que nunca vou esquecer.

Aos entrevistados pela disponibilidade, pela amabilidade, pelo tempo, pela compreensão e honestidade.

À Dr.^a Vera da Matosinhoshabit pela informação disponibilizada e à Dr.^a Vera da Junta de freguesia de Matosinhos e Leça da Palmeira por me ter concedido a oportunidade de realizar um estágio em todos os aspetos tão gratificante.

E, por último, ao Élio, pela ajuda indispensável ao nível da cartografia.

Resumo

O tema central desta dissertação é a qualidade de vida dos moradores do bairro Monte Espinho, em Leça da Palmeira, em função da aplicação e da adequação do Programa Especial de Realojamento a esse conjunto habitacional social.

Inicialmente, analisamos o estado da questão através de um enquadramento concetual da habitação social e qualidade de vida. Posteriormente, analisamos a habitação social e qualidade de vida no concelho de Matosinhos e no nosso caso de estudo – no qual estabelecemos o perfil do bairro e dos seus moradores através das informações providenciadas pela MatosinhosHabit.

Os índices de qualidade de vida foram quantificados através da metodologia estabelecida, que incidiu na realização de entrevistas aos moradores do bairro e na elaboração de desenhos por crianças filhas desses indivíduos.

Através destas análises, elencamos os aspetos positivos e negativos da aplicação do Programa Especial de Realojamento no bairro, desenvolvemos os fatores associados à segregação e exclusão social e registamos as alterações que poderiam ser efetuadas com vista à melhoria da qualidade de vida dos moradores.

Por fim, refletimos acerca da influência do Programa Especial de Realojamento na qualidade de vida dos indivíduos, da comunidade do bairro e na sua relação com a sociedade em geral.

Apresentamos, em anexo, a transcrição e o tratamento das entrevistas, assim como, uma lista dos bairros integrantes do concelho de Matosinhos. A inclusão das entrevistas tem como objetivo apresentar os testemunhos fiéis concedidos pelos moradores do bairro.

Palavras-chave: qualidade de vida; habitação social; Programa Especial de Realojamento; estigmatização; bairro Monte Espinho.

Abstract

The central theme of this dissertation is the quality of life of the residents of the quarter (bairro) Monte Espinho, in Leça da Palmeira, according to the application and the suitability of the Special Programme of Resettlement (Programa Especial de Realojamento) to that complex housing.

Initially, we analyze the state of the question through the conceptual framing of the social housing and quality of life. Afterwards, we analyze the same concepts in the municipality of Matosinhos and in our case study – in which we establish the profile of the quarter itself and of its residents through the information provided by MatosinhosHabit.

The indicators of quality of life were quantified through the established methodology, which focused on interviews to the residents of the quarter and on the elaboration of drawings from the children of those individuals.

Through these analyses, we list the positive and negative aspects of the suitability of the Special Programme of Resettlement on the quarter, develop the factors associated with segregation and social exclusion and register amendments that could be made in order to improve the conditions of life of the residents.

Lastly, we reflect about the influence of the Special Programme of Resettlement in the quality of life of those individuals, in the community of the quarter and in its relation with society in general.

In the attachments, we present the transcriptions and treatment of the interviews, as well, as a list of the quarter's constituents of the municipality of Matosinhos. The inclusion of the interviews has as its objective presenting the faithful testimonials granted by the residents of the quarter

Keywords: quality of life; social housing; Special Programme of Resettlement; stigmatization; Monte Espinho quarter's.

Lista de abreviaturas

CDH – Programa Contratos de Desenvolvimento para a Habitação

CRP – Constituição da República Portuguesa

EPUL – Programa da Empresa Pública de Urbanização de Lisboa

FFH – Programa Fundo de Fomento da Habitação

IGAPHE- Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado

INE – Instituto Nacional de Estatística

INH – Instituto Nacional de Habitação

IORU – Programa de Intervenção Operacional/ Renovação / Urbana

PER – Programa Especial de Realojamento

PIC Urban – Programa Iniciativa Comunitária Urban

PIDESC – Pacto Internacional sobre Direitos Económicos, sociais e culturais

PIMP – Programa de Intervenção a Médio Prazo

PRID – Programa de Recuperação de Imóveis Degradados

QdV – Qualidade de Vida

NRAU – Novo Regime de Arrendamento Urbano

PORI - Plano Operacional de Respostas Integradas

PROHABITA – Programa de Financiamento para acesso à habitação

PROQUAL – Programa Integrado de Qualificação das Áreas Urbanas da Área Metropolitana de Lisboa

PRU – Programa de Reabilitação Urbana

RECRIA - Regime Especial de Comparticipação na Recuperação de Imóveis Arrendados

RECRIPH – Regime Especial de Comparticipação e Financiamento na Recuperação de Prédios Urbanos

RSI – Rendimento Social de Inserção

SAAL – Serviço Ambulatório de Apoio Local

Capítulo 1 - Introdução

Este estudo realizou-se no âmbito do mestrado em Riscos, Cidades e Ordenamento do Território e intitula-se *O Realojamento e a qualidade de vida – um caso de estudo Monte Espinho, Leça da Palmeira*. O seu principal objetivo consiste em analisar a qualidade de vida de dez agregados familiares, residentes no bairro acima mencionado, para que seja possível compreender se o Programa Especial de Realojamento (PER) conseguiu efetuar melhorias no nível de qualidade de vida dos moradores desse bairro ou não. Se o PER não se mostrou capaz de colmatar as necessidades vivenciais e habitacionais dos residentes dos bairros surge uma série de consequências que serão analisadas no nosso caso específico.

Na unidade curricular, ministrada no primeiro ano de mestrado, *Habitação e Ordenamento de Território*, abordou-se, inserida na temática geral, a habitação social que levanta várias questões ao nível sociológico, geográfico, político e outras áreas complementares¹. O interesse despertado por esta temática levou-nos a desenvolver uma dissertação nesta área num caso específico do concelho de Matosinhos na qual pretendemos estabelecer o que é qualidade de vida para os moradores desse bairro e entender a eficácia da aplicação do PER nesses locais.

O estágio desenvolvido no Gabinete de Ação Social do bairro Monte Espinho, em Leça da Palmeira, foi outro fator que contribuiu para consolidar a opção pela escolha do estudo deste bairro. Neste estágio, que decorreu entre o período de Outubro de 2014 e Maio de 2015, pretendia-se que estabelecesse um contacto com os menores, residentes do bairro², através de auxílio prestado aos seus estudos com o fim de entender vários aspetos da sua vivência: a sua dinâmica com as famílias, o seu quotidiano, a sua relação com a escola, entre outros. Através do entendimento destes aspetos poderíamos determinar o nível da sua qualidade de vida tendo em conta parâmetros, por nós, estabelecidos, que desenvolveremos mais à frente.

Nesta dissertação pretendemos dar resposta a uma questão essencial – *Qual a eficácia do PER na Qualidade de Vida dos moradores do Bairro Monte Espinho?* Se de facto as

¹ Dois dos temas essenciais ministrados nessa unidade curricular são os seguintes: justificar a necessidade da política de habitação como um quadro geral de atuação e interpretar a política de habitação no contexto das políticas públicas, desenvolvendo uma atitude crítica. Estes assuntos estão intimamente relacionados com a nossa dissertação e serão aplicados ao longo do estudo, aqui, apresentado.

² Há outras crianças que frequentam o Gabinete de Ação Social do bairro, mas não são filhos de moradores.

medidas contempladas pelo PER funcionarem, os moradores do bairro deverão indicar parâmetros de qualidade de vida satisfatórios. Na eventualidade da aplicação do PER ser ineficaz serão denotados aspetos como a segregação e a exclusão social, a pobreza, a dificuldade na integração na sociedade, a falta de equipamentos, a insatisfação com o local de vivência e com a comunidade. Apesar da formulação da questão principal, acima, mencionada, essa prende-se a uma série de sub-questões, às quais pretendemos dar resposta de forma a substanciar os fundamentos basilares da temática fulcral da nossa tese: a existência ou não de qualidade de vida; perceber se os bairros que foram construídos ao abrigo do PER possuem todos os equipamentos necessários; se os moradores encontram-se satisfeitos com o bairro – análise da satisfação residencial dos agregados familiares realojados; perceber se com a aplicação do PER se continua a existir segregação dos bairros e exclusão social. Todas estas questões serão facilmente perceptíveis através das entrevistas e dos desenhos, nos quais revelam-se os níveis de satisfação em diversos aspetos.

No nosso estudo aplicamos uma metodologia que obedece a determinados passos: recolha e análise de bibliografia geral e específica, recolha e análise de fontes documentais, tratamento de dados, aprofundamento metodológico, recolha e análise de bases cartográficas e recolha e análise dos dados que constam no portal do INE. Aquando da realização do estágio no Gabinete de Ação Social Monte Espinho aplicamos o método de observação direta através do qual conseguimos aproximar-nos bastante ao nosso objeto de estudo e dar prossecução à metodologia usada. Utilizamos os seguintes instrumentos metodológicos: as entrevistas com gravação consentida, os desenhos realizados pelas crianças e o contacto direto com os moradores através do qual tomamos conhecimento das dinâmicas inter-relacionais entre a comunidade do bairro – este foi um fator essencial para a investigação por nós conduzida.

Optamos por realizar entrevistas em detrimento dos inquéritos porque estes induzem a respostas sucintas em que não se compreende as razões intrínsecas para essas opções. As entrevistas compelem os entrevistados a dar respostas com maior detalhe e das quais podemos retirar elementos significativos relativamente à vivência específica de cada pessoa.

A análise das entrevistas foi efetuada tendo em conta os seguintes indicadores subjetivos: a autoimagem da qualidade de vida; a noção da qualidade de vida comparativamente com outros moradores; e o parecer relativamente à própria habitação e ao bairro. Decidimos salientar a consciência do espaço vivencial por considerarmos o fator mais impactante na autoavaliação do nível de qualidade de vida. Os indicadores subjetivos elencados foram reunidos numa entrevista com vinte e três perguntas que se distribuem equitativamente pelas

distintas temáticas abordadas. Os resultados desse trabalho de campo serão apresentados na reflexão crítica.

Na análise dos desenhos conseguimos confrontar os dados providenciados pelos pais (nas entrevistas) e pelas crianças de forma a entender, se a percepção de ambos os grupos são convergentes ou divergentes. Devemos ter em conta que a análise dos desenhos está aberta a uma maior interpretação, mas a expressão plástica manifestada pelos menores foi representativa das suas perspetivas vivenciais e habitacionais. Tornou-se perceptível, e daí ser necessária uma abordagem que ultrapassasse meramente o âmbito sociogeográfico, que as crianças projetavam nas suas obras idealizações quando se pedia para desenharem a “casa dos seus sonhos”.

As entrevistas foram realizadas entre os meses de Fevereiro e Março de 2015 e os desenhos durante os meses de Janeiro e Fevereiro desse mesmo ano. Consideramos essencial salientar as linhas temporais deste trabalho, uma vez que a noção da qualidade de vida destas mesmas pessoas poder-se-á alterar não só por motivos empíricos, mas também por alterações de mentalidade.

A estrutura da tese está organizada do seguinte modo: nesta introdução, explicamos como escolhemos o tema e a área geográfica, quais os nossos objetivos de estudo, a metodologia utilizada e a estrutura.

No segundo capítulo, abordamos a temática da habitação enquanto direito incondicional do ser humano e analisamos as diversas políticas de habitação social que foram postas em prática em Portugal, desde o início do século XX até aos dias de hoje. Percebemos que a aplicação dos programas de habitação social apresentaram sempre aspetos negativos e daí termos considerado pertinente, escrever um ponto acerca da emergência dos bairros sociais como espaços de vivência desqualificada, no qual salientamos e elencamos quais as desvantagens próprias dos bairros sociais; a inadequação da vivência dos moradores nos bairros sociais conduz a dinâmicas de segregação social e espacial que abordamos no ponto 2.4; consideramos relevante, neste capítulo, proceder a uma contextualização da qualidade de vida em função da habitação e bairro sociais, na qual analisamos a dimensão objetiva e subjetiva que em convergência providenciam um método misto essencial ao tipo de estudo que desenvolvemos.

No capítulo 3, procedemos a uma caracterização territorial e demográfica, caracterizamos a evolução da habitação social e o perfil dos seus moradores. De seguida, e ainda no mesmo capítulo, dedicamo-nos ao nosso micro território e caracterizamos o bairro social Monte Espinho ao nível geográfico, construtivo (de acordo com o PER) e humano. De

acordo com este perfil estabelecido foi possível identificarmos os principais problemas desse bairro.

No capítulo 4, decidimos explicar com precisão a metodologia que utilizamos para conhecer e compreender os moradores dos bairros e a sua relação com a habitação social. Foi neste capítulo que salientamos a importância das entrevistas como método de análise subjetivo - das quais recolhemos uma série de informação em que se sustenta a nossa dissertação – e a importância dos desenhos das crianças por constituírem uma interpretação simbólica da vivência na habitação e bairro social.

No capítulo 5, procedemos à análise efetiva das entrevistas e transcrevemos partes dessas mesmas de forma a compreendermos os níveis de qualidade de vida dos residentes do bairro Monte Espinho.

No capítulo 6, procedemos a análise efetiva dos desenhos das crianças do Gabinete de Ação Social Monte Espinho, de forma a compreender a perspetiva das crianças relativamente à sua qualidade de vida.

No capítulo 7, apresentaremos os resultados e a reflexão crítica que unificará todos os assuntos abordados neste estudo. Posteriormente, elaboraremos a conclusão.

Capítulo 2 – O Estado da Questão: Enquadramento Concetual da habitação social e qualidade de vida: conceitos e relações

2.1. A Habitação enquanto direito

A habitação, num sentido lato, ultrapassa meramente a sua função de abrigo e adquire outras características como um lugar de constituição de vida. A habitação, conforme é pretendida pela maior parte dos indivíduos deve obedecer a determinados parâmetros considerados mínimos:

“Privacidade adequada; espaço adequado; acessibilidade física; segurança adequada; estabilidade estrutural e durabilidade; iluminação; infraestruturas básicas adequadas, tais como água canalizada, instalações sanitárias e de tratamento de resíduos; qualidade ambiental adequada e fatores relacionados com a saúde; e uma localização e acessibilidade adequadas”. (Observatório dos direitos humanos, 2013: 3).

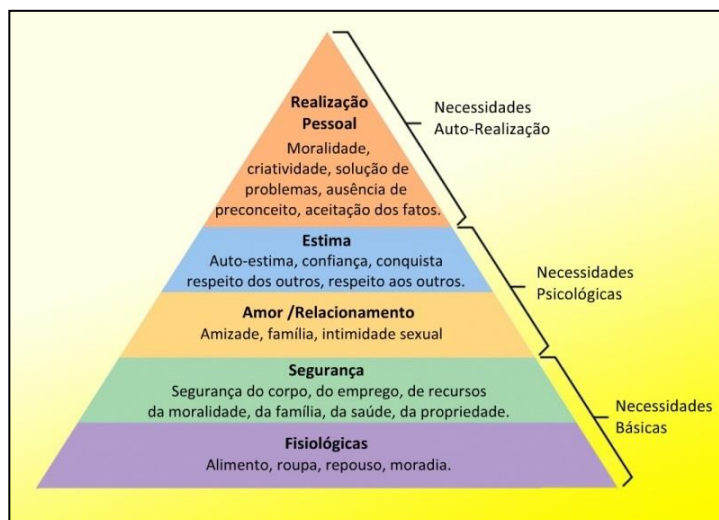
Todos os autores que estudaram e escreveram acerca desta temática concordam com o facto de a habitação reunir um conjunto de condições básicas necessárias ao bem-estar físico, psicológico, social e familiar. De acordo com Débora Violas, a habitação é um meio essencial para a obtenção de condições de vida essenciais³ ou para a qualidade de vida. “É um bem complexo, heterogéneo e durável e deve responder a diversas necessidades sociais” (Violas, D., 2003: 102).

A habitação é considerada um bem de primeira necessidade de acordo com a pirâmide de Maslow (1970)⁴, situando-se na base da pirâmide, ou seja, é essencial para a construção de

³ Este pressuposto é contemplado no artigo 25.º da *Declaração Universal dos Direitos do Homem*, na qual registou-se o seguinte: “a habitação é tida como um direito transversal a todas as pessoas, de forma a reunir as condições básicas e necessárias de vivência condigna a um determinado agregado familiar e assim possibilitar melhores condições de vida” (Freitas, M.J. 2001:171).

⁴ Maslow idealiza uma pirâmide na qual estratifica as necessidades humanas em níveis. Na base estão as necessidades fisiológicas (respiração, comida, água, dormir). Caso estas necessidades não sejam colmatadas, o indivíduo não consegue ascender aos níveis superiores da pirâmide. Quando estas necessidades são preenchidas, o indivíduo passa a preocupar-se com a segurança financeira e familiar e

uma base de todas as outras necessidades consideradas secundárias e terciárias mas essenciais ao ser humano pleno (fig.1)



Fonte: Violas, S., 2013:5

Figura 1 - Pirâmide de Maslow

As necessidades de primeira instância, as que se encontram na base da pirâmide, estão relacionadas com fatores de segurança física e com níveis mínimos de dignidade da existência humana. “Será quase desnecessário mencionar que a habitação é o principal fator de segurança conjuntamente com a situação laboral que permite manter o alojamento” (Violas, S., 2013: 5).

Em 1955, Portugal integrou a Declaração dos Direitos Humanos, admitindo que a habitação é um direito básico essencial ao bem-estar e à qualidade de vida de todos os indivíduos. Na constituição de 1976 confirmam-se estes direitos, acima mencionados, registando-se que o direito à habitação é um elemento de que todos devem usufruir. Este artigo foi alvo de quatro revisões, que, no entanto, não desvirtuam a sua mensagem original.⁵

Em 1976, após a Revolução, denotaram-se os seguintes problemas ao nível do direito da habitação: não existiam suficientes habitações para fazer face a todas as necessidades de alojamento; o acesso à habitação não era um processo fácil; a preocupação com a justiça social,

com um padrão moral. O próximo nível integra a amizade, família e intimidade sexual. Quando estas necessidades são supridas, começa a existir uma preocupação em criar relacionamentos familiares mais fortes e uma conexão com a comunidade. O nível seguinte é o da procura da autorrealização essencial para o ser humano se sentir completo. (Violas, S. 2013:5)

⁵ Ver o artigo 65º da Constituição atual, em: <http://www.parlamento.pt/RevisoesConstitucionais/Documents/Revisão2005/155a00.pdf>

uma vez que a habitação era um direito de todos e não de alguns; era necessário criar uma solução para suprir todos os problemas anteriores e adaptar a habitação a condições viáveis de habitabilidade, “dimensão”, “condições de higiene e conforto”, “intimidade individual e privacidade familiar”, mas também quando apela à necessidade de inserção da habitação em planos de ordenamento geral do território e garantias de acessibilidades e equipamentos.” (Freitas, M.J., 2001: 172-173).

Portugal aderiu ao PIDESC⁶, onde se contempla no artigo 11º, o direito universal à habitação. Vejamos o que foi escrito:

“Os Estados Signatários no presente Pacto reconhecem o direito de todas as pessoas a um nível de vida suficiente para si e para as suas famílias, incluindo alimentação, vestuário e alojamento suficientes, bem como a um melhoramento constante das suas condições de existência (...)”. (Freitas, M.J., 2001: 173)

Na Constituição da República Portuguesa (de 2005 7ª revisão), que tomou o modelo da Declaração Universal dos Direitos do Homem, contempla-se o seguinte no artigo 65º: “todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e privacidade familiar.” Embora, se tenham processado algumas alterações na redação deste artigo, o direito que consagra continua em vigor, pois a habitação continua a ser um direito social e universal.

O aumento da população em Portugal resultou, como seria de esperar, num aumento de preços da habitação, uma vez que a procura se tornava cada vez mais crescente. A consequência mais grave deste aumento de preços é a de que as classes mais carenciadas não tinham forma de aceder à habitação. Criaram-se medidas governamentais para tentar solucionar os problemas de carências habitacionais, as péssimas condições da habitação, as ilhas, as barracas, os edifícios degradados, sem as condições necessárias para se habitar. (Matos, F.L., 2001)

O artigo 65º contempla, ainda, “a abordagem das questões da habitação da abordagem do planeamento e do ordenamento do território e da sua expressão urbanística, numa conceção integrada das suas mútuas implicações para a qualificação do habitat”. (Freitas, M. J.,

⁶ O Pacto Internacional sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais - PIDESC, adotado pela Assembleia Geral da ONU em 1966, é o principal instrumento internacional de proteção dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais. Consolida uma série de direitos já declarados na Declaração Universal de Direitos Humanos e também, entre estes, o direito ao trabalho, à liberdade de associação sindical, à previdência social, à alimentação, à moradia, ao mais elevado nível de saúde física e mental, à educação, à participação na vida cultural e no progresso científico.

2001:173).É, ainda, expresso nesse mesmo artigo que os diversos poderes e agentes (central, local, privados, organizações locais e iniciativas particulares) devem estar envolvidos na resolução dos problemas de habitação da população mais carenciada.

2.2. As políticas da habitação em Portugal

As políticas da habitação têm sido caracterizadas por uma constante dinâmica na qual se colocaram em prática, para além de outras medidas, diversos programas de apoio à construção de habitação social. Analisaremos, agora, seis períodos distintos, nos quais foram implementados vários programas. Esses períodos são demarcados da seguinte forma: pré-1974, 1974-1976, 1976-1979, 1980-1985 e 1989-1993e os últimos quinze anos.

Com efeito, as medidas tomadas relativamente à habitação social iniciam-se ainda antes do 25 de Abril de 1974 e o seu público-alvo consistia na massa de trabalhadores, nomeadamente, funcionários públicos e assalariados dos sindicatos nacionais. Os registos de promoção da habitação social (para um período anterior a 1974) são relativamente escassos, contudo, temos conhecimento de alguns, como: as Casas Económicas (1933) (relevantes por estabelecerem os princípios fundamentais da promoção da habitação social); o Programa de Casas Desmontáveis (1938) (colocado em prática pelos seus baixos custos e transformando-se numa solução quase permanente para uma população com sérias dificuldades económicas); o Programa de Casas de Renda Económica (1945), no qual se tentou estabelecer rendas equilibradas com os rendimentos do agregado familiar; o Programa Casa para Alojamento de Famílias Carenciadas que teve uma implementação ao nível nacional e idealizado para os agregados que não foram integrados no Programa de Casas Económicas; o Programa para Desalojados das Ilhas do Porto (1946); o Programa as Casas para os Pescadores (1946); o Programa de Construções de Habitações de Renda Acessível na Cidade de Lisboa (1950); o Programa de Autoconstrução (1962); o Programa Fundo de Fomento da Habitação (FFH) (1969).

Assim, neste período anterior à Revolução, temos um conjunto de empreendimentos sociais prioritários com o objetivo de suprir as necessidades de alojamento dos agregados mais carenciados que não conseguiram ter acesso a qualquer outro tipo de habitação social⁷. (Lima, M.E., 2011) Esta sucessão de programas foi sendo criada porque mesmo no âmbito da habitação social existia uma estratificação da qualidade das habitações, sendo que os agregados familiares

⁷ Este plano é caracterizado por dois planos: Os planos integrados e as realizações diversas

com maiores possibilidades económicas tinham acesso às casas económicas e os outros agregados de menores rendimentos foram sendo integrados nos outros programas conforme a renda que conseguiam comportar.

Após 1974, observa-se o crescimento da habitação social através de medidas governamentais. Denota-se uma preocupação com a política urbanística e de solos, como por exemplo, possíveis alterações ao arrendamento urbano (com o intuito de evitar os aumentos das rendas), a necessidade em arrendar os fogos devolutos e a legalização das ocupações de habitações efetuadas. A criação do Programa SAAL (Serviço Ambulatório de Apoio Local) pretendia atribuir infraestruturas básicas a formas de alojamento bastante degradadas, assim como, permitir aos seus habitantes “o acesso ao crédito bonificado, a materiais de construção, a soluções de projeto e apoio técnico para a autoconstrução ou melhoramento das suas habitações” (Lima,M.E.,2011: 34).

O Programa de Empréstimos às Câmaras Municipais (1975) tinha como finalidade minimizar o retrocesso que se verificava no sector da construção; os Contratos de Desenvolvimento Habitacional (CDH) (1976) pretendia controlar os custos das habitações; a Comissão para Alojamentos de refugiados (1976) eram celebrados entre o Estado (financiador) e as empresas de construção (promotoras); a Comissão para alojamentos de refugiados (1976) destinava-se ao alojamento dos retornados das ex-colónias portuguesas; o PRID⁸ (Programa de Recuperação de Imóveis Degradados) foi o primeiro programa que apoiou a reabilitação da habitação “visando a conservação e beneficiação do património habitacional nacional, público ou privado, urbano ou rural” (Violas, S., 2013: 18). Estes programas que decorreram durante os anos de 1974 e 1976 assumem uma maior capacidade de implementação a partir de 1977.

O período balizado compreendido entre 1976 e 1979, é marcado pela liberalização da política habitacional e urbanística e pelo abandono de alguns dos programas anteriores. O processo de institucionalização do Ministério da Habitação e do Urbanismo e Construção conduziu ao desenvolvimento de um sistema de crédito que possibilitava a obtenção de casa própria. Em virtude destas alterações alguns programas, anteriormente mencionados, são eliminados: o Fundo Fomento Habitação e os CDH. O Programa das cooperativas sofre uma estagnação pela diminuição dos empréstimos às cooperativas (Violas, S., 2013: 18). Estas medidas resultaram em diversos empreendimentos inacabados, pois alguns tinham um carácter temporário, caso dos destinados aos retornados, na demolição de edifícios e no realojamento de habitantes para outros locais.

⁸Decreto-Lei nº 704/76, de 30 de setembro.

O período entre 1980 e 1985 é definido pela incrementação do crédito para obtenção à habitação própria e por diversas mudanças impulsionadas pelo processo de expansão dos recursos habitacionais “marcado por uma forte dinâmica de investimento na construção de habitação” (Veiga, A., 2014: 13). O Governo distancia-se de uma política de apoio direto aos agentes promotores de habitação social, e passa para uma política indireta de financiamento à compra de casa própria através do crédito bonificado.

Em 1981⁹, a política de arrendamento sofre as seguintes mudanças: é revogado o congelamento das rendas e os proprietários podem optar por um regime de renda livre ou renda condicionada. No ano seguinte, surgem medidas governamentais em que se atribui às autarquias a tarefa da promoção habitacional do sector público através da criação do Fundo de Apoio ao Investimento Habitacional (FAIH).

Na década de 80 criaram-se vários tipos de crédito no sentido dos municípios promoverem a Habitação Social tendo como objetivo a sua venda. Isto encontra-se patente nos seguintes decretos: o Decreto-Lei n.º 220/83; os Decretos-Lei n.º 110/85 e n.º 366/86, o Decreto-Lei n.º 226/87 e os Decretos-Lei n.º 6/84 e n.º 393/84.

O surgimento do IHN (Instituto Nacional da Habitação)¹⁰ veio proporcionar, ao Estado, meios financeiros no sector da habitação social. Em 1988 e 1991, a revisão da lei orgânica do INH conduz à alteração do seu estatuto jurídico, alterando a sua estrutura, que passou a ser dotada de capital participado por entidades públicas e privadas.

O quinto período, em análise, decorre entre os anos de 1986 a 1993. O programa RECRUA (1988) tinha como objetivo reabilitar habitações arrendadas, ou seja, melhorar a qualidade dos edifícios da habitação social e proceder à atualização das rendas. Em 1992, este programa é sujeito a alterações e, em 1993, são criados novos programas. O Programa Especial de Realojamento (PER) com a finalidade de extinguir a habitação precária e degradada, sobretudo, as barracas das duas áreas metropolitanas social precária, conduzindo ao realojamento em habitações sociais de custos controlados¹¹; o Programa de Construção de Habitações Económicas (PCHE) com vista à construção e venda de habitações económicas; e o Programa de Intervenção a Médio Prazo (PIMP) que à semelhança do PER tem como finalidade a extinção das barracas e o realojamento desses residentes. (Lima, M.E., 2011: 46-47)

Em 1994, no seguimento dos três programas acima elencados, foi criado o Programa

⁹ Decreto – Lei n.º 148/81, de 4 de Junho.

¹⁰ Decreto-Lei n.º 177/84, de 25 de Maio, e reestruturado pelo Decreto-Lei n.º 202-B/86, de 22 de Julho.

¹¹ Criado pelo Decreto-Lei n.º 163/93 de 7 de Maio (última alteração através do Decreto-Lei n.º 271/2003, de 28 de Outubro).

Iniciativa Comunitária (PIC Urban) com o intuito de elevar a qualidade de vida urbana e o equilíbrio territorial. Este programa privilegiou as áreas desfavorecidas.

No ano de 1996 são implantados cinco programas: O Programa da Empresa Pública de Urbanização de Lisboa (EPUL); Programa de Intervenção Operacional / Renovação Urbana (IORU); o Projeto Operação Arco-íris; o Regime Especial de Participação e Financiamento na Recuperação de Prédios Urbanos em Regime de Propriedade Horizontal (RECRIPH); e o Programa de Reabilitação Urbana¹². (Lima, M.E.,2011)

Nos últimos quinze anos surgiram os seguintes programas: Programa Integrado de Qualificação das Áreas Urbanas da Área Metropolitana de Lisboa (PROQUAL, 2001) (Programa Integrado de Qualificação das Áreas Urbanas da Área Metropolitana de Lisboa) que tem como objetivo a promoção de “uma área metropolitana mais equilibrada, competitiva e sustentável, reduzir os desequilíbrios territoriais e as situações de degradação e desqualificação urbanística e social, introduzir dinâmicas de reequilíbrio social; melhorar as condições de acessibilidade e de mobilidade da população” (Lima, M.E.,2011:50); o Programa de Financiamento para Acesso à Habitação (PROHABITA, 2004) (Programa de Financiamento para Acesso à Habitação) pretende solucionar problemas de carências habitacionais dos ocupantes da habitação social em Portugal, “requalificar os bairros que foram promovidos em regime de habitação social, ou que tenham sido adquiridos com apoio do Estado, promover os princípios e apoio financeiro à sustentabilidade na construção e reabilitação urbana” (Lima, M.E.,2011:50); o Programa de Operações de Qualificação e Reinserção Urbana de Bairros Críticos (2005) pretende, essencialmente, melhorar as condições de vida de habitantes de bairros considerados mais complicados, encontrar soluções para a situação dos desempregados residentes e a inserção social dessas mesmas pessoas; e o Novo Regime de Arrendamento Urbano (NRAU, 2006) é um programa vocacionado para a atualização das rendas geridas

¹² Cada um destes programas tem um objetivo. Assim sendo e, respetivamente, o primeiro tem como objetivo: Estudar e executar obras relativas à urbanização ou renovação de áreas urbanas e colocação de fogos no mercado habitacional, a preços competitivos e para jovens; o segundo tem como objetivo: reinserção social da população com problemas económico-sociais no que respeita às condições de alojamento, renovação das zonas ocupadas por barracas e reabilitação de zonas degradadas; o terceiro tem como objetivo: Gestão de bairros sociais; reabilitação física dos edifícios e, consequentemente, reabilitação urbana; o quarto tem como objetivo: Apoiar financeiramente a execução de obras de conservação das partes comuns de edifícios, construídos em regime de propriedade horizontal; por fim, o quinto tem como objetivo: Revitalização e requalificação de áreas urbanas com fortes sinais de decadência económica e urbana, desemprego e deterioração da qualidade de vida e acumulação de exclusão social e insegurança, criação de um conjunto de investimentos que contribuem para ultrapassar as carências existentes.

através de uma plataforma digital. Este programa pretende, ainda, proporcionar o aumento da oferta de habitações sujeitas a arrendamento e reequilibrar a dinâmica estabelecida entre o proprietário e o arrendatário dessas habitações.

Algo distinto é o Programa Porta 65 Jovem (2007), que cria condições para as camadas mais jovens da população obterem a sua própria habitação. Uma finalidade, e simultaneamente consequência desse programa, é a promoção do mercado de arrendamento.

O Plano Estratégico da Habitação (2007-2013), que nunca foi aprovado, define um conjunto de medidas e estratégias para o sector da habitação, particularmente, para a dinamização da habitação social, arrendamento e reabilitação do parque habitacional, envolvendo os diversos agentes responsáveis pela promoção habitacional. Destaca-se a figura do Programa Local de Habitação. Recentemente, foi aprovada pelo conselho de ministros em Maio de 2015- a Estratégia Nacional para a Habitação.

Concluindo, a política habitacional, passou por uma série de mudanças de que são prova cabal os programas que foram implementados ao longo do século XX e século XXI. Podemos também constatar que os programas foram sendo, progressivamente e gradualmente, ajustados conforme foram verificadas carências habitacionais.

2.2.1. Construção de Monte Espinho ao abrigo do PER

No final da década de 70, o número barracas e outros alojamentos precários, era considerável tendo em conta que servia de abrigo aos retornados das ex-colónias africanas e à população que migrou para as áreas metropolitanas, em consequência do êxodo rural.

Na década posterior, esses fogos continuaram a crescer, tornando-se numa situação preocupante que levou à intervenção do Estado com o intuito de extinguir essas situações de exclusão social e minimizar os níveis de pobreza (Cachado, R.A., 2013:140). Para cumprir com esses objetivos foi lançado o Plano de Intervenção a Médio Prazo (PIMP)¹³, que concebia o realojamento de famílias residentes em habitações precárias, o Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza (PNLCP) e o II Programa Europeu de Luta Contra a Pobreza (1990). Os resultados começaram a ser notados em 1993, com a aprovação do Programa Especial de Realojamento ¹⁴(PER) (Cachado, R.A.,2013).

A legislação para extinguir a pobreza e os bairros de barracas consolida-se neste PER que

¹³ O decreto contempla o envolvimento e responsabilidade dos municípios na execução do programa

¹⁴ Decreto-Lei 163/93 de 7 de Maio

tinha como objetivo “alterar, de forma radical, o desenho das periferias de Lisboa e Porto, através de um programa que propunha erradicar os bairros de barracas¹⁵ e realojar todos os seus moradores em habitação social” (Cachado, R.A., 2013:140)

Estas medidas pressupunham o envolvimento ativo dos municípios. Estes são os princípios orientadores do PER, contemplados no Decreto-Lei n.º 163/93 de 7 de maio:

“Complementarmente à resolução do problema habitacional, é oferecido aos municípios ou instituições particulares de solidariedade social um programa alargado de inserção social das comunidades envolvidas, visando a criação de condições a uma plena integração destas populações na comunidade e combatendo os problemas de criminalidade, prostituição e toxicodependência, entre outros, a que a exclusão social motivada pela falta de condições habitacionais condignas as deixou votadas”.¹⁶

O PER foi uma iniciativa do poder central motivada pelas preocupações com os problemas habitacionais e urbanísticos que advinham da existência dos bairros de barracas. A colocação em prática das medidas do PER obriga ao forte envolvimento dos municípios, embora o Estado fosse a força motriz e financeira para estas iniciativas (Freitas, M.J., 2001) No entanto, a aplicação do PER não se mostrou livre de falhas por falta de comunicação entre o poder central e os municípios.

Vejamos as fases do PER: a primeira corresponde à dos recenseamentos com vista ao levantamento dos problemas habitacionais reais no terreno a vários níveis, conforme é particularizado por Matos.

“(A) natureza, expressão e contextualização das carências habitacionais; as condições disponíveis, em cada autarquia, para a sua viabilização; a diversidade de carências encontradas, nem sempre compatíveis com os conceitos ou critérios elegíveis pelo PER - "barracas"” (Matos, F.L., 2004:7).

Com este recenseamento/levantamento foi possível ficar a par das necessidades habitacionais dos residentes das barracas, a sua localização geográfica e o seu faseamento em diversas freguesias do território nacional. Foi possível também registar o número de agregados familiares a viverem em barracas e a existência de outro tipo de habitação precária (Matos, F.L., 2004)

¹⁵ Decreto-Lei n.º 163/93 de 7 de maio dr, I Série – a n.º 106 07-05-1993, p. 2381.

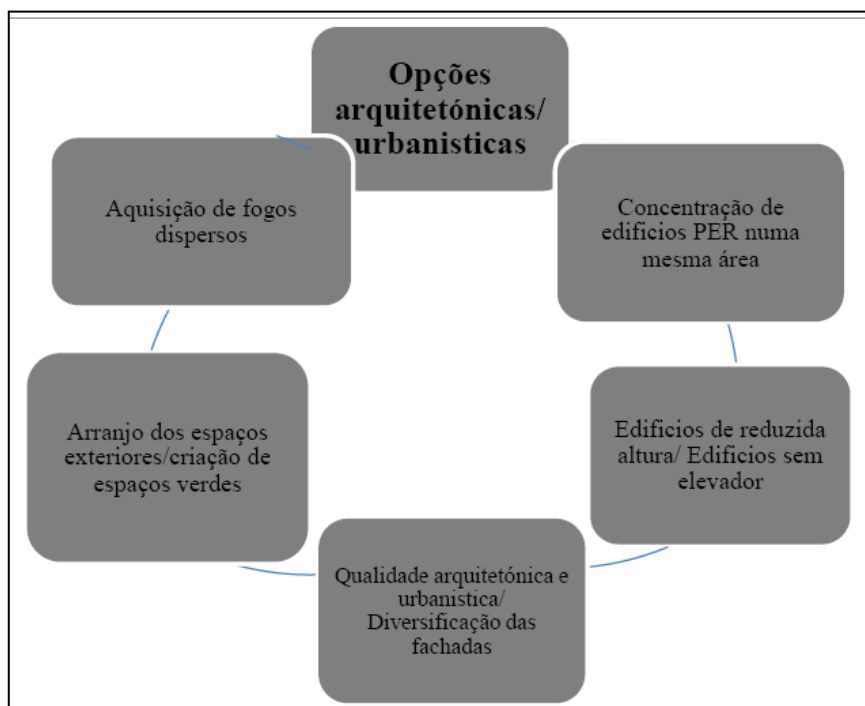
¹⁶ Decreto-Lei n.º 163/93 de 7 de maio dr, I Série – a n.º 106 07-05-1993, p. 238.

O PER, em certa altura gerou alguma discórdia, uma vez que haviam partes com opiniões divergentes relativamente aos seus fins que eram aplicados apenas às habitações precárias, nomeadamente, às barracas ou similares. Matos indica que foi criticado, também, relativamente à sua orgânica, na articulação e dinâmica de poderes “visto que se concretizava na descentralização para os municípios sem negociação” e relativamente ao seu modelo construtivo, “bairros concentrados e necessariamente segregados e sem previsão de equipamentos no início” (Veiga, A., 2014:17).

Em termos concretos, entre 1994 e 2005, o PER estabeleceu um número superior a 31 mil fogos, e, entre 1996 e 1999 conseguiu atingir um trabalho contínuo de 4000 mil fogos por ano. O PER consegue os seus melhores resultados, a partir de 1995, quando se estabelecem contratos com cerca de 65% dos 35 mil fogos. Este número corresponde ao total de contratos pretendidos pelo PER (Veiga, A., 2014: 17)

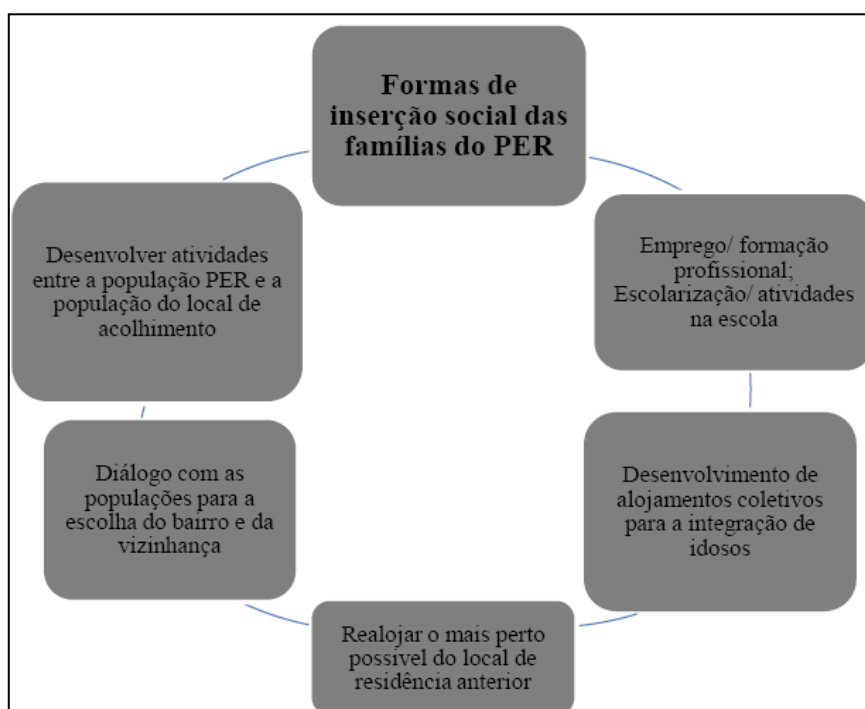
O PER usufruiu de um financiamento bonificado do INH, de outras instituições de crédito e cofinanciado pelo IGAPHE. De acordo com Veiga, no PER verifica-se a introdução da taxa de bonificação privilegiada e a oferta de financiamento através de crédito em conta corrente (Veiga, A., 2014:17). O PER procurou congregar várias das críticas que diversos investigadores e agentes sociais fizeram aos anteriores bairros sociais, localização dispersas pelas freguesias, uma melhor qualidade arquitetónica e construtiva, espaços para serviços e equipamentos e apoio social à população a realojar (Matos, F.L.2004).

Em súpula, entre os objetivos do PER (figura 2), o principal objetivo foi a extinção das barracas como forma de solucionar os problemas de precariedade habitacional. Em uma fase posterior, existiu uma preocupação com questões arquitetónicas e urbanísticas ligadas à Qualidade de Vida dos bairros e seus moradores. E por último, era necessário, providenciar aos moradores do bairro a reinserção social, através de um conjunto de medidas (figura 3).



Adaptado de Freitas (2001)

Figura 2- Referências para a promoção da qualidade arquitetónica e urbanística



Adaptado de Freitas (2001)

Figura 3-Referências para a inserção social das famílias

2.3. A emergência dos bairros sociais como espaços de vivência desqualificada

Os bairros sociais encontram-se, geograficamente, integrados nas cidades, contudo, em áreas periféricas afastadas das áreas centrais, o que se traduz em fronteiras simbólicas. Esses núcleos de habitação social salientam-se na malha urbana pela homogeneidade, quer ao nível arquitetónico, como ao nível socioeconómico que é bastante equilibrado entre os seus residentes. É facilmente observável, a estandardização arquitetónica a que obedecem os edifícios dos bairros sociais obedecendo a regras quanto às dimensões e preços máximos e mínimos, dado que são de custos controlados¹⁷. Esta estandardização dos edifícios tem implicações ao nível psicológico dos habitantes desse meio, uma vez que parece tipificar não só edifícios como pessoas.

O bairro contrasta claramente com os outros espaços da cidade a vários níveis: sociais, arquitetónicos e da sua espacialização na malha urbana. Estas divergências originam facilmente situações de segregação urbana (Pereira, A., 2010:60) Augusto denominou o fenómeno de estandardização das habitações sociais como uma “megalomania arquitetónica”. (Augusto, N. M., 1998: 6) Embora, discordemos desta designação conseguimos entender os motivos pelos quais o autor utilizou-a: os edifícios eram construídos em altura para tentar alojar o maior número possível de pessoas.

As medidas governamentais relativamente a estas situações foram centradas na eliminação dos bairros de barracas, em detrimento da qualidade das habitações sociais que seriam ocupadas, como, por exemplo, a ausência de espaços de lazer e de convivência entre os residentes. Como é referido por Augusto (1998), apoiando-se nos trabalhos de Guerra e Pinto (1994), os bairros são concebidos segundo uma “monofuncionalidade residencial” precisamente por não possuírem essas estruturas coletivas e visando apenas as condições de habitabilidade individual e familiar sem correlação com o meio envolvente. Os autores concluem que na década de 90, na altura em que desenvolveram os seus estudos, os espaços da habitação social obedecem aos padrões mínimos de vivência em virtude do pobre investimento em equipamentos sociais coletivos (espaços de lazer, de desporto e de ocupação de tempos livres). Os autores

¹⁷ Acedido em Junho 6 de 2015, <https://www.portaldahabitacao.pt/pt/portal/search.jsp?index=Portal-Habitacao-Index&field=title&field=keywords&field=description&field=content&query=custos+controlados>

citados denotam também que não houve preocupação com a estética dos bairros sociais.

Podemos dizer que a idealização dos bairros sociais não contemplou todas as facetas do comportamento humano, ou seja, a vivência do ser humano ultrapassa largamente as condições básicas de sobrevivência, como a habitação e a alimentação. O descuido na componente social e coletiva aquando da construção dos bairros sociais, não teve em conta os fatores inter-relacionais, o que por consequência dificulta a identificação dos residentes com os espaços.

“A conceção destes bairros assentava num modelo abstrato e estandardizado, afastado da escala humana na disposição dos espaços exteriores e dos blocos multifamiliares, construídos em altura – sempre aludindo a princípios de ‘racionalidade modernista’, já não aceites atualmente” (Pedrosa, C.F.,2010: 32).

Pedrosa sintetiza, na citação acima, a problemática que temos vindo a abordar e contínua com esta hipótese de trabalho quando indica que o resultado dessa conceção dos bairros conduziu à construção de edifícios descaracterizados e desagradáveis para a habitação dos residentes. Voltamos, novamente, ao fator psicológico que a estandardização dos espaços despoleta nos residentes, essa construção em série reprime a individualidade do residente, do ser humano, num local onde sente que deve ser igual aos demais (Pedrosa, C.F., 2010).

Os bairros sociais, normalmente, são constituídos por conjuntos residenciais que embora não tenham delimitações, assumem um carácter fechado para quem não é habitante. Os espaços que não são ocupados por edifícios - os espaços livres - e que poderiam ser aproveitados para a sociabilidade e lazer não são utilizados: “pelo contrário, estes espaços ‘vazios’ de edificação são também ‘vazios’ de identidade e de conteúdo funcional, elementos fragmentadores do meio residencial” (Pedrosa, C.F.,2010: 32).

O resultado da ausência de planeamento para a utilização desses espaços livres desemboca numa ocupação abusiva pelos residentes e, até mesmo, por não residentes, onde podem emergir situações de marginalidade e criminalidade. Todos estes fatores que convergem para uma situação habitacional desagradável e desadequada levam ao uso dos espaços exteriores envolventes, dada a facilidade de transição “interior-exterior-interior”, sobretudo no caso das habitações situadas nos pisos térreos. Estes espaços acabam por ser encarados pelos residentes como um prolongamento da sua própria habitação e proporcionam uma relação com a restante comunidade através de tarefas realizadas em comum: tarefas domésticas, como o tratamento de roupa, realização de refeições e a simples convivência.

Quando as habitações não têm o acesso facilitado dos pisos térreos para o exterior, esta tentativa inconsciente de socialização entre os residentes do bairro é dificultada, originando um

“sentimento de saudade que muitos realojados fazem referência”. Esse sentimento agudiza-se, sobretudo quando os residentes na sua habitação anterior usufruíam desse ambiente de socialização (Augusto, N.M.,1998).

Relativamente ao nosso caso de estudo, o bairro social Monte Espinho, constatamos que houve um aproveitamento desses espaços deixados, ou ditos, livres, como, nomeadamente, a criação de um campo de futebol improvisado, pelas crianças, usando como delimitações os próprios edifícios do bairro.

O ser humano tem, normalmente, tendência para personalizar e deixar o seu cunho no sítio que ocupa, isto é ainda mais marcante quando se trata da sua habitação, mas constatamos isto nos vários domínios da vida quotidiana, como por exemplo, a personalização do local de trabalho (é comum vermos em escritórios plantas, fotos de família, etc.). Até em situações mais extremas como o de prisões é comum a personalização de espaços para detentos de longa duração. A personalização do local de habitação está intimamente ligada à construção da identidade pessoal. São muitos os fatores que pesam na ponderação da escolha do local de habitação. Quando não há hipótese de escolha, como é o caso dos habitantes dos bairros surge um processo de adaptação que pode ser positivo ou negativo, sobretudo quando são estabelecidas comparações com o anterior local de residência (Augusto, N.M.,1998).

2.4. As fragmentações urbanas e dinâmicas da segregação social e espacial nos bairros sociais

A Escola de Chicago foi pioneira no estudo da exclusão e segregação de espaços urbanos, na década de 20 do século XX, criando uma relação entre o conceito de bairro e grupos sociais similares que residiam em edifícios semelhantes construídos nessa época (Pereira, M.A.,2010:76). Como explicou Grafmeyer, a segregação urbana é definida como formas evidentes da divisão social do espaço e um grupo é segregado quanto mais o seu local de alojamento se distanciar do núcleo citadino (Pereira, M.J.,2011:15). Os bairros sociais eram remetidos para as periferias – principal fator para a sua segregação - e as fronteiras simbólicas demarcam claramente essas divisões e acentuam a partição territorial. Podemos concluir que o distanciamento bairro – núcleo citadino é físico e simbólico.

Esse fenómeno de periferização leva a que população mais carenciada seja concentrada em determinados locais: a espacialização da pobreza. Esta segregação é sentida e experienciada

pelos residentes desses bairros que acabam por se sentir excluídos e podem adotar estilos de vida ditos marginais. A população do núcleo citadino evita esses bairros e habitantes considerando-os *problemáticos*. (Martins, J.R., 2014:42)

Côrrea cita Castells para definir, claramente, a segregação social. Castells explica que a segregação é referente à habitação e à organização do espaço “em áreas de grande homogeneidade residencial interna, com uma forte disparidade entre elas, não só em termos de diferença mas em termos de hierarquia” (Corrêa.R.L.,1989:60). Pereira, menciona que os bairros segregados consistiam em cidades zonadas, ou seja, um determinado território é específico para a construção de habitações de uma determinada classe social (Pereira, M.A.,2010:77). De acordo com a Escola de Chicago, notamos que nas zonas segregadas, existe uma homogeneidade ao nível da arquitetura, mas, também dos seus habitantes. Isto contrasta com a diversidade de edifícios e classes que habitam noutras zonas da cidade.

Os bairros sociais e as suas fronteiras são facilmente identificáveis na paisagem urbana pela semelhança entre os edifícios que o constituem – normalmente, todos idênticos – e pelo afastamento, já mencionado acima, relativamente ao núcleo principal da cidade. (Augusto,N.M., 1998) Quando da idealização dos bairros sociais e posterior construção não estava previsto o fenómeno de segregação que mais tarde viria a verificar-se. Concluimos que os bairros tornam-se veículos de segregação e até de *guetização* o que conduz à sua estigmatização, sendo alvo de determinadas designações que podem ser, ou não, pejorativas: bairro dos pobres, bairro operário, entre outras. (Pedrosa, C.F., 2010, p.36).

Segundo Guerra, todos os habitantes dos bairros sociais possivelmente sentir-se-ão vítimas da estigmatização social, o que não significa necessariamente que todas essas pessoas irão assumir um estatuto desviante (Guerra, I., 1994). Isso acaba por resultar numa “imagem pública socialmente desvalorizada” (Guerra, P.,2002: 63). Este sentimento de estigmatização pode levar a que determinados habitantes dos bairros assumam atitudes hostis perante os residentes do núcleo citadino e à negação completa da possibilidade de serem realojados em locais com melhores condições de vida (por norma, estas pessoas quando estão desempregadas raramente saem do bairro).

Outros habitantes dos bairros assumem uma postura diametralmente oposta ocultando sempre que possam nas suas vidas quotidianas, realizadas fora do bairro, o seu local de residência (Pereira,M.J.,2011: 7). Guerra, quando escreve acerca destas atitudes, explica o motivo da sua origem: os habitantes dos bairros, “interiorizaram uma imagem pública socialmente desvalorizada, atribuindo-a a determinados elementos do bairro” (Guerra, P., 2002:

63). Pereira corroborando as ideias apresentadas por Guerra remata que “todas as interações em que o indivíduo participar tendem a desencadear sentimentos de impotência, de falta de valor e de privação da crença nas suas próprias capacidades” (Pereira, M.J.,2011: 7).

De acordo com Martins, a exclusão social consiste num processo de rutura com a sociedade que pode ser demonstrado através da ausência de um conjunto de recursos básicos, quer sejam económicos, culturais, sociais, simbólicos; ou através da estigmatização da sociedade em geral (Martins, J.R.,2014:40).

De acordo com Mela (1999), a caracterização depreciativa dos bairros por terceiros (como por exemplo, pelos órgãos de comunicação social) é, também, um meio de exclusão experienciado pelos seus habitantes. Segundo Machado e Silva, citado por Pereira, estas caracterizações criam a imagem de “bairros problemáticos e barris de pólvora prontos a explodir” (Pereira, M.J.,2011:7) onde prolifera a “criminalidade, venda de droga e insegurança urbana” (Guerra, 1994: 11). Não podemos afirmar que estas ideias sejam infundadas, uma vez que o aumento desmesurado da venda e consumo de drogas, registado nos anos 80 e 90, foram um fator determinante para a segregação dos bairros (Pereira, M.J.,2011: 6). Márcia Pereira cita Teresa Costa Pinto e Alda Gonçalves, no que toca ao fenómeno das drogas nos bairros sociais quando escreve que o “crescente agravamento e visibilidade de fenómenos ligados ao consumo e tráfico de droga que parecem estar a afetar de um modo decisivo e fortemente negativo as dinâmicas e as identidades locais” (Pereira,2010:58-59). Pereira continua salientando outros problemas dos bairros sociais: “a perceção de uma composição social (e de certa forma étnica) que integra sujeitos com um perfil social que, pelo seu modo de vida e pelo seu comportamento marcado por um forte deficit de civismo, contribui negativamente para a estruturação das dinâmicas locais conotadas com uma conflitualidade endémica; referências constantes a um processo endémico de vandalização dos espaços públicos e semipúblicos dos bairros”. (Pereira, C.F.,2010, p.58-59).

Independentemente desta mundividência negativa do bairro e dos habitantes do bairro, constatamos que os seus moradores, no geral, sentem-se satisfeitos com o território de habitação. Isto deve-se, sobretudo às relações próximas que se criam entre essas pessoas, que se entrelaçam e se protegem uns aos outros, “viver no bairro quase equivale a viver numa pequena aldeia, onde todos se conhecem e sabem poder contar com o vizinho do lado para qualquer eventualidade”. (Pereira,M.J., 2011:9). Esta satisfação com o local de residência agudiza o sentimento de segregação, de isolamento e autoexclusão.

As políticas de habitação social tentaram encontrar soluções para estes problemas, mas os resultados têm sido, geralmente, infrutíferos. Uma das medidas colocadas em prática foi o desenvolvimento de habitações sociais que pretendiam obter uma miscigenação social criando uma maior tolerância e compreensão.

Márcia Pereira (2010), na sua dissertação, refere que segundo Augusto (1998), nos territórios citadinos é observável a situação periférica dos bairros. No entanto, devemos ter em conta que esta afirmação escrita há dezassete anos, atualmente não corresponde inteiramente à verdade: se há bairros que continuam situados em periferias, outros através do grande crescimento das cidades são absorvidos passando a integrar o núcleo citadino. De acordo com as ideias propostas pelo autor citado, concordamos quando escreve que se verifica uma homogeneidade socioeconómica que se prolonga aos dias de hoje. Um ano mais tarde, Baptista (1999), na mesma linha de Augusto (1988), prossegue com as mesmas afirmações já apresentadas por este último, “a produção de bairros de habitação social, fator que parecia ter resultados favoráveis e eficazes, cujo objetivo era uma distribuição mais justa de população, teve como resultado toda a segregação visível em muitos bairros sociais contemporâneos” (Pereira, C.F.,2010:57).

2.5. Exclusão social e qualidade de vida

A exclusão social surge devido a diversos fatores sendo um dos mais relevantes a exclusão laboral que impossibilita o acesso a bens materiais e a serviços necessários à sobrevivência condigna como a habitação, a saúde e, em última instância, o lazer. O indivíduo desempregado e que usufrui de um subsídio da segurança social não é bem visto pela maior parte da população portuguesa. Se bem que existirão pessoas a receber esses subsídios indevidamente, não se pode estereotipar dessa forma, uma vez que são reais os casos de pobreza em Portugal. Segundo Rodrigues, o excluído, o pária, o ostracismo da sociedade em relação a alguém relaciona-se com o indivíduo que “não consegue configurar uma identidade (social) no trabalho, na família ou na comunidade. Torna-se um excluído das relações sociais e do mundo das representações a elas associadas” (Rodrigues, citado por Martins, 2014:44).

Nos bairros sociais são abundantes os casos de pessoas que se encontram nesta situação de exclusão o que origina grupos ditos de risco. Estas pessoas sentem-se alvo de exclusão por parte da sociedade em geral. Isto acaba por conduzir a comportamentos considerados

desviantes. Este processo de causa/consequência tem resultados bastante negativos, o sentimento de exclusão despoleta atos criminosos e delinquentes que acabam por corroborar a opinião geral (Martins, J.R.,2014:44).

Estes grupos que constituem uma parte, e não o grosso, dos residentes dos bairros sociais estendem a toda a população da habitação social, uma má reputação e uma imagem negativa o que vai criar uma rutura cada vez maior entre o bairro e a restante malha urbana. A má imagem dos bairros sociais, que é propagandeada na opinião pública, acresce a crença de serem considerados uma classe perigosa e de afetar o funcionamento da sociedade. Os indivíduos residentes em bairros sociais são assim estigmatizados, marginalizados e submetidos a um processo de desvalorização (Martins, J.R., 2014:44) A obtenção de um emprego não só permite ao indivíduo a obtenção de bens, mas cria uma perceção diferente por parte de terceiros em relação à sua posição na comunidade – a diferença entre ser contribuinte ou não. “O emprego não se traduz apenas como um rendimento, mas sim numa definição mais globalizante a nível social e de inserção” (Martins, J.R., 2014:45)

O indivíduo que trabalha e, por inerência, usufrui de uma série de direitos, mas, também deve cumprir com uma série de deveres importantes fatores de inserção e inclusão na sociedade, “quer na perspetiva de um salário que permite a existência dos indivíduos de acordo com padrões sociais aceitáveis, quer na perspetiva da configuração de uma identidade valorizante (sic) e com elevado potencial do ponto de vista da autoestima e da inserção” (Martins, 2014:45). A exclusão social consiste numa fenomenologia complexa que atinge, em grande escala, os residentes dos bairros sociais, mas, gradualmente, tem vindo a afetar outras camadas sociais pela elevada taxa de desemprego.

É mais do que pertinente cruzar o conceito de exclusão com o de qualidade de vida. O conceito de qualidade de vida abrange várias dimensões disciplinares e é marcado por uma complexidade que tem constituído um desafio à sua definição entre os autores. Isto origina uma panóplia de significados que se alteram conforme a área de abordagem ao tema, seja ela sociológica, psicológica, histórica, médica, entre outras, ou seja, a complexidade do conceito não permite estabelecer uma única definição, por isso, podemos concluir que existem tantas definições de qualidade de vida como o número de pessoas que a tentam definir (Belbute, J. et al, 2009: 4). É notório que os fatores impactantes da qualidade de vida não estão somente ligados ao bem-estar emocional e mental, mas também à família, aos amigos, ao trabalho, entre

outros fatores do nosso quotidiano. Assim, e recorrendo à primeira versão da Lei de Bases do Ambiente¹⁸, podemos dizer que é:

“Resultado da interação de múltiplos fatores no funcionamento das sociedades humanas e traduz-se na situação do bem-estar físico, mental e social e na satisfação e afirmação culturais, assim como as relações autênticas entre o indivíduo e a comunidade, dependendo da influência de fatores interrelacionados”¹⁹.

Ainda, a mesma lei discrimina quais são esses fatores: recursos disponíveis; a qualidade da alimentação, os cuidados de saúde, o sistema de ensino, as acessibilidades, a ocupação dos tempos livres; um sistema social eficaz que garanta a prestação dos serviços da Segurança Social; uma inserção harmoniosa das indústrias urbanas na paisagem; a qualidade ambiental²⁰.

Os autores que se dedicaram a esta temática que, agora, nos propomos analisar têm-se debatido com a dificuldade em definir, objetivamente, o que é Qualidade de Vida e, também, em encontrar uma metodologia adequada para avaliar esse conceito. Esses obstáculos fazem parte da historiografia das Ciências Sociais, como iremos verificar através dos já propostos por Martins (2011) na sua dissertação de doutoramento *Os territórios da Qualidade de Vida no Porto: uma avaliação das disparidades intraurbanas*, e por Santos (2011) na sua tese de Doutoramento.

Como, refere Martins (2011) não é possível atribuir uma datação ao momento em que surge a noção de Qualidade de Vida. No entanto, é, também na década de 60 que surge o Movimento dos Indicadores Sociais que se difundiu ao nível mundial. Constatou-se que nesta década de 60 a evolução ao nível económico não implica necessariamente a melhoria das condições de vida para a população em geral: o “bem-estar social” (Santos,S.R., 2011: 10).

¹⁸ Artigo 5º da primeira versão da Lei de Bases do Ambiente (Lei 11/87 de 7 de Abril). <http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=752&tabela=lei_velhas&nversao=1&so_miolo=>. [Consulta realizada em 10.12.2014].

¹⁹ *Idem; Ibidem*.

²⁰ A finalidade deste relatório era providenciar uma avaliação das condições sociais da população norte-americana.

Verificou-se ser fundamental ter em consideração outros fatores, para se conseguir atingir uma melhoria da qualidade de vida²¹.

Este fenómeno foi transversal às diversas nações, nomeadamente, na América do Norte, na América do Sul e na Europa. Do mesmo modo, os fatores ambientais, o desenvolvimento industrial, conjuntamente, com o aumento da população foram impactantes na noção da Qualidade de Vida.

Nos anos 70 e 80 do século XX, o conceito de Qualidade de Vida foi-se tornando cada vez mais premente, embora nessa segunda década a investigação e produção acerca dos conceitos sociais tenha sido menor. A revista *Social Indicators Research* (1974) foi preponderante na propagação de informação acerca da investigação realizada sobre as temáticas que temos vindo a referir.

A OMS foi a grande entidade responsável por definir, em um estudo multicêntrico, o conceito de qualidade de vida tal como o entendemos hoje: é a forma como o indivíduo se vê no contexto pessoal, cultural e moral em que se encontra enquadrado e a relação que é estabelecida entre si e os seus objectivos, aspirações e limitações. A partir desta definição, diversos autores desenvolveram o assunto, com maior ou menor extensão, mas sempre tendo em conta os parâmetros estabelecidos pela OMS.

Segundo alguns autores, a difusão e banalização do conceito de qualidade de vida tem sido apoderado de forma incorreta através de uma utilização que tem em vista a manipulação de dados estatísticos com fins políticos. No entanto, a politização do conceito trouxe vantagens, como, a discussão acerca da qualidade de vida em debates e campanhas o que contribuiu para consciencializar as populações, e, o aumento exponencial do número de pesquisas em torno desse assunto.

Vejamos as linhas orientadoras utilizadas por alguns autores no sentido de delimitarem as características necessárias à elaboração de uma definição de Qualidade de Vida.

²¹ Martins é uma das apologistas da afirmação do conceito da Qualidade de Vida na década de 60 do século XX. A autora evidencia a eclosão da discussão em torno do crescimento económico, nessa altura, e salienta que esse fator não se traduziu no aumento da satisfação das populações com a sua qualidade de vida.

Autor	Definição
Sétien (1993, citado por Ramirez e Tovar 2002)	Três âmbitos de análise: aspectos materiais/aspectos imateriais; aspectos individuais/aspectos colectivos; aspectos objectivos/aspectos subjectivos.
Nuvolati (1998 <i>apud</i> Santos <i>et al</i> 2005)	Cruzamento da dicotomia individual/colectivo com a dicotomia do material/imaterial, de que resulta a análise de QdV centrada em cinco grandes domínios: materiais colectivos; materiais individuais; não materiais colectivos; não materiais individuais; contexto geral.
Trevor Hancock (2000, <i>apud</i> Ferrão e Guerra 2004)	Conjugação das percepções subjacentes às dimensões subjectivas/qualitativa e das condições objectivas/quantitativas com os níveis individual e comunitário.
Gössweiner <i>et al</i> (2002)	Complexidade subjacente à análise, resultando o conceito de QdV da conjugação das situações de vida objectivas e subjectivas dos indivíduos e grupos. Saliente-se a interrelação com as políticas a partir do desenvolvimento do conceito de Qualidade Social.
Ferrão e Guerra (2004)	Conceito integrado de QdV ressaltando a reorientação teórica com a valorização das dimensões bem-estar subjectivo; avaliação do desenvolvimento, integrando aspectos não estritamente económicos, considerados na diversidade de situações culturais e institucionais existentes; e a integração da sustentabilidade ambiental

Adaptado de Belbute et al, 2009:6

Figura 4-Suporte para a delimitação dos atributos do conceito de qualidade de vida

Rodrigues (2007) elencou algumas das definições que melhor caracterizam o conceito de qualidade de vida. A título de exemplo, o autor refere a obra de Dalkey and Rourke que interpretam a qualidade de vida como “um sentimento pessoal de bem-estar, a satisfação ou insatisfação da vida, a sua felicidade ou sua infelicidade” (Rodrigues, D.S.,2007: 21); para Harland, qualidade de vida é “sinónimo de vida agradável, de bem-estar social, de proteção social e de progresso social, definindo-a como “a totalidade de bens, serviços, situações e estados que constituem a vida humana e que são necessários e desejados” (Santos, S.R., 2011: 11); enquanto no trabalho de Liu, a *Qualidade de Vida* é visto como algo subjetivo acerca do “bem-estar das pessoas e do meio onde vivem, considerando que esta expressa as vontades, traduzidas em necessidades que, após serem colmatadas e adquiridas, permitem ao indivíduo a sua felicidade ou satisfação” (Santos, S.R., 2011: 11).

São muitos os trabalhos que seguem estas obras dos anos 70, mas, essencialmente podemos constatar a dificuldade em definir um conceito que envolve subtilezas e cambiantes que transcendem as matérias exteriores e que se prendem com as idiossincrasias inerentes e próprias do indivíduo. Esta consideração que apresentamos é corroborada por uma afirmação de Bossard, em 1999, que percebe que o conceito em análise, “envolve visões conceptuais que, frequentemente, variam de pessoa para pessoa, de lugar para lugar e ao longo do tempo, atestando a subjetividade do conceito, mas especificando que essa subjetividade é dependente de fatores espaciais e temporais que alteram a percepção”(Santos, S.R., 2011: 12).

Nos anos 90, os estudos sobre a *Qualidade de Vida* são mais focados na caracterização dos espaços ou grupos excluídos. De acordo, com Marques (2002) nessa década desenvolve-se a teoria que a qualidade de vida está mais associada às “necessidades imateriais” em detrimento das “preocupações materiais”, concluindo-se que as necessidades básicas de cada indivíduo são distintas e que para algumas pessoas implica outros fatores que não se prendem com essas exigências de primeira instância, “exigências não básicas”.

No panorama nacional, Santos (2011) na tentativa de sistematizar a noção de qualidade de vida, define-a como uma avaliação das condições vivenciadas, por determinados indivíduos, com base em fatores específicos, nomeadamente, condições de acesso a serviços de saúde, níveis de educação escolar, conjuntura determinante do bem-estar físico e mental, entre outros.

Torres (2007) fixou duas abordagens distintas para o enquadramento da qualidade de vida: uma, que prima pela avaliação da obtenção e reunião das condições necessárias para a satisfação pessoal; e outra, que tem em conta a perceção individual de cada pessoa e em que prevalecem fatores qualificáveis em detrimentos dos quantificáveis.

Outros pontos aceites como válidos pela grande maioria dos estudiosos desta matéria são os seguintes:

- a qualidade de vida resulta de dois fatores primordiais, a auto noção dessa qualidade de vida (mecanismos psicológicos internos) e das condições do meio envolvente;

- compartimentar a análise dos diversos elementos que contribuem para a qualidade de vida, como a saúde; a segurança pública; a instrução obrigatória; o comércio de primeira necessidade; o rendimento; o nível de instrução; as condições de habitação; oferta cultural; comércio de bens de segunda necessidade; a maior ou menor integração na comunidade; o grau de envolvimento cívico; o nível cultural; a paisagem; o clima; o património histórico e arquitetónico dos lugares, de forma a se proceder a uma correta avaliação empírica;

Abdicou-se de perseguir uma definição universal relativamente ao conceito de qualidade de vida, portanto, a investigação realizada nesta área deve valorizar o fim a que se destina. A qualidade de vida enquanto mero objeto de estudo (Martins, I.C., 2004).

Capítulo 3 – Territórios, habitação social e qualidade de vida: Uma aproximação a Matosinhos

3.1. Caracterização territorial e demográfica

O concelho de Matosinhos pertence à Região Norte (NUT II) e NUT III (Grande Área Metropolitana). Tal como se pode observar na figura 5 o concelho de Matosinhos é limitado, a norte, pelo concelho de Vila do Conde, a nordeste pela Maia e a sul pelo Porto. Apresenta-se com uma área de 62.2km².

Anteriormente Matosinhos subdividia-se administrativamente em dez freguesias, a partir de 2013 com a união de freguesias o concelho passou a subdividir-se em quatro freguesias: 1- Custóias, Leça do Balio e Guifões; 2- Matosinhos e Leça da Palmeira; 3- Perafita, Lavra e Santa Cruz do Bispo; 4- São Mamede de Infesta e Senhora da Hora. Algumas delas com características bem distintas, umas mais rurais e outras mais urbanas.

Relativamente às acessibilidades, Matosinhos dispõe de uma boa rede de estradas, quer seja por vias municipais, quer por autoestradas, e também de transportes públicos (autocarros pertencentes a empresas privadas e públicas e o metro desde 2002).

Para além disto, “o concelho dispõe ainda de uma boa cobertura de espaços públicos de lazer, está totalmente coberto pela rede de iluminação pública, 99% dos alojamentos dispõem de água canalizada e estão cobertos pela rede de saneamento.” (Pori:2)

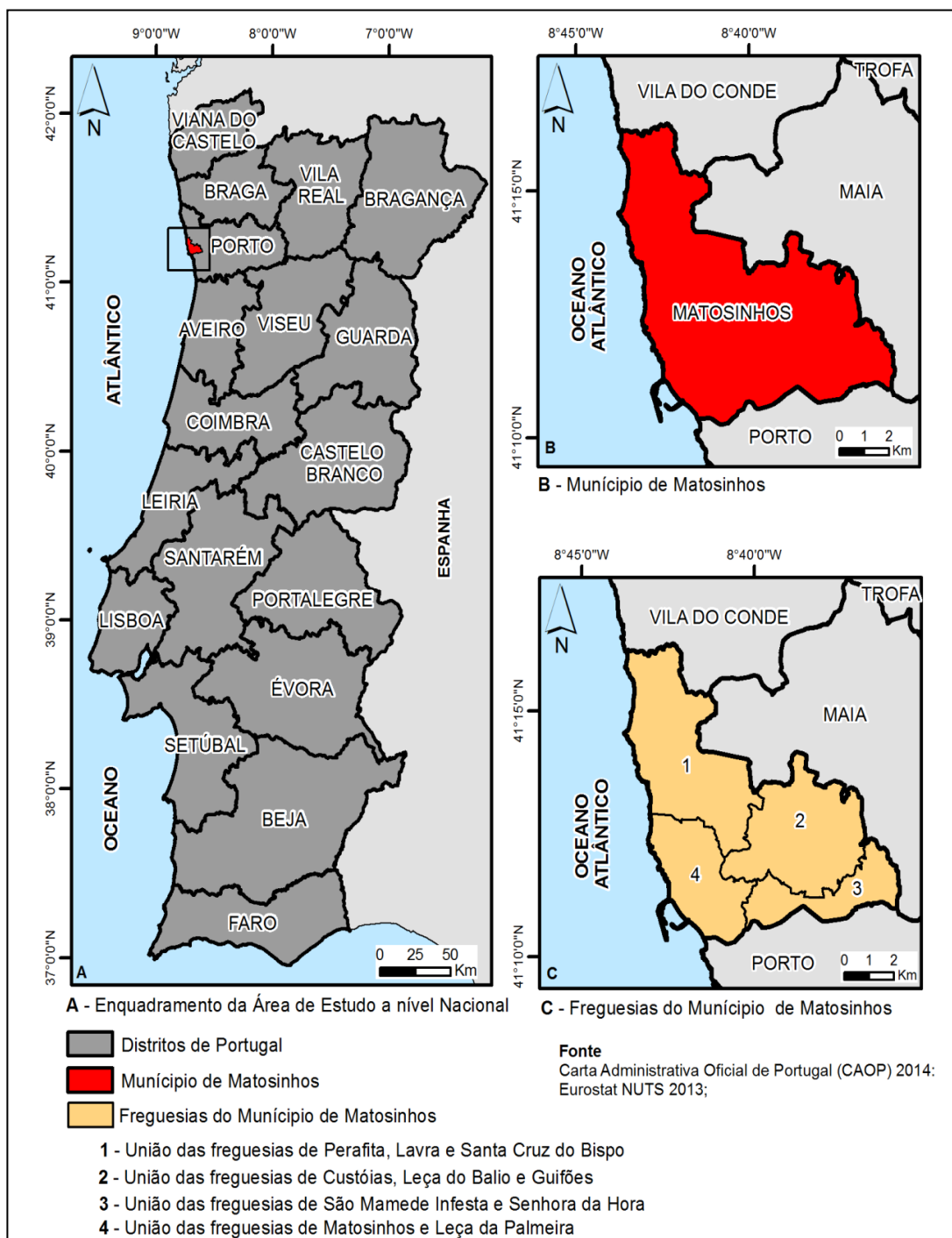


Figura 5-Enquadramento da Área de Estudo - Concelho de Matosinhos

No que diz respeito à população, Matosinhos é considerado o oitavo concelho, a nível nacional, com maior número de residentes. Segundo o recenseamento em 2001, publicado pelo INE, o número total da população residente no concelho de Matosinhos correspondia a 167 026, sendo que 86 067 eram do sexo feminino e 80 959 do sexo masculino. Contudo, no último momento censitário, isto é, em 2011 estes números alteram-se passando para um número total da população residente de 175 478, onde 92034 do sexo feminino e 83 444 do sexo masculino. A dinâmica económica e social permitiu que se registasse uma taxa de crescimento da população, na última década, de 5,1%, a segunda mais elevada no seio dos concelhos da grande área metropolitana do Porto com mais de 100 mil habitantes e superior em 3,1 pontos percentuais à taxa de crescimento média nacional.

De salientar que, se verificarmos os anos anteriores, isto é, desde 1900 até 2011 comprova-se que a população residente tem vindo a aumentar ao longo dos anos (quadro 1).

O crescimento significativo da população, a partir de 1960 origina o aumento do número de barracas e ilhas. Este facto levou a que a autarquia, após 25 de Abril desenvolve-se a sua ação com vista à melhoria das condições habitacionais das famílias e realiza a candidatura ao Programa Especial de Realojamento.

Quadro 1-População residente no concelho de Matosinhos

1900	25071
1930	50962
1960	91017
1970	107736
1981	137056
1991	151781
2001	167026
2011	175478

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População, 1970, 1981, 1991, 2001 e 2011;

3.2. Evolução da habitação social no concelho de Matosinhos

No século XX, observa-se um processo de crescente urbanização que origina uma procura acrescida de habitação, que não é satisfeita pela oferta nem pública nem privada. Foi necessário criar medidas alternativas como, por exemplo, a divisão de uma mesma habitação entre numerosas famílias e construção clandestina, nomeadamente, de barracas.

Os problemas associados a este tipo de alojamento não clássico, nomeadamente, a falta de higiene e salubridade determinam a criação de soluções para estas questões através da construção de habitações operárias, comumente designadas por “ilhas”²².

A partir da década de 60 do século XX, surgem problemas de carência habitacional, principalmente nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto. Na mesma década, o aumento demográfico da população provocado por um êxodo rural agudiza esse mesmo problema, como referido acima.

Nas décadas de 70 e 80, não estando o concelho de Matosinhos preparado para receber um número tão elevado de habitações sociais, devido à falta de disponibilidade dos solos municipais e à localização dos mesmos, originou uma concentração de alojamentos sociais provocando a “guetização” (Santos, V.,2013). Nos anos 90, com o PER, a consciencialização desta problemática levou à redução do afastamento entre os núcleos de habitações sociais e a restante cidade, por meio de melhoria nas redes de transporte públicos, da construção de equipamentos sociais e da sua dispersão pelo território (Santos, V., 2013). Estas medidas tomadas pela Câmara Municipal de Matosinhos logrou-lhe determinados prémios atribuídos pelo Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana²³.

Em 1993, o levantamento efetuado, com vista à implementação do PER nos bairros sociais, registou um total de 3745 barracas e outras habitações similares. Esse número bastante elevado correspondia a uma percentagem de 28% destas habitações existentes no Distrito do Porto. Mesmo antes da implementação do PER, as entidades autárquicas de Matosinhos tentaram, de alguma forma, restringir o problema crescente de habitações clandestinas, legalizando e infraestruturando estas habitações através das Áreas Urbanas de Génese Ilegal

²² As “ilhas” eram “ filas de pequenas casas a maior parte delas construídas nos quintais das traseiras de habitações das classes médias e com acesso para a rua através de estreitos corredores debaixo das casas que faziam frente para a rua”(Zilhão, A.,2014)

²³ Os prémios atribuídos foram os seguintes: quatro concedidos pelo Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana em 1999, 2000, 2003 e 2006, três menções honrosas e quatro menções de júri.

(AUGIs)²⁴.

Em 1994, a autarquia de Matosinhos estabelece como objetivo a erradicação das ilhas e barracas. Na tentativa de extinguir esses tipos de habitação adere ao PER nesse mesmo ano.

O aumento exponencial da habitação social com o PER e outros programas anteriores a este transforma, a autarquia num grande proprietário, o que origina outros tipos de problemas associados à gestão destes espaços e à imposição de novas soluções, ou seja, à construção dos edifícios acresce equipamentos sociais coletivos, nomeadamente, espaço de lazer, de desporto, de ocupação de tempos livres. Esta idealização e dinamização do espaço são encetadas por gabinetes de atendimento à população no âmbito do Projeto Luta Contra a Pobreza e equipas técnicas de manutenção e gestão do edificado criadas especificamente para esse fim.

Em 2001, o recenseamento efetuado contabilizou 2470 habitações com “arrendamento social”, ou seja, as ilhas e barracas estavam em regressão. O trabalho efetuado durante a década de 90 revelou os seus frutos na década seguinte quando em 2002, registou-se o número de 3601 habitações sociais.

Em 2011, o número de barracas decresce para 183, ou seja, 0,3% da totalidade de habitações existentes no concelho.

Em 2013, a Câmara Municipal de Matosinhos é a proprietária de 4311 habitações sociais, das quais 607 foram atribuídas pelo Instituto de Gestão e Alienação do Estado, 48 pela Fundação Salazar, 126 pela Associação dos Portos do Douro e Leixões, 322 pelo Instituto de Gestão Financeira e 3 habitações adquiridas através de expropriações urbanísticas (Santos, V.,2013:23).

²⁴ Lei 91/95, de 2/9, e sucessivas revisões, a última revisão é a Lei nº70/2015 de 16/07 ver: http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1240&tabela=leis

Quadro 2-Distribuição das entidades fomentadoras da Habitação Social

Habitação Social	Autarquia	I.G.A.P.H.E ²⁵	F.Salazar	Associação dos Portos do Douro e Leixões	Instituto de Gestão Financeira	Expropriações Urbanísticas
4311	3205	607	48	126	322	3

Fonte: (Santos, V., 2013)

O mais recente Inquérito à Caracterização da Habitação Social no grande Porto elaborou uma listagem onde Matosinhos surge em segundo lugar como o concelho com maior número de habitações sociais. A taxa de ocupação destes núcleos corresponde a 98,9%.

O elevado número de habitações sociais da autarquia e a gestão patrimonial, financeira e social dos mesmos originou a criação de uma grande estrutura onde se concentram todos os serviços para dar resposta a estas necessidades: nasce a MatosinhosHabit - MH – Empresa Municipal de Habitação, EM, criada em 1999.

Com a publicação da lei 58/98, de 18 de Agosto – “lei das empresas municipais, intermunicipais e regionais” -, os municípios puderam, então, criar empresas de capitais próprios, com personalidade jurídica e autonomia administrativa, financeira e patrimonial para a prossecução de fins de interesse público cujo objeto se contenha no âmbito das respetivas atribuições. Atualmente, as empresas municipais são regidas pela lei 53-F/2006, de 22 de Dezembro, que introduziu alterações à Lei 58/98, de 18 de Agosto e que estabelece o regime jurídico do sector empresarial local.

²⁵ Instituto de Gestão e Alienação do Estado do Património habitacional do Estado

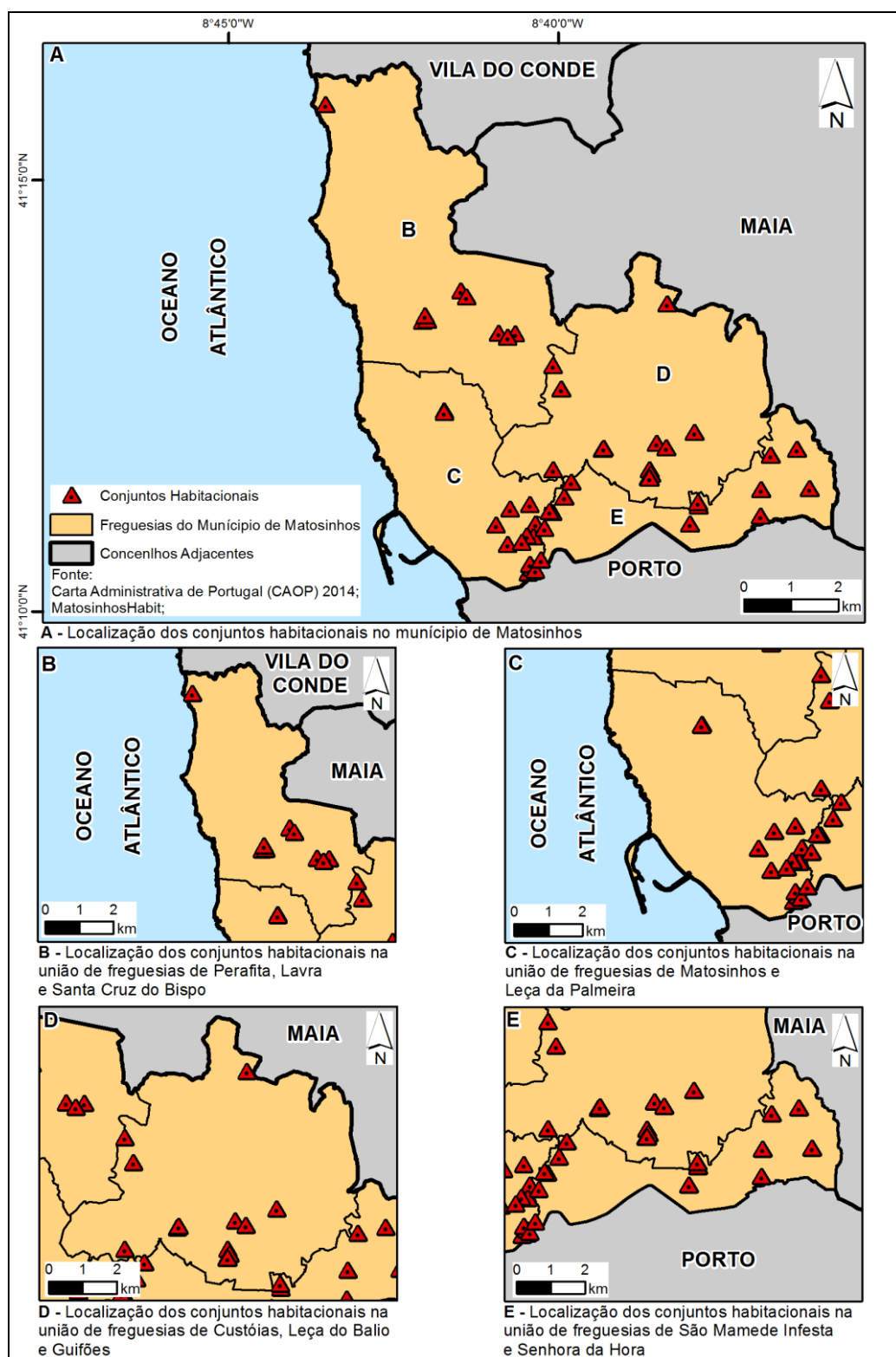


Figura 6- Localização dos bairros sociais no concelho de Matosinhos

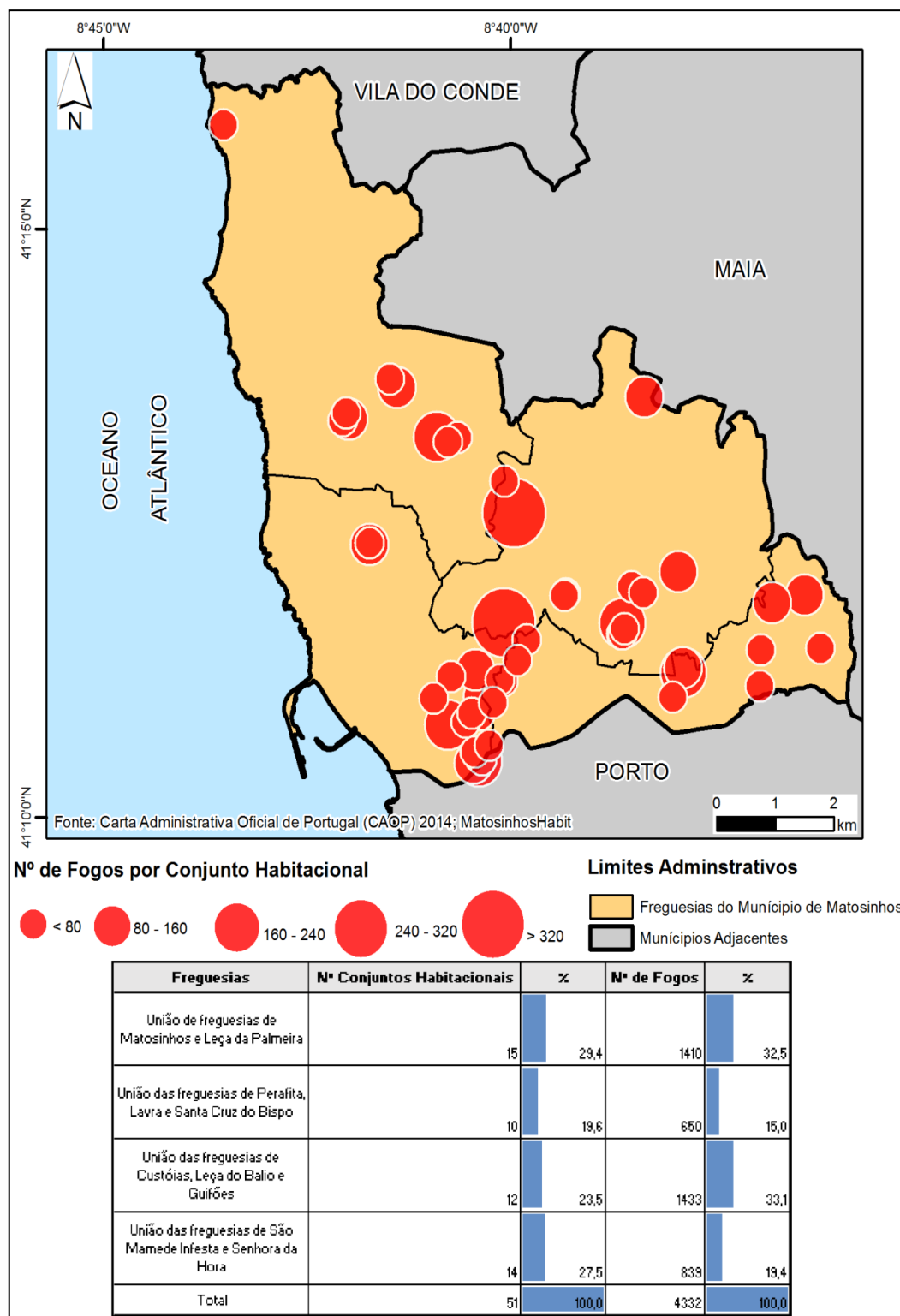


Figura 7- Número de fogos por conjunto habitacional

3.3. Breve análise ao parque habitacional do concelho de Matosinhos e o impacto do PER na redução de alojamentos não clássicos

Após a análise da evolução da habitação social, consideramos essencial a análise da evolução dos alojamentos clássicos e não clássicos do concelho de Matosinhos, para inferir o impacto do PER na diminuição das carências quantitativas, com base nos censos de 1991, 2001 e 2011 de forma a constatar se o número de ilhas e barracas diminuiu em virtude da aplicação do PER.

Em 1991, verifica-se a existência de 45 179 alojamentos ocupados como residência habitual, 3 216 alojamentos clássicos de residência secundária, 4299 alojamentos clássicos vagos e 457 alojamentos não clássicos. Nesse ano foram registadas 46549 famílias clássicas na totalidade das freguesias do concelho. O que demonstra que existem famílias a partilhar alojamentos, para além do número de alojamentos não clássicos, situação que é um indicador de carência habitacional,

Em 2001, existiam 56323 alojamentos clássicos de residência habitual, 5130 alojamentos clássicos como habitação secundária, 6313 alojamentos clássicos vagos e 661 não clássicos. Nesse ano foram registadas 57 771 famílias clássicas na totalidade de freguesias do concelho. Mais uma vez se comprova a situação acima referida.

De 1991 para 2001, aumentou o número de alojamentos clássicos de residência habitual em 11 144, aumentou o número de alojamentos clássicos de residência secundária em 1914, aumentou o número de alojamentos clássicos vagos em 2014 e aumentou o número de alojamento não clássicos em 204.

Em 2011, existiam 67 258 alojamentos clássicos de residência habitual, 6526 alojamentos clássicos como habitação secundária, 8371 alojamentos clássicos vagos e 70 alojamentos não clássicos. O número de famílias clássicas, nesse ano, é de 67 821 – número bastante aproximado ao dos alojamentos clássicos de residência habitual. Comparativamente, com os números de 2001, observamos os seguintes aumentos: mais 10 935 alojamentos clássicos de residência habitual, mais 1359 alojamentos clássicos de residência secundária e mais 2058 alojamentos vagos. Neste ano, nota-se uma inversão na tendência do aumento do número de alojamentos não clássicos que demonstra um decréscimo acentuado de 661 para 70.

A tendência relativamente ao número de famílias clássicas foi a de um crescimento constante ao longo do tempo: 46 549 em 1991, 57771 em 2001 e 67 821 em 2011.

Por estes valores, podemos ver que o PER no concelho tem um impacto positivo, dado

que os alojamentos não clássicos diminuem, contudo, continua-se a verificar carências quantitativas, pois em 2011 temos mais famílias que alojamentos clássicos de residência habitual e ainda 70 alojamentos não clássicos.

Quadro 3-Alojamentos clássicos 1991

Localização	Alojamentos clássicos 1991		
	residência habitual	residência secundária	vagos
Matosinhos	45179	3216	4299
Custóias	4298	240	240
Guifões	3144	139	115
Lavra	2438	400	240
Leça do Balio	4263	326	402
Leça da Palmeira	4823	257	544
Matosinhos	8702	416	1010
Perafita	3218	239	212
Santa Cruz do Bispo	1595	53	97
São Mamede de Infesta	6403	449	690
Senhora da Hora	6295	697	749

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População e Habitação, 1991

Quadro 4-Alojamentos clássicos 2001

Localização	Alojamentos clássicos 2001		
	Residência habitual	residência secundária	vagos
Matosinhos	56323	5130	6313
Custóias	5622	346	530
Guifões	3210	151	224
Lavra	2880	784	222
Leça do Balio	5198	299	710
Leça da Palmeira	6049	717	876
Matosinhos	9851	825	1053
Perafita	3984	231	325
Santa Cruz do Bispo	1903	80	206
São Mamede de Infesta	8424	788	1191
Senhora da Hora	9202	909	976

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População e Habitação, 2001 e 2011

Quadro 5-Alojamentos clássicos 2011

Localização	Alojamentos clássicos 2011		
	Residência habitual	residência secundária	vagos
Matosinhos	67258	6526	8371
Custóias	6610	341	645
Guifões	3576	200	363
Lavra	3640	810	491
Leça do Balio	6582	407	724
Leça da Palmeira	7270	848	1282
Matosinhos	12332	1229	1471
Perafita	4987	327	542
Santa Cruz do Bispo	1958	64	193
São Mamede de Infesta	9440	1322	1522
Senhora da Hora	10863	978	1138

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População e Habitação, 2001 e 2011

Quadro 6-Alojamentos não clássicos 1991, 2001e 2011

Localização	Alojamentos não clássicos		
	1991	2001	2011
Matosinhos	457	661	70
Custóias	39	54	2
Guifões	47	28	2
Lavra	22	173	9
Leça do Balio	32	49	5
Leça da Palmeira	41	54	7
Matosinhos	207	143	18
Perafita	6	29	8
Santa Cruz do Bispo	37	29	8
São Mamede de Infesta	10	57	5
Senhora da Hora	16	45	6

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População e Habitação, 1991, 2001 e 2011

3.4. Caracterização dos bairros sociais no concelho de Matosinhos

Através da Matosinhohabit²⁶, tivemos acesso a uma série de dados, aqui representados nas figuras 8,9,10,11,12,13,14,15 e 16 que sintetizam a informação registada até Outubro de 2014 relativamente a um conjunto de características dos moradores do bairro

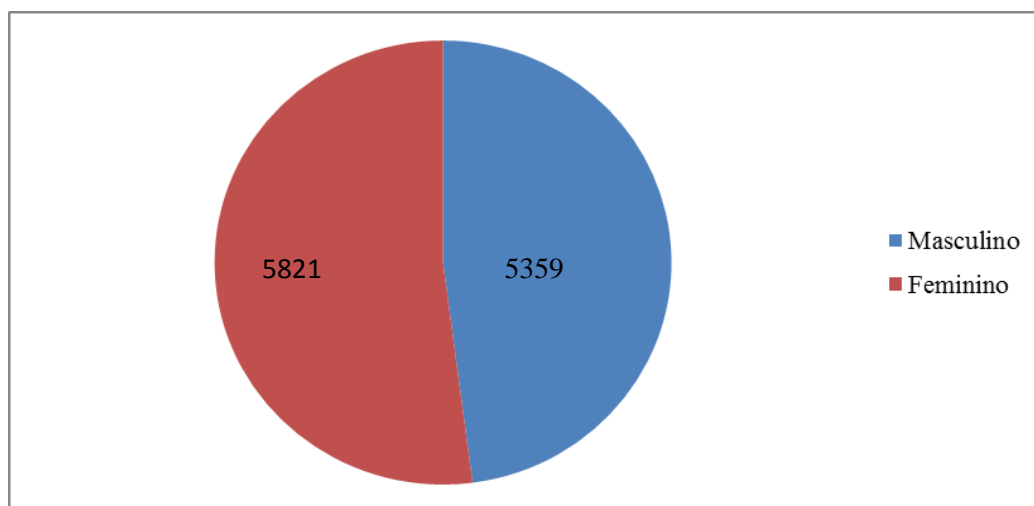


Figura 8- Género da população dos bairros sociais no concelho de Matosinhos

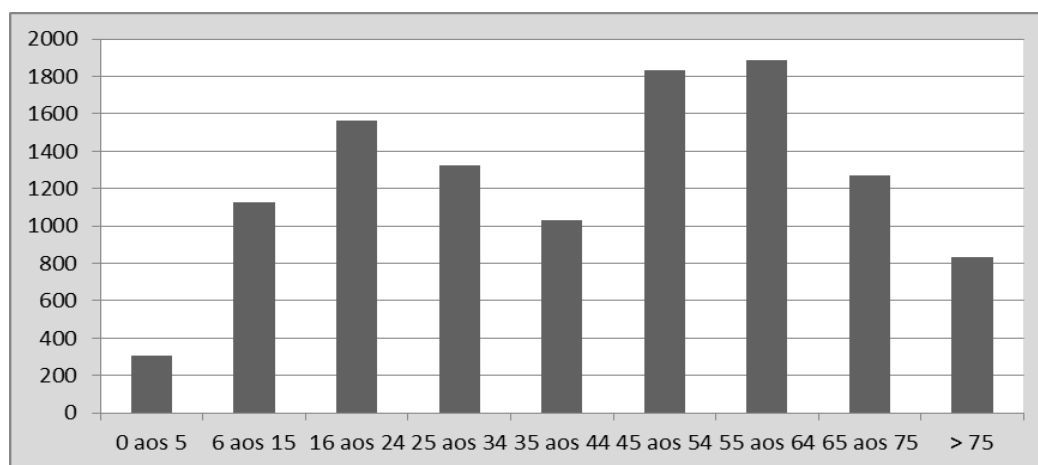


Figura 9- Estrutura etária das pessoas dos bairros sociais no concelho de Matosinhos

²⁶ Todos os dados apresentados nesta tese, gentilmente cedidos pela Matosinhohabit correspondem a estatísticas elaboradas para os bairros do concelho de Matosinhos até à data de 31 de Outubro de 2014.

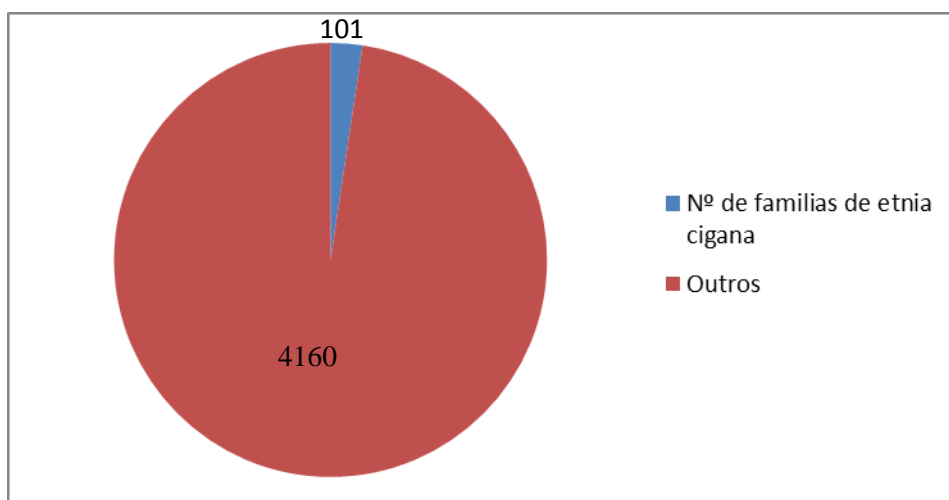


Figura 10-Etnias nos bairros sociais no concelho de Matosinhos

Assim, na totalidade dos moradores dos bairros do concelho de Matosinhos existem: 5821 indivíduos do sexo feminino e 5359 indivíduos do género masculino. Relativamente à sua distribuição por grupos etários, destacamos o elevado número de pessoas dos 65 e mais anos (2148 indivíduos), dos 55 aos 64 (1887 indivíduos), dos 45 aos 54 (1834) e dos 16 aos 24 (1564), e a pouca quantidade de indivíduos nos grupos dos 0 aos 5 (305) (figuras 8 e 9), o que demonstra, que a população do bairros tal, como a do município, está a envelhecer, quer pela base, quer pelo topo.

Verificamos, ainda, que de um universo de 4261 famílias, 101 são de etnia cigana (figura 10).

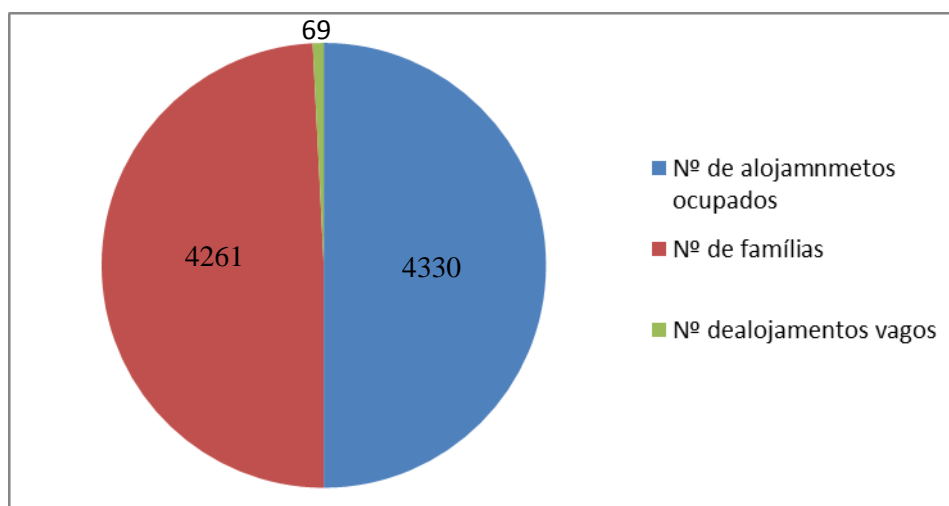


Figura 11-Habitações dos bairros sociais no concelho de Matosinhos

A figura 11 apresenta a relação entre o número de agregados familiares e o número de habitações ocupadas e vagas. Tendo em conta que existem 4330 habitações para 4261 famílias e que apenas 69 se encontram vagas, podemos concluir que foi feito um esforço no sentido de alojar (figura 12) que congrega as diversas situações profissionais dos moradores dos bairros, consideramos importante salientar os desempregados sem subsídio que totalizam 2716 indivíduos, o número de empregados equivalente a 1836 indivíduos, o número de pensionistas que soma 2262 indivíduos e o número de estudantes que perfaz 2078 indivíduos. Constatamos que, a maior parte dos moradores dos bairros se encontra desempregada e que existe um número alarmante de pessoas que não auferem qualquer subsídio, situação, que sem dúvida tem consequências negativas na qualidade de vida destas famílias.

Em conformidade, com as faixas etárias apresentadas e tendo em conta que os grupos dos 6 aos 15 e dos 16 aos 24 totalizam 2692 indivíduos, pensamos que o número de estudantes (2078) não se encontra completamente desadequado, uma vez que deve obedecer à escolaridade obrigatória.

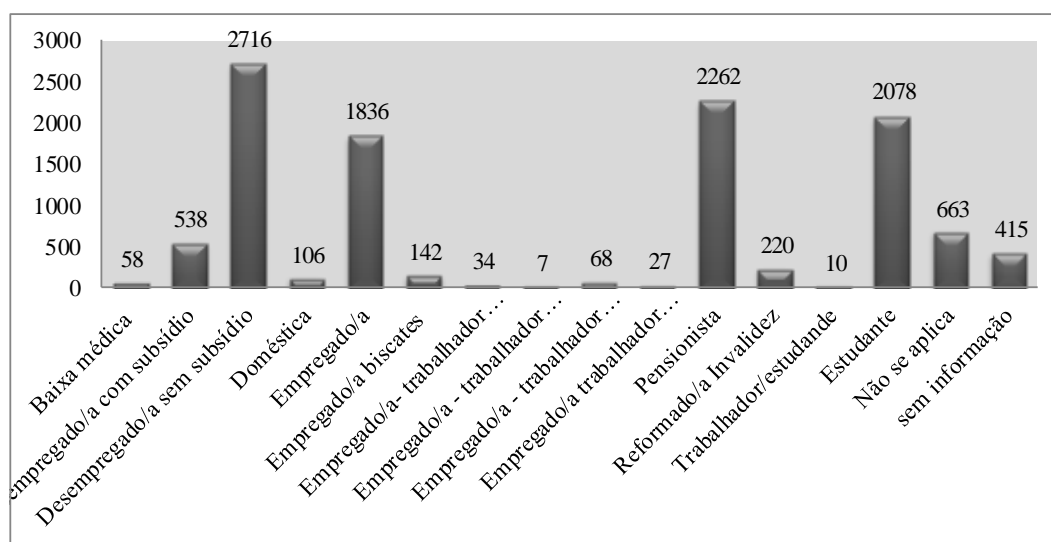


Figura 12 - Situação profissional

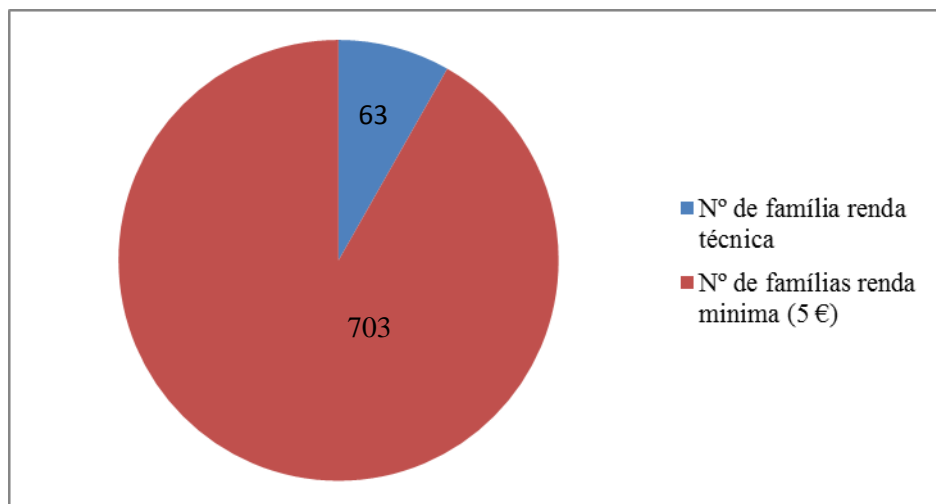


Figura 13-Rendas dos bairros sociais no concelho de Matosinhos

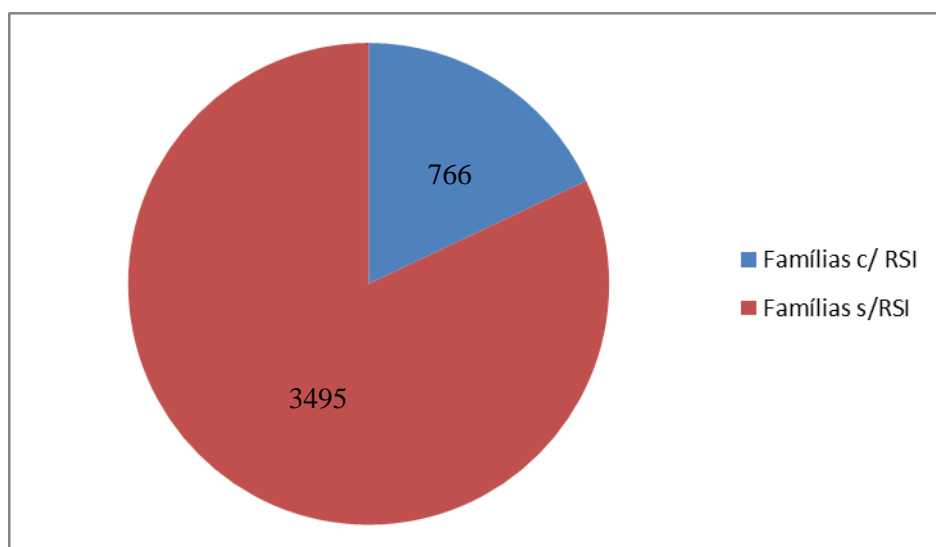


Figura 14-Famílias dos bairros sociais com e sem RSI

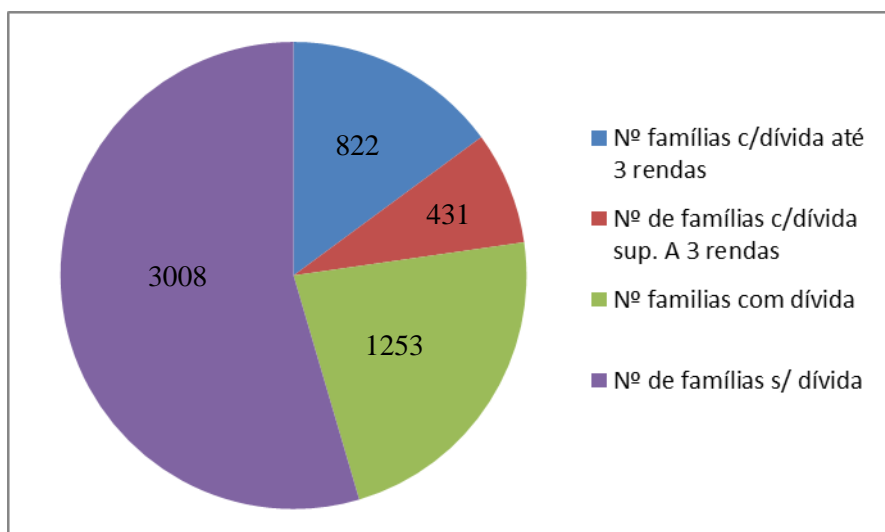


Figura 15-Dívidas das famílias dos bairros sociais do concelho de Matosinhos

A figura 13 que diz respeito às rendas apresenta uma divisão entre rendas técnicas que correspondem a 63 famílias e a rendas mínimas que totalizam 703. A renda mínima tem um valor de 5 €.

A figura 15 onde está representada as famílias com ou sem dívida reparamos que o número de agregados familiares sem dívida (3008) é bastante superior ao número de agregados familiares com dívida (1253). Ainda que, o número das famílias com dívida, não seja muito elevado, podemos constatar que, existe alguma dificuldade por parte das destas em cumprir com este encargo, o que poderá estar associado, com os números do desemprego e dos indivíduos que dependem dos subsídios do Estado.

Na verdade, conforme podemos ver na figura 14, onde está representada as famílias que recebem ou não o Rendimento Social de Inserção (RSI), verificamos que as primeiras totalizam 766 e as segundas 3495. Em termos comparativos, o número de famílias sem RSI é bastante superior ao número de famílias com RSI. Estes dados encontram-se em concordância com os das situações profissionais onde se registou 538 indivíduos desempregados com subsídio e 2716 indivíduos desempregados sem subsídio.

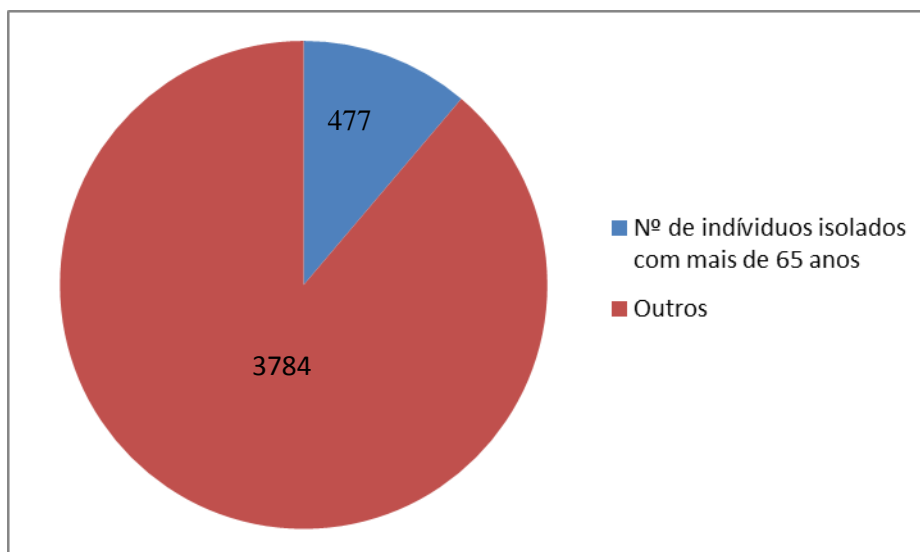


Figura 16-Indivíduos isolados com mais de 65 anos nos bairros sociais no concelho de Matosinhos

Por último, na figura 16 está representada as situações de indivíduos que por si só compõem o seu agregado familiar, sendo que 477 correspondem a indivíduos com mais de 65 anos e 3784 correspondem a outras. Consideramos, também, que este é um número avultado para o universo de agregados familiares que compõem os moradores dos bairros do concelho de Matosinhos.

3.5. Caracterização do bairro social de Monte Espinho

O conjunto habitacional²⁷ de Monte Espinho, construído ao abrigo do PER, pertence à freguesia Leça da Palmeira, concelho de Matosinhos, ocupa a seguinte localização: Rua D. M^a Cristina Rigaud Abreu, Rua José Augusto Almeida Cayolla, Rua Emílio Garcia Ramirez, Rua Alda Machado e Travessa Alda Machado. A edificação do conjunto inicia-se no ano de 2004 sob o traço da arquiteta Paula Petiz.

²⁷ O termo utilizado “Conjunto Habitacional Social” é uma nomenclatura utilizada nos documentos da Câmara Municipal de Matosinhos e na empresa MatosinhosHabit



Figura 17-Localização geográfica do bairro social Monte Espinho

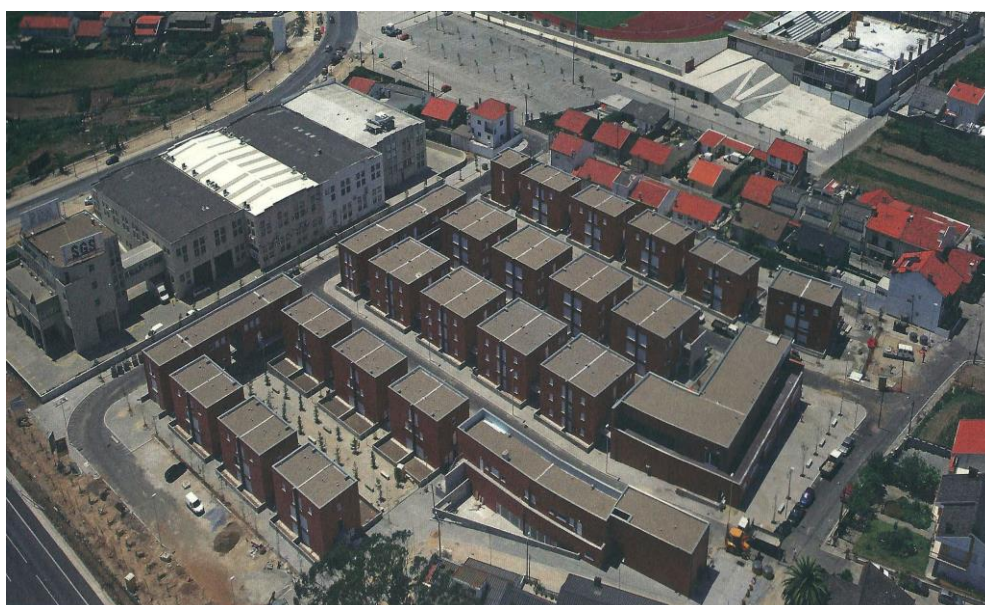


Figura 18-O bairro social Monte Espinho

Toda a obra envolveu custos na ordem dos 5,5 milhões de euros, tendo INH participado com 40% do valor.

O primeiro modelo elaborado foi modificado, “tratava-se de um projeto que envolvia no seu programa original um conjunto de 230 fogos e de alguns equipamentos de apoio. Posteriormente, e por razões de ordem financeira e programática, o Município apenas lançou a concurso um sector do conjunto inicialmente previsto”. (INH, 2006:9) Atualmente, o conjunto habitacional é composto por 107 núcleos (23 T1, 48 T2, 35 T3 e 1 T4), por uma Pré-escola conjuntamente com um ATL, por um Centro de Dia e Centro Comunitário e por dois Estabelecimentos Comerciais, distribuídos por um total de 10.715 m² de área bruta construída²⁸.

O bairro social é composto por 24 edifícios, geralmente, de paredes de tijolos, apenas os muros dos logradouros e os corpos de escadas são de betão aparente. Estas habitações sociais articulam-se ao longo de tortuosas ruas e vielas (Pampulha, R. et al., 2006) coexistindo com o um núcleo de habitações ilegais, designadas por Santos como núcleo de “clandestinos”. Esta relação entre os conjuntos habitacionais e a habitação não autorizada tornou-se inevitável devido à configuração do terreno, assim como à sua relação com a estrada A28.

Nos conjuntos habitacionais opta-se por uma solução construtiva específica: todas as habitações possuem entradas individuais, isto tem como finalidade suprir custos mais elevados para as obras e, sobretudo evitar a construção de espaços fechados que se tornariam facilmente focos de conflito.

Os espaços públicos dos conjuntos habitacionais são repletos de espaços verdes e os logradouros possuem, normalmente, áreas ajardinadas.



Figura 19-Edifícios do bairro social Monte Espinho

²⁸ Ver planta de localização nos anexos p. 122



Figura 20- Logradouros 1



Figura 21- Logradouros 2



Figura 22-Entradas individuais 1



Figura 23- Entradas individuais 2

3.5.1. Perfil dos habitantes

O bairro Monte Espinho demonstra uma adequação perfeita do número de famílias para o número de habitações numa relação que corresponde a 108/108. Fazem parte destes 108 agregados familiares 225 indivíduos tendo em conta que 47% são do género feminino e 53% do género masculino

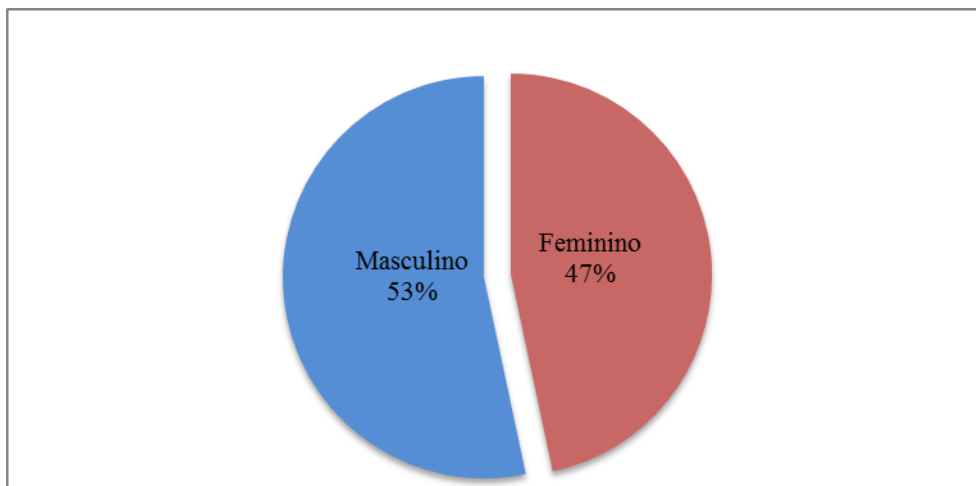


Figura 24- Género dos habitantes

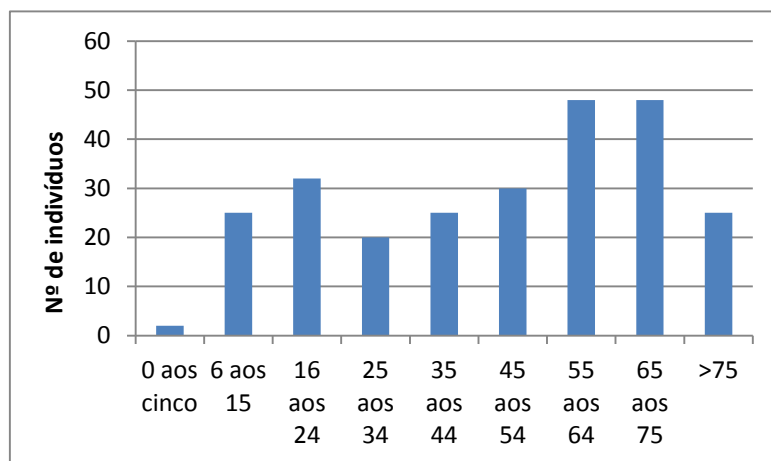


Figura 25- Estrutura etária dos habitantes

Na figura 25 onde está representada a população por estrutura etária verifica-se que no grupo dos 0 aos 5 anos existem 2 indivíduos, no grupo dos 16 aos 15 anos existem 25 indivíduos, inseridos no grupo dos 16 aos 24 anos encontram-se 32 indivíduos, no grupo dos 25 aos 34 anos aparecem 20 indivíduos, no grupo dos 35 aos 44 existem 25 indivíduos e no grupo dos 45 aos 54 anos inserem-se 30 indivíduos. Destaque-se o valor da população com mais de 65 anos que totaliza 73 indivíduos. Esta é, a faixa etária com maior número de pessoas o que demonstra que a população está envelhecida, não só por este fator mas também pelo número reduzido de jovens.

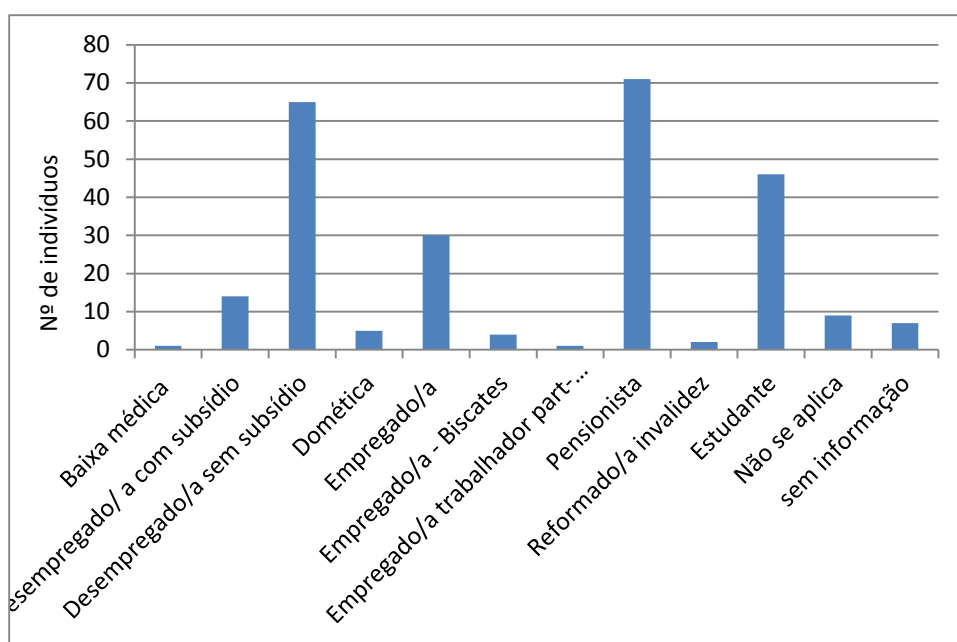


Figura 26-Situação profissional

Na figura 26 relativa à situação profissional dos residentes do bairro, confirma-se que: 1 pessoa encontra-se com baixa médica, 14 pessoas encontram-se desempregadas e a receber subsídio, 65 pessoas estão desempregadas e sem subsídio; existem 5 mulheres que são domésticas, 30 empregados; 4 empregados de biscates, 1 empregado em part-time, um número significativo de pensionistas (71), 2 pessoas que estão reformadas ou recebem pensões por invalidez, 46 estudantes, 9 pessoas não se aplicam a nenhuma destas situações e de 7 pessoas não foi possível obter qualquer informação.

Destacamos os 14 desempregados com subsídios que fazem parte do universo total de

538 desempregados com subsídio dos bairros do concelho de Matosinhos, os desempregados sem subsídio, 55 do universo de 2716 estão desempregados sem subsídio, 30 estão empregados no total de 1836, 71 pensionistas num universo de 2262 e 46 estudantes de um total de 2678. Os dados do bairro Monte Espinho apesar de apresentar valores mais baixos têm a mesma tendência que a totalidade dos bairros do concelho, porque mais uma vez encontramos um número elevado de desempregados sem subsídio relativamente aos desempregados com subsídio e o que tem repercussões na sua qualidade de vida.

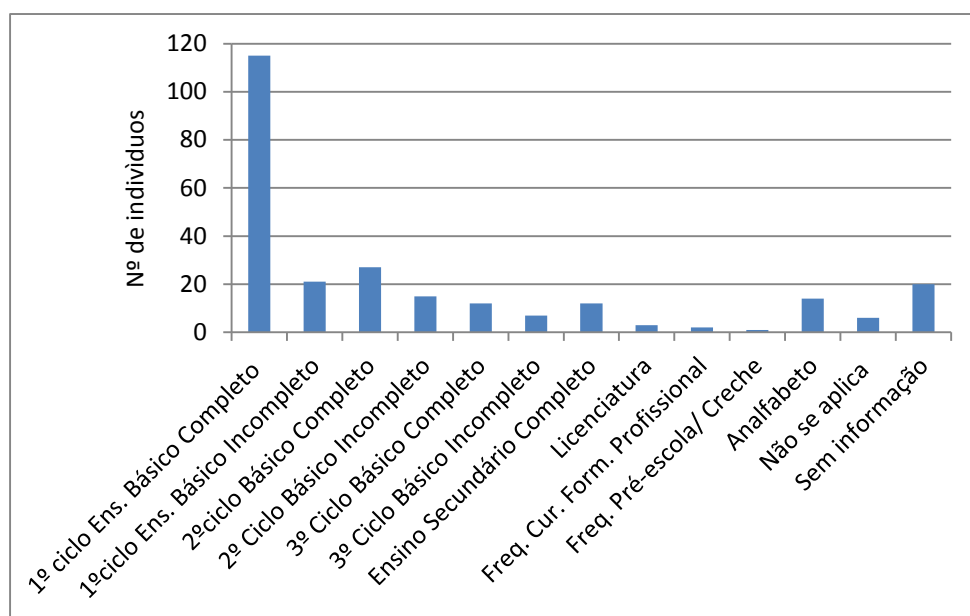


Figura 27-Habilitações literárias

Os moradores do bairro Monte Espinho foram inquiridos acerca das suas habilitações literárias. Registaram-se os seguintes dados: 115 pessoas frequentaram o primeiro ciclo do ensino básico e completaram-no e 21 deixaram-no incompleto, 27 pessoas concluíram o segundo ciclo do ensino básico e 15 não concluíram, 12 pessoas terminaram o terceiro ciclo do ensino básico e 7 deixaram-no incompleto, 12 pessoas possuem o ensino secundário completo, 3 pessoas são detentoras do grau de licenciado, 2 pessoas frequentam cursos profissionais, 1 criança frequenta a pré –escola/creche, existem 14 analfabetos, 6 pessoas não se adequam a nenhuma destas habilitações e de 20 pessoas não temos qualquer informação.

Concluimos que, maioritariamente, as habilitações literárias são de um nível baixo existindo, também, um número de indivíduos que não completaram o respetivo nível de ensino.

Salientamos, também, o número de analfabetos – 14 - que acreditamos corresponder às faixas etárias mais avançadas. Apenas 3 pessoas possuem uma habilitação correspondente ao ensino superior, o que nos leva a questionar se os jovens que crescem em bairros sociais usufruem de condições para prosseguir estudos de nível mais avançado.

Capítulo 4 – Viver no bairro: metodologia de abordagem ao bairro Monte Espinho

As vivências no Bairro Monte Espinho e a sua análise em termos de fragmentação, exclusão social e qualidade de vida, constituem o nosso foco de análise empírica. Portanto, os capítulos a partir de agora têm essa vertente de análise incorporada, seguindo a seguinte lógica: numa primeira fase, analisamos as entrevistas aos moradores do Bairro Monte Espinho através da análise de conteúdo categorial temática, das quais retiramos dados essenciais que acreditamos contribuir para a abordagem acerca das vivências de exclusão social e qualidade de vida nos bairros sociais portugueses; analisamos os desenhos das crianças com as quais trabalhamos no Gabinete Acção Social Monte de Espinho, através dos quais compreendemos a idealização da habitação desejada o que se traduziria na qualidade de vida pretendida por esses menores.

Parece-nos oportuno explicar, com maior detalhe, o trabalho desenvolvido durante o nosso estágio no Gabinete de Ação Social. Na Junta de freguesia de Matosinhos e Leça da Palmeira, apresentamos o nosso projeto à assistente social, Dra. Vera, que em virtude, da proposta de trabalho que pretendíamos desenvolver, pareceu-lhe adequada a nossa inserção no gabinete acima mencionado.

Como já indicamos na introdução, o estágio teve a duração de 8 meses, decorridos entre o mês de Outubro de 2014 até Maio de 2015. Nesse espaço de tempo tivemos a oportunidade de desenvolver atividades com um grupo de quatro menores que tinham direito a usufruir desse espaço, gratuitamente, por serem filhos de moradores do bairro do nosso estudo. As atividades eram, essencialmente, as seguintes: ajuda com os trabalhos de casa, ajuda com matérias em que demonstrassem maiores dificuldades, realização de peddy-paper e introdução à informática (uma vez que algumas destas crianças não têm computadores em casa).

Relativamente ao nosso projeto de mestrado, o estágio foi extremamente útil para nos apercebermos das perspetivas destas crianças no que toca a sua qualidade de vida, a qualidade de vida do agregado familiar, a noção de habitação, a noção de bairro e as suas aspirações. Esta mundividência foi determinada através da análise de desenhos que pedimos às crianças para elaborar: desenho da habitação real, desenho da habitação de sonho, desenho do bairro real e desenho do bairro de sonho.²⁹

²⁹ Ver desenhos p. 87-101

O estágio foi o nosso ponto de partida para a realização das entrevistas, uma vez que conseguimos estabelecer contacto com os moradores do bairro (pais das crianças do Gabinete de Ação Social Monte Espinho), quer pessoal (quando iam buscar as crianças), quer através do conhecimento da realização do nosso trabalho por mensagem transmitida pelas crianças.

A nossa base de abordagem empírica foram as entrevistas semi-diretivas aos moradores do bairro. As entrevistas como procedimentos técnicos, parecem resistir a intuitos de formalização metodológica e, em boa medida, esta situação está intimamente relacionada com o facto de com as entrevistas estar em causa um procedimento técnico ancorado num saber fazer alicerçado em competências tão diversas que vão desde a capacidade de escuta activa até à empatia interativa (Guerra, P., 2002a). Uma das particularidades do cosmos social é a de que é produto “de inumeráveis representações de si próprio” (Bourdieu, P., 1993: 11). O social em si mesmo não existe, não tem qualquer tipo de tangibilidade. O social é o nome “dado às interações onde elas efectivamente têm lugar e que elas descrevem enquanto podem, na ordem da sua posição” (Guerra, P., 2002b: 661). Evidentemente que estamos cientes de que a procura de verdades absolutas sobre o real é um exercício fracassado, por isso, procuramos aproximações à realidade, propondo um conjunto de leituras possíveis, encarando-a como múltipla, plurifacetada e diversa. E isto é tão mais verdade quando estamos perante a espacialização de conceitos tão complexos como os de fragmentação, exclusão social e qualidade de vida.

A aplicação de entrevistas em profundidade de carácter semi-estruturado obedeceu a uma estratégia de procura dos sentidos sociais permitidos pelas narrativas dos agentes quando compelidos a refletir acerca do passado, do presente e do futuro. Trata-se da técnica mais eficaz de procura de sentido por intermédio de argumentos discursivos apresentados numa situação de conversação localizada. Assim, talvez possamos enquadrar as entrevistas realizadas no que usualmente se apelidam de entrevistas compreensivas, considerando os agentes sociais como depositários de um saber importante, o mais importante (Kaufmann, J.C., 1996: 11-32). Enquanto procedimento que se enquadra na observação indireta, a entrevista é um meio privilegiado para apreender dados de índole subjetiva, designadamente ideias, crenças, atitudes, sentimentos, etc., proporcionando informação com algum nível de profundidade. A realização das entrevistas permitiu-nos aceder aos universos de significação dos actores a fim de apreender as suas representações, os seus conhecimentos e as suas vivências sobre o rock alternativo nos planos sincrónico e diacrónico. Não obstante, não descuramos que “seja qual for o método a ensaiar, nas entrevistas compreensivas os sujeitos tomam o estatuto de informadores

privilegiados. (...) No entanto, no trabalho sociológico, o «acento não é colocado na interioridade dos sujeitos, mas sim no que lhes é exterior, isto é, nos contextos sociais sobre os quais adquiriram um conhecimento prático» (Guerra, I., 2006: 18).

Não perdendo de vista esse cuidado, desenvolvemos um programa de 10 entrevistas à população, sendo nossa preocupação não a quantidade mas a qualidade da abordagem como ditam as regras da pesquisa qualitativa. Não temos, assim, quaisquer pretensões de generalização ou de exaustividade, mas tão só levantar o véu das interpretações acerca das vivências num bairro de habitação social. Estamos no âmbito de um estudo de caso confinado ao Bairro que utilizou entrevistas e desenhos das crianças como bases de interpretação simbólica desta realidade.

As entrevistas realizadas abrangem uma série de questões ligadas à auto-avaliação da Qualidade de Vida em função da habitação e do bairro. Agrupamos as perguntas das entrevistas da seguinte forma: 1. dados de identificação pessoal e do agregado familiar (data de nascimento, género, habitação anterior, habilitações, situação profissional, doença, constituição do agregado familiar, RSI, outras pensões, orçamento do agregado familiar), 2. a Imagem da Qualidade de Vida (satisfação com a Qualidade de Vida, comparação da Qualidade de Vida relativamente a dos vizinhos, autoavaliação: nível de riqueza, alterações às condições atuais de Qualidade de Vida, ajuda de terceiros, melhorias na vida quotidiana, opinião relativamente às condições de vivência ao nível nacional; 3. a auto-avaliação dos moradores relativamente à sua habitação tendo em conta a satisfação da habitação atual comparada com a anterior e a ausência de divisões na habitação; 4. a opinião dos moradores relativamente ao bairro em que vivem (satisfação com o bairro, mudanças sentidas na vivência aquando da transição do bairro anterior para o atual, pretensão de melhorias no bairro, mudança para outro bairro se possível, discriminação e relação com a vizinhança).

Esta compilação de informação dos moradores do bairro vem dar resposta a uma série de perguntas mais complexas, como veremos segundo o modelo completo da entrevista que analisaremos. As respostas dadas pelos moradores do bairro, em estudo, são de cariz subjetivo, uma vez que se baseiam nas opiniões dos moradores e não em dados estatísticos ou quantificáveis, por isso, podemos afirmar que a nossa proposta teórico-metodológica obedece a uma perspetiva subjetiva. (Guerra. P., 2002b)

Após o primeiro grupo, na qual se registam os dados de identificação do indivíduo e da sua família, como já referimos acima, passamos as perguntas relativas aos dados profissionais no segundo grupo. Essas perguntas são particularmente relevantes porque identificamos

situações de desemprego ou de carências financeiras que podem ser supridas através de ajudas do Estado ou terceiros (amigos, vizinhos, outros).

O terceiro grupo da entrevista pretende identificar o nível de habilitações literárias com a intenção de entender a constância dos níveis de escolaridade dos habitantes do bairro.

O quarto grupo da entrevista, que se foca na Imagem da Qualidade de Vida, apresenta as seguintes inquirições: considerações do residente do bairro acerca da sua Qualidade de Vida, considerações ao nível de melhorias na sua Qualidade de Vida, estabelecimento de uma comparação da sua Qualidade de Vida com outras pessoas do bairro, autoavaliação relativamente ao seu nível de riqueza, a idealização da habitação, formas de fazer face a despesas, a idealização do quotidiano, opinião relativamente à situação nacional de Qualidade de Vida tendo em conta a sua própria experiência.

Na quinta parte da entrevista, os moradores expõem a sua opinião relativamente à sua habitação: assim - perguntamos acerca das condições da habitação anterior, das condições da habitação atual, a comparação entre uma e outra e considerações relativamente à necessidade de mais divisões na habitação.

Na sexta parte da entrevista, quisemos saber a opinião dos moradores relativamente ao bairro: se consideram o bairro um bom sítio para viver, que melhorias gostariam de ver no bairro, as principais mudanças sentidas relativamente ao bairro anterior, melhorias dos espaços, comparação com outros bairros do concelho de Matosinhos, a possibilidade de trocar de bairro, experiências de discriminação (próprias, dos filhos, outras), os motivos pelos quais consideram existir discriminação relativamente aos habitantes do bairro, opinião acerca do apoio prestado pelo Estado português às famílias carenciadas.

Na segunda fase da nossa metodologia teórico-metodológica, de forma a estabelecer uma leitura simples destas entrevistas, elaboramos os quadros, que já mencionamos, nos quais sob cada tópico insere-se uma resposta de “sim”/“não”, “melhor”/“pior”, “muito boa”/ “boa”/ “mais ou menos” e “positiva”/ “negativa”. Esta simplificação das respostas aparenta dar à análise um estatuto quantificável, mas como veremos as repostas são de carácter subjetivo. Esta simplificação pretende apenas apresentar os dados recolhidos de uma forma mais clara, de fácil leitura e de rápidas deduções.

Iremos fazer uma pequena nota técnico-metodológica relativa aos procedimentos que estiveram na base do tratamento do corpus analítico das entrevistas e dos desenhos seguindo de perto Isabel Guerra quando refere que: “para que um complexo social de micro acontecimentos possa constituir uma estrutura macro, deve estar suficientemente sedimentada para

resolver/apoiar alguma função social importante, ser enunciada de forma racional e alargada pelos autores que a mobilizarão para atingir certos fins e, finalmente, possuir uma durabilidade e uma longevidade suficientes. Essa passagem de micro acontecimento para macroestrutura não se realiza plenamente senão quando os investimentos foram suficientes para fazer emergir as propriedades estruturantes dos sistemas de ação: estes últimos tornam-se o meio e o resultado das práticas sociais, viabilizando assim a contínua e contingente reprodução na vida quotidiana” (Guerra, I.,2006: 9).

Seguindo modalidades de investigação que procuram conhecer os sentidos e as flexibilidades de cada agente social inserido num contexto de interação, estamos a fundamentar as formas de estruturação social, as modalidades de produção e de reprodução da sociedade. Ao encetarmos esse processo de abordagem que tradicionalmente apelidamos de tratamento de dados estamos a entrar de forma indelével no terreno das metodologias compreensivas que remetem para uma pertinência e eficácia metodológicas imbricada com a sua própria natureza centrada na análise de experiências e nos sentidos das ações. Sabemos que o objetivismo é um impasse e mais do que isso uma impossibilidade metodológica, pois a neutralidade em que se fundamenta não existe. O que importa é compreender e explicar o significado das simbologias sociais construídas no contexto da interação humana: “estudar o social é compreendê-lo (o que não se torna possível sem o reviver); o objeto social não é uma realidade exterior – é uma construção subjetivamente vivida» ” (Guerra, I.,2006: 15).

Os mundos têm uma dimensão simbólica (em que os agentes sociais trabalham na produção de sentido) e uma dimensão prática (aqueles que constroem as redes), que se imbricam uma na outra: a rede é produtora de sentido para aqueles que se lhe associam, e o sentido gera as alianças (materiais). De acordo com Augusto Santos Silva “o sentido atravessa todos os níveis de ação social. Agindo num contexto de instituições, costumes e regras criados pelos homens, procurando alcançar certos fins e referindo-se a certos valores, ideais, normas, como motivações da sua conduta, o actor age num universo pleno de sentido – do sentido que os valores atribuem a instituições, a fins, a valores” (Silva, A.S.,1988: 50). A pedra de toque da análise compreensiva, não é a elencação de agentes sociais estatisticamente representativos, mas a obtenção de um conjunto de discursos socialmente significativos. Uma das questões centrais na adoção de metodologias compreensivas prende-se com a adoção de uma postura epistemológica indutiva, ou seja, no terreno o investigador não procura comprovar as hipóteses formuladas a priori (método hipotético-dedutivo), mas sim, confrontar as lógicas e racionalidades dos atores com o seu modelo teórico de referência. A formulação das hipóteses

de pesquisa são uma tarefa continua ao longo da pesquisa de terreno. Uma outra questão relacionada com esta é a realização de uma indução analítica, ou seja, parte-se da realidade concreta, para só depois chegar às “leis” abstratas. Primeiro conhece-se o fenómeno e só depois, procura-se deduzir, uma explicação universal. Isto implica que o investigador trabalhe “de baixo para cima”, começando nos factos (no terreno); o trabalho inicia-se por um exame contínuo e aprofundado do material recolhido, para depois construir os conceitos e as preposições teóricas que se articularão numa teoria à medida que se forem “saturando” os casos em análise” (Guerra, I., 2006: 25).

Assim, e no que concerne às técnicas de análise dos dados, as entrevistas foram numa primeira fase, transcritas na sua integralidade, e posteriormente esse material foi sujeito a uma análise de conteúdo temática porque “rápida e eficaz na condição de se aplicar a discursos directos” (Bardin, L., 1979: 153). A construção das categorias foi fundamentada nas áreas temáticas que estruturavam o guião da entrevista. De assinalar que o “uso destas técnicas pode representar uma ajuda fundamental na fase de interpretação dos dados, e permite com frequência gerar evidências decisivas para as inferências teóricas que são o propósito e o objetivo fundamental da investigação” (Navarro & Díaz, C., 1994: 195). Ressalve-se que num primeiro momento foram objeto de uma análise de conteúdo vertical, sendo posteriormente sujeitas a uma análise horizontal de conteúdo respeitando o pendor compreensivo da análise em curso. O objetivo foi o de dar conta do “espaço dos pontos de vista” numa clara inspiração bourdiana (1993), dando conta de discursividades diferentes, específicas e significativas, mas inter-relacionadas num espaço social relacional.

Capítulo 5 – Representações da qualidade de vida no bairro: pertencças, exclusões e fragmentações

Na análise da satisfação da qualidade de vida, registada nas entrevistas, constatamos que do nosso universo de dez entrevistados, apenas três conseguiram definir o que consideravam ser qualidade de vida e se consideravam que a sua vivência obedecia a esses parâmetros. As perguntas efetuadas foram as seguintes: “O que é para si ter qualidade de vida? Porquê? e “Considera que tem uma qualidade de vida aceitável. Se sim, porquê?”. Vejamos alguns dos motivos invocados pelos nossos entrevistados:

“Tenho um pouco de tudo: tenho saúde, comida, algum dinheiro, pois sem isto não dá para ter Qualidade de Vida. Isto é essencial para se viver bem.” Indivíduo do género feminino, desempregada, 46 anos.

Para esta entrevistada a qualidade de vida reúne as seguintes condições, saúde, dinheiro e alimentação. Tendo em conta que se encontra desempregada, divorciada e mãe de cinco filhos imaginemos que tem uma situação financeira bastante precária. Afirmar não receber o RSI e os únicos meios de subsistência são obtidos através da pensão pela morte do pai de uma das filhas (todos os filhos são de pai diferentes) e subsídio de desemprego de uma das filhas. Gostaríamos ainda de salientar que dois dos filhos se encontram a estudar, outros dois estão desempregados e um encontra-se detido.

“Desde que se viva remediada e ter uma boa reforma para os medicamentos porque eu e o meu marido somos doentes: ter saúde. Por isso, tenho uma Qualidade de Vida mais ou menos. Há quem esteja pior” Indivíduo do género feminino, reformada, 66 anos

Esta entrevistada demonstra que para obter o que considera ser Qualidade de Vida necessita de ter contenção nas despesas – “remediada” – o que nos leva a deduzir que a situação económica não é frágil, mas pode estar sujeita a um frágil equilíbrio. À semelhança do excerto anterior, há uma preocupação com a saúde, que neste caso é mais premente, uma vez que refere

que tanto ela como o marido padecem de patologias graves (cancro do colo do útero, e ausência de um pulmão no caso do marido) que requerem a compra de medicamentos. Sabemos que as baixas pensões das quais os reformados portugueses usufruem dificultam imenso a obtenção de cuidados de saúde adequados aos idosos.

Quanto à comparação da sua (entrevistados) qualidade de vida relativamente à dos vizinhos, recolhemos os seguintes testemunhos. A pergunta é “Relativamente às outras famílias que vivem no bairro como avalia a sua qualidade de vida. Melhor ou pior?”:

“Mais ou menos. Sei que há piores (situações de moradores) que a minha porque não sabem aproveitar a casa que lhes foi dada. São boas casas com ótimas condições e eles (vizinhos) estragam tudo. Outros vivem mal, tal como eu, porque não têm emprego nem subsídios.” Indivíduo do género feminino, desempregada, 44 anos.

Este testemunho demonstra que a moradora considera que alguns moradores com condignidade à sua habitação e o bairro. A entrevistada considera que a sua habitação lhe traz Qualidade de Vida (pensamos que isto se deve à comparação com a habitação anterior, na qual diz ter “falta de condições. Só com um quarto, uma cozinha e uma casa-de-banho”) e que determinadores moradores não conseguem ter Qualidade de Vida por não respeitarem o seu local de vivência – isto vem aludir a temáticas que tratamos no capítulo acerca das características físicas do bairro, no qual constatamos que os espaços livres podem ser aproveitados para lazer e tempos livres, mas, também para locais de marginalização e atividades ilícitas. A entrevistada acresce que para ter Qualidade de Vida precisava de trabalhar ou receber um subsídio para custear as suas despesas (o marido encontra-se reformado e recebe 309euros de reforma/ recebe ainda o abono do filho mais novo).

“Boa. Mas, aqui, gente que vive melhor do que eu e estão em casas que não deveriam estar: têm bons carros, boas reformas... é o que faz ter alguns conhecimentos.” Indivíduo do género feminino, reformada, 66 anos

Apesar da entrevistada considerar que a sua Qualidade de Vida é boa relativamente a dos vizinhos, a afirmação que se segue mostra um pensamento contrário à auto-avaliação efetuada. Quando refere que há moradores com bens materiais de custo elevado, questiona-se até que

ponto essas pessoas têm direito à habitação social. Apesar da simplicidade da afirmação, notamos que há uma desconfiança relativamente aos critérios que conduzem à atribuição de uma habitação social implicando uma desonestidade dos meios responsáveis pela política de habitação social.

Na pergunta de auto-classificação do nível de riqueza (pobre, remediado, classe média, rico, etc.) obtivemos respostas muito homogéneas. A pergunta é “Como se classifica: pobre, remediado, classe média, rico? Quais os principais fatores que pensa influenciarem essa hipótese por si escolhida?”. Vejamos:

“Remediada porque não tenho dívidas, mas, também só tenho dinheiro para o mais importante que é a alimentação, luz, água, gás e telefone. Não dá para comprar nada extra”. Indivíduo do género feminino, desempregada, 50 anos

Esta entrevistada considera-se remediada por ter possibilidades económicas para fazer face às despesas por si consideradas mais importantes, no entanto, consideramos que o facto de ter mencionado que não tem poder financeiro para algo extra denota o desejo de melhorias na sua Qualidade de Vida diretamente ligadas à aquisição de bens.

“Remediada porque dá para pagar a luz, a água e a TV cabo. Não dá para comprar roupas, nem ir de férias, nem comer fora.” Indivíduo do género feminino, reformada, 66 anos.

À semelhança da entrevistada anterior, notamos uma priorização de despesas consideradas mais importantes e essenciais, sendo a única exceção relativamente a resposta anterior a inserção da TV por cabo. Novamente, notamos um desejo subliminar de poder de aquisição de bens materiais ou melhoria do estilo de vida, nomeadamente, passar férias e almoçar/jantar fora – hábitos de classes com maior poderio económico.

Nesta questão todos os entrevistados consideraram-se remediados. É de salientar que nenhum se auto-avaliou como pobre, apesar de termos constatado através de outras perguntas das entrevistas que têm imensas carências monetárias e de outra ordem.

Quando inquirimos os entrevistados acerca de alterações na habitação e no bairro que possibilitassem uma melhoria das condições atuais da sua qualidade de vida (a pergunta é: “Que

condições teria de reunir o local idealizado por si para ter o máximo de Qualidade de Vida?”, estas foram algumas das respostas que obtivemos:

“Gostava de viver na Senhora da Hora e de morar numa casa térrea com um quintal grande (...) Não gosto nada de viver aqui devido ao ambiente e pela terra em si.” Indivíduo do género feminino, desempregada, 46 anos

Este testemunho demonstra que a entrevistada encontra-se insatisfeita com o tipo de habitação social – isto relaciona-se diretamente com um assunto que já abordamos, a estandardização dos edifícios dos bairros sociais . A necessidade de uma casa térrea prende-se com o desejo da individualização e da privacidade do lar. A entrevistada considera, ainda, que o bairro tem um ambiente desagradável o que vem demonstrar que num local onde se pretende que exista um certo sentido de comunidade, isto nem sempre é possível, pela disparidade de vivências entre os diferentes moradores.

“Não mudava nada porque tive 16 anos à espera de uma casa camarária e acho que estou bem. Dantes vivia numa casa degradada.” Indivíduo do género feminino, reformada, 66 anos

Este testemunho dá-nos conhecimento de como a atribuição de habitações sociais pode ser um processo lento e moroso, e por vezes até injusto. Apesar de desconhecemos os motivos pelos quais demorou este período de tempo a ser atribuída uma habitação social, sabemos que anteriormente esta senhora e o seu marido viviam numa ilha, na qual “a cozinha era fora e a casa de banho também (...) para tomar banho era numa bacia com água fria.”³⁰ Consideramos ser natural a satisfação com a habitação e o bairro atual, quando os residentes são originários de barracas ou ilhas.

“ Não me posso queixar do apartamento. O que mais me irrita é a chegar a casa de trabalhar e

³⁰ Estes dados foram obtidos através da pergunta 5.1 da entrevista: “Relativamente à sua habitação anterior considera que a sua casa é suficientemente grande e que reúne as condições necessárias para o seu agregado familiar viver com qualidade de vida?”. Embora estejamos a tratar de outra pergunta neste momento pareceu-nos relevante adicionar estes dados que vêm substanciar a resposta da entrevistada.

aperceber-me que há pessoas no bairro que tiveram todo o dia no café a beber. Acho que se devia fazer alguma coisa para ocupar estas pessoas durante o dia e não trazerem mau ambiente ao bairro.”

Indivíduo do género masculino, empregado, 55 anos

As alterações que este entrevistado considera serem necessárias no bairro primam sobretudo por uma mudança nos hábitos de alguns moradores. No entanto, não se mostra descontente com a sua habitação.

Questionamos os nossos entrevistados (uma vez que alguns têm carências económicas graves) acerca da forma como pagam as suas despesas: se conseguem ser autónomos ou se necessitam de ajuda de outras pessoas. A pergunta feita foi: “Consegue fazer face a todas as suas despesas? Ou necessita de ajuda de terceiros (amigos, família, vizinhos, outros)”³¹. É nesta última forma que nos vamos focar.

“Peço ajuda várias vezes à minha família, mesmo quando estava a trabalhar. Agora que estou desempregada, ainda vou precisar de mais ajuda.” Indivíduo do género feminino, desempregada, 41 anos

Esta entrevistada demonstra necessitar da ajuda de terceiros, nomeadamente, à sua mãe. Encontrando-se desempregada a necessidade de ajuda será crescente e questionamo-nos até que ponto a ajuda da mãe será suficiente para fazer face às suas despesas.

“Para além de ter o rendimento de inserção, ainda tenho a ajuda da minha madrinha porque 300 euros não dá para nada.” Indivíduo do género feminino, desempregada, 50 anos

Este testemunho, não só confirma a ajuda de terceiros, como salienta que o RSI é um montante demasiado baixo para poder ter uma vida com o mínimo de condições.

“Como eu e o meu filho estamos desempregados tem sido muito difícil. Eu ainda recebo o RSI, mas o meu filho não tem direito a nada. Vamos aproveitando todas as ajudas que nos dão, até de

estranhos. Mas mesmo com as ajudas é uma luta.” Indivíduo do género masculino, desempregado, 62 anos

Este pareceu-nos ser o caso de maior carência monetária o que se traduz na aceitação de uma série de ajudas: amigos, vizinhos, conhecidos e instituições próprias para esse fim. No entanto, como é referido pelo entrevistado mesmo com essas ajudas por vezes, não é o suficiente para ter qualidade de vida mínima.

Após as perguntas relacionadas com as ajudas de terceiros, passamos a um outro campo acerca de possíveis alterações que trouxessem melhorias à vida quotidiana. A pergunta realizada foi “O que gostaria de melhorar no seu quotidiano/no seu trabalho? Transportes, subsídio de transportes, menor carga laboral, descanso ao fim-de-semana, etc” .

“Sim, melhorava. No Inverno, havia de existir uma camioneta que levasse as crianças à escola. Como não tenho carro não fico descansada. E há dias em que os meus filhos passam o dia inteiro molhados.” Indivíduo do género feminino, desempregada, 46 anos

Esta alteração ao quotidiano da vida dos filhos da entrevistada parece-nos ser extremamente eloquente, pelos seguintes motivos: provavelmente as crianças poderiam dormir mais e concentrarem-se nas aulas com uma maior acuidade. Se as crianças chegarem molhadas à escola é natural que o desconforto sentido inviabilize a sua concentração causada pelo desconforto físico sentido.

*“Sim, ia novamente para onde morava. Gosto mais da vizinhança lá.”*Indivíduo do género masculino, reformado, 60 anos

Este entrevistado afirma que a única forma da sua vida quotidiana melhorar era mudar-se para o bairro de origem. Contudo, considera que a sua habitação é melhor relativamente à anterior, “antigamente, onde morava a cozinha era muito pequena (...) não tinha sala, a casa de banho era muito pequena.”

A penúltima pergunta do bloco IV da entrevista pede uma opinião relativamente às condições de vivência dos moradores dos bairros sociais ao nível nacional. A pergunta é “Acha que há muitas pessoas em Portugal a viver em condições semelhantes à sua? Se sim ou não, porque pensa que isso acontece?”.

“Sim, existe muitas pessoas que vivem em condições semelhantes á minha por causa do nosso governo que devia ajudar mais os pobres. Muitos querem comer e não têm. E muitos deviam ter uma casa como esta e não têm.” Indivíduo do género feminino, desempregada, 44 anos

Nesta opinião existe uma acusação às medidas governamentais de não serem adequadas à política de habitação. A entrevistada considera que a maior parte dos moradores dos bairros sociais, ao nível nacional, vivem em condições iguais à sua, porém acredita existirem pessoas com muitas dificuldades que não estão a obter as devidas ajudas.

“Sim, até há piores (situações de moradores dos bairros sociais ao nível nacional). Eu não digo que a culpa seja totalmente do governo, mas existem outras pessoas que se habituaram aquele nível de vida. O governo devia de estar em maior contacto com a população, para saber o dia-a-dia das pessoas, para verem mesmo a realidade.” Indivíduo do género masculino, reformado, 60 anos

Este testemunho, mais uma vez, vem demonstrar que os moradores dos bairros sociais consideram a política de habitação criada pelo governo desajustada a uma vivência com qualidade de vida. Este entrevistado acredita existirem pessoas em situações piores que a sua, mas que muitas vezes elas são as próprias culpadas por se acomodarem ao estilo de vida do bairro.

No seguimento da pergunta anterior, que pede aos entrevistados a sua opinião acerca da situação nacional dos bairros sociais, acreditamos ser pertinentes, as suas considerações acerca de medidas governamentais para ajudar os moradores dos bairros sociais. A pergunta é: “Tem ideias sobre de que forma o estado português poderia ajudar as famílias que vivem em bairros?”

“O Estado Português tem estragado muito estas famílias porque o que dá não é suficiente (...) Por outro lado, há pessoas que recebem de RSI mais de 300euros e passam a vida em restaurantes e cafés...” Indivíduo do género feminino, desempregada, 50 anos

A entrevistada considera que o Governo não tem tido medidas viáveis relativamente às dificuldades personalizadas dos moradores do bairro, no entanto, não tece nenhum comentário acerca de possíveis ajudas.

“Era arranjar emprego para quem está desempregado e ajudar as pessoas idosas que estão reformadas, pelo menos, com os medicamentos.” Indivíduo do género feminino, reformada, 66 anos

A entrevistada faz comentários pertinentes e foca dois pontos fulcrais: a necessidade de empregar muitos dos moradores dos bairros que se encontram em situação de desemprego, e, as baixas pensões dos reformados que não possibilita o acesso a cuidados de saúde condignos e até mesmo a impossibilidade de comprarem medicação.

No quinto bloco da entrevista, perguntamos aos moradores do bairro social de Monte Espinho o que pensavam acerca da sua habitação: “Relativamente à sua habitação anterior considera que a sua casa é suficientemente grande e que reúne todas as condições necessárias para o seu agregado familiar ter Qualidade de Vida?” e “Se não, quais as divisões em falta (wc extra, mais quartos, marquise, etc.)? Ou na sua opinião, quais as divisões que precisam de, por exemplo, obras, eletrodomésticos necessários, etc.”. Incidimos sobretudo em dois aspetos: que a classificassem comparativamente com a sua habitação anterior e que divisões consideravam estar ausentes na atual habitação e imprescindíveis a uma melhoria da Qualidade de Vida.

Relativamente à habitação anterior, a atual habitação é “Muito boa, porque a antiga era muito pequena para cinco pessoas. Não tinha condições. Até ratazanas já tinha dentro da casa devido às cheias. Mas se a casa antiga ficasse nova mudava-me para lá.” Indivíduo do género feminino, desempregada, 46 anos

Notamos que a entrevistada se encontra satisfeita com a habitação atual, sobretudo quando comparada com a precariedade da anterior.

“Foi como começar uma vida nova. A casa anterior não tinha condições nenhuma: entrava água na casa e o teto estava quase a cair.” Indivíduo do género feminino, desempregada, 44 anos

Este é o exemplo mais positivo, ao nível da satisfação com a habitação atual, que recolhemos nas entrevistas. O facto da entrevistada classificar a mudança para esta habitação como o início de uma nova vida demonstra que muito provavelmente as suas condições de vida aumentaram muito e que se sente realizada com o local onde se encontra. Podemos ver, pela breve descrição que faz da sua habitação anterior, que vivia numa situação precária e degradada.

Questionamos os entrevistados acerca da adequabilidade da habitação ao seu agregado

familiar e se existem nas habitações divisões suficientes à sua Qualidade de Vida: “...quais as divisões em falta (casa-de-banho extra, mais quartos, marquise, etc.)? Ou na sua opinião, quais as divisões que precisam de, por exemplo, obras, eletrodomésticos necessários, etc.”

*“Não falta nenhuma divisão, pois para o número de agregado está ótima.”*Indivíduo do género feminino, desempregada, 41 anos.

A adequabilidade que a entrevistada diz existir relativamente ao número de habitações para o agregado familiar muito provavelmente dever-se-á ao facto de apenas a própria e a sua filha ocuparem a habitação. O mesmo não se passa com outros agregados familiares que o seu número elevado conduz a um sentimento de exiguidade relativamente ao espaço.

“Faltava-me um quintal, para por a minha roupa a secar, e assim já não pingava para o vizinho debaixo.” Indivíduo do género feminino, reformada, 66 anos.

Este testemunho demonstra que a entrevistada precisava de mais espaço para a suas tarefas domésticas, nomeadamente, colocar a roupa a secar – isto é uma queixa normal de pessoas que habitam em apartamentos independentemente do tipo de habitação e não só dos residentes de bairros sociais. Também, se denota, que poderá existir uma situação de animosidade para com um determinado vizinho em virtude da “intromissão” entre espaços que, normalmente, ocorre nos bairros.

“Gostava de ter uma casa maior para que cada um dos meus filhos tivesse o seu quarto e a sua privacidade” Indivíduo do género masculino, empregado, 55 anos.

Este entrevistado demonstra uma preocupação com o crescimento dos filhos enquanto indivíduos. O seu desejo é que cada um deles tivesse o seu próprio espaço para que pudessem personalizá-los de acordo com as suas formas de ser e diversificar as suas personalidades. Constatamos ao longo da entrevista que a prioridade de vida deste homem é sem dúvida os seus filhos.

Retomando a entrevista no bloco VI, “O que os moradores pensam relativamente ao

bairro – características físicas e humanas”, concluímos que, de uma forma geral, existe uma satisfação com a habitação e não tanto com o bairro em que vivem. As perguntas são as seguintes, “Considera o seu bairro um bom sítio para viver? Se não, o que melhoraria?”, “Quais as principais mudanças sentidas, quer sejam positivas e/ou negativas, do anterior local de residência para o atual?”, “O que pensa que poderia ser melhorado no bairro, quer nas casas, quer no espaço envolvente?”, “Comparativamente com os outros bairros que conhece no concelho de Matosinhos, como classifica o seu?” e “Trocara o seu bairro por um dos outros que conhece. Porquê?”. Pensamos ser relevante incluir neste bloco perguntas acerca da discriminação intra e extra bairro: “Alguma vez se sentiu discriminado por viver num bairro?”, “Alguma vez sentiu que os seus filhos foram discriminados pr viverem num bairro?” e “Já alguma vez pensou acerca dos motivos pelos quais os habitantes do bairro podem ser discriminados?”.

Os testemunhos recolhidos ajudam-nos a descortinar esta inconsonância habitação-bairro.

Na primeira pergunta do bloco VI, “Considera o seu bairro um bom sítio para viver? Se não, o que melhoraria?”, obtivemos as seguintes respostas:

*“Não, detesto. Porque existe muitas pessoas más e porque a vizinhança mete-se na vida das outras pessoas, reparam em tudo e comentam, é por isso que não falo com ninguém, não dou confiança. Só cumprimento as pessoas de mais idade por respeito.”*Indivíduo do género feminino, desempregada, 46 anos

Esta entrevistada demonstra claramente a sua insatisfação com o ambiente do bairro e, sobretudo, com a vizinhança que pensa imiscuírem-se em demasia na vida uns dos outros.

“Já foi melhor. É que as vizinhas são muito problemáticas e também existem drogas, a polícia vem aqui ao café quase todos os dias.” Indivíduo do género feminino, desempregada, 44 anos

Este testemunho demonstra que a qualidade do ambiente do bairro tem vindo a degenerar-se. Mais uma vez, surgem as queixas acerca da vizinhança. Gostaríamos de salientar que a entrevistada menciona situações de criminalidade que exigem visitas diárias das forças das autoridades ao bairro.

“Não gosto, porque há muito barulho dos miúdos a jogar a bola e a minha mãe está acamada. É uma pessoa doente e precisa de descansar. E depois não gosto de alguma vizinhança.” Indivíduo do género masculino, reformado, 60 anos

Este caso é interessante por uma situação específica: já aqui, referimos que o campo de futebol não faz parte dos espaços desenhados para o bairro, e, foi sim, um acrescento improvisado pelas crianças. Se na conceção do desenho/construção do bairro tivesse sido contemplado um espaço para as atividades lúdicas das crianças, este com certeza teria sido colocado num local mais afastado das habitações, não perturbando assim, o descanso dos residentes doentes ou idosos.

Na segunda pergunta do bloco VI da entrevista, “Quais as principais mudanças sentidas, quer sejam positivas e/ou negativas, do anterior local onde residia para o atual?”, apresentaremos algumas respostas:

“Antes vivia numa ilha, por isso vir para esta casa é uma mudança sem dúvida positiva. O negativo é que lá os serviços estavam mais perto e aqui estão mais dispersos” Indivíduo do género feminino, desempregada, 44 anos

Esta entrevistada encontra-se satisfeita com a sua situação atual. Acreditamos que isto se deve, essencialmente e como refere, ao facto de ser originária de uma ilha onde as condições de habitação são precárias. Porém, refere que a única desvantagem é a distância relativamente aos serviços que anteriormente ficavam numa localização geograficamente mais viável.

“A nível positivo mudei para uma casa com melhores condições, mas a nível negativo é o fato de não gostar dos vizinhos, devido ao problema de pele da minha filha, pois pensam que é por falta de higiene.” Indivíduo do género feminino, desempregada, 41 anos

Este testemunho demonstra que a entrevistada está satisfeita com as suas condições atuais de vivência. No entanto, é referido, mais uma vez, uma situação complicada de interação com os vizinhos, neste caso particular, sendo particularmente grave por se tratar de uma situação de doença.

“As positivas foi que mudei para uma casa melhor, mas negativas foram os vizinhos, pois onde eu vivia antes os vizinhos eram mais acolhedores, convivíamos uns com os outros, ao contrário daqui.”

Indivíduo do género masculino, reformado, 60 anos

Concluímos que todos os testemunhos são favoráveis relativamente à nova habitação e que as queixas prendem-se com o ambiente do bairro em si.

Quanto às melhorias no bairro, a pergunta é formulada da seguinte forma: “O que pensa que poderia ser melhorado no bairro, quer nas casas, quer no espaço envolvente?”.

“Colocava um campo de futebol para eles jogarem à bola, porque eles fazem dos pilares dos edifícios balizas. E é um barulho insuportável.” Indivíduo do género masculino, reformado, 60 anos

Esta situação já foi mencionada anteriormente por diversas vezes, sendo que o campo de futebol improvisado pelas crianças na proximidade das habitações retira algum do sossego necessário a alguns moradores.

“Falta elevadores, um parque de convívio e um parque infantil para as crianças” Indivíduo do género masculino, reformado, 60 anos

Este testemunho mostra-se algo paradoxal: uma vez que os edifícios são de apenas de dois andares temos alguma dificuldade em perceber esta necessidade; por outro lado, a menção da necessidade do parque infantil parece-nos pertinente por situações já mencionadas e por ser uma forma dos menores ocuparem os seus tempos livres.

“Não sei o que mudaria, mas incomoda-me estar afastado de sítios onde preciso de ir como a segurança social, finanças,...” Indivíduo do género masculino, desempregado, 62 anos

Volta a ser mencionada a situação de afastamento aos serviços. Pensamos que isto constituirá especial transtorno para pessoas empregadas que tenham que conjugar os seus

horários laborais com este tipo de afazeres e para pessoas com dificuldades financeiras em obter o passe de transportes públicos.

Perguntamos, ainda, aos moradores entrevistados se trocariam de bairro caso tivessem oportunidade. Estas são algumas das respostas:

“Sim, trocava. Ia para o bairro de S. Gens, porque lá o ambiente é melhor e também porque as pessoas de lá são melhores” Indivíduo do género feminino, desempregada, 46 anos

Na eventualidade da possibilidade de troca de bairro, este entrevistado trocava motivado pelo ambiente do bairro e a interação com a vizinhança.

“Sim, trocaria por um bairro com melhores vizinhos” Indivíduo do género feminino, desempregada, 41 anos

Mais um testemunho que aceitaria uma troca de bairro motivada pela relação com os vizinhos.

“Não porque gosto de viver aqui e nunca houve problemas comigo, apesar dos vizinhos por vezes serem inconvenientes” Indivíduo do género feminino, reformada, 66 anos

Concluímos que cerca de metade dos entrevistados trocaria de bairro, se assim pudessem, pela má relação que têm com os vizinhos e pelo mau ambiente que se cria devido a esse mesmo fator.

Passamos para uma segunda parte do bloco VI, onde visamos a temática da discriminação quer entre residentes do bairro ou a sociedade exterior ao bairro. Estas foram as perguntas-chave: “Alguma vez se sentiu discriminado por viver num bairro?”, “Alguma vez sentiu que os seus filhos foram discriminados por viverem num bairro?” e “Já alguma vez pensou acerca dos motivos pelos quais os habitantes do bairro podem ser discriminados?”. Registamos, aqui, algumas respostas.

“Não nunca fui discriminada, mas é normal dizerem que somos do bairro, porque na verdade somos e orgulho-me disso” Indivíduo do género feminino, desempregada, 44 anos

Apesar da entrevistada nunca se ter sentido alvo de discriminação enquanto pessoa, considera que todo o bairro é discriminado – isto gera o sentimento de orgulho de pertença à comunidade do bairro e de repulsão relativamente às restantes camadas da sociedade que já abordamos no capítulo X .

“Nunca me aconteceu isso, mas já presenciei num restaurante, não admitirem ao trabalho pessoas que fossem do bairro. O dono achava que as pessoas do bairro iam falar mal e que não iam ter postura”
Indivíduo do género feminino, reformada, 66 anos

Este testemunho relata um caso de discriminação da sociedade para com o bairro e assume uma estereotipização dos seus residentes. Contudo, a entrevistada, nunca se sentiu discriminada.

“Não nunca senti, até pelo contrário. Conheço um casal de classe média que gostavam de viver aqui, os próprios dizem que se não fossem da câmara compravam aqui um apartamento.” Indivíduo do género masculino, reformado, 60 anos

Este entrevistado diz desconhecer situações de discriminação e relata até uma situação inversa.

Da última pergunta do bloco VI, “Qual a sua relação com os seus vizinhos?”, apresentaremos algumas respostas:

“Não é muito boa, mas também não quero saber mais, entro em minha casa e vivo a minha vida”
Indivíduo do género feminino, desempregada, 41 anos

“Apesar dos vizinhos se meterem na vida uns dos outros, eu gosto de viver aqui e tenho uma boa relação com os vizinhos, temos de ser uns para os outros.” Indivíduo do género feminino, desempregada,

41 anos

“A relação é mais ou menos. Os de cima não respeitam os de baixo, tenho sempre o chão da entrada com muitas migalhas. E, depois são muito conflituosos” Indivíduo do género masculino, reformado, 60 anos

Optamos por analisar os três testemunhos em conjunto, uma vez que são bastante similares. Em todas as entrevistas registamos queixas contra os vizinhos, seus comportamentos, hábitos, estilos de vida, mesmo quando o entrevistado afirma ter boa relação com a vizinhança. No entanto, notamos que os entrevistados tentam restringir a relação com os vizinhos ao mínimo essencial.

Capítulo 6 – Olhares, Sonhos e Realidades

Aquando do estágio desenvolvido no Centro de Ação Social do Bairro Monte Espinho desenvolvemos um trabalho específico – a elaboração de desenhos – com quatro menores que frequentam as explicações ministradas nesse local.

Estes quatro menores têm as seguintes idades: um rapaz com 12 anos, uma rapariga com 13 anos, uma menina com 12 anos e uma menina com 11 anos. Pedimos-lhe que desenhassem a sua habitação real, a habitação de sonho, o bairro real e o bairro de sonho.

A análise destes desenhos tem como fim entender a forma como estas crianças percecionam a habitação e o bairro em que vivem e as suas aspirações. Por serem menores, optamos pelos desenhos, em detrimento das entrevistas, por considerarmos que a partir desta forma artística se expressariam de uma forma mais genuína e sem dificuldades em encontrarem os termos corretos ao nível de linguagem que demonstrassem a sua verdadeira opinião.

Essa análise foi elaborada tendo em conta a temática de cada desenho o que resultará numa observação simultânea dos desenhos dos quatro jovens.

6.1. Análise dos desenhos enquanto representação da habitação real

O primeiro aspeto que consideramos importante salientar é o de os quatro menores terem desenhado em planta ou em alçado, como se tivessem uma noção muito rudimentar de desenho arquitetónico. Questionamo-nos se isso estará relacionado com o processo pelo qual as famílias passam para obter uma casa camarária? Será que nesse processo, que obriga as pessoas a deslocarem-se a locais como a *MatosinhosHabit*, esses jovens visualizam algo que aluda a este tipo de desenho? É uma hipótese de trabalho que seria interessante desenvolver e aprofundar amplamente no campo da psicologia. É comum nos desenhos misturarem divisões em planta (corte superior) e divisões em alçado (corte lateral).

O segundo aspeto que consideramos relevante enfatizar é o facto de os jovens terem tentado, apesar das dificuldades na expressão, retratar o número de divisões da casa e a sua disposição o mais fielmente possível.

Se atentarmos no desenho n.1 (do menor de 12 anos) reparamos que desenhou cinco divisões (provavelmente serão uma casa-de-banho, dois quartos, uma sala e o hall de entrada) inteiramente em corte de alçado. Parece-nos relevante salientar os seguintes aspetos nesse desenho: a bicicleta; o que poderá ser uma mala ou baú onde por cima escreveu recordações (recordações); três portas na sala (possivelmente uma conducente ao exterior e as outras a divisões da casa; e no hall de entrada escreveu uma palavra que parece ser “sonho” mas uma vez que foi lhe pedido nesta tarefa que desenhasse a sua habitação questionamo-nos acerca da inserção da palavra. Este jovem tentou retratar a sua casa de forma fiel à realidade.

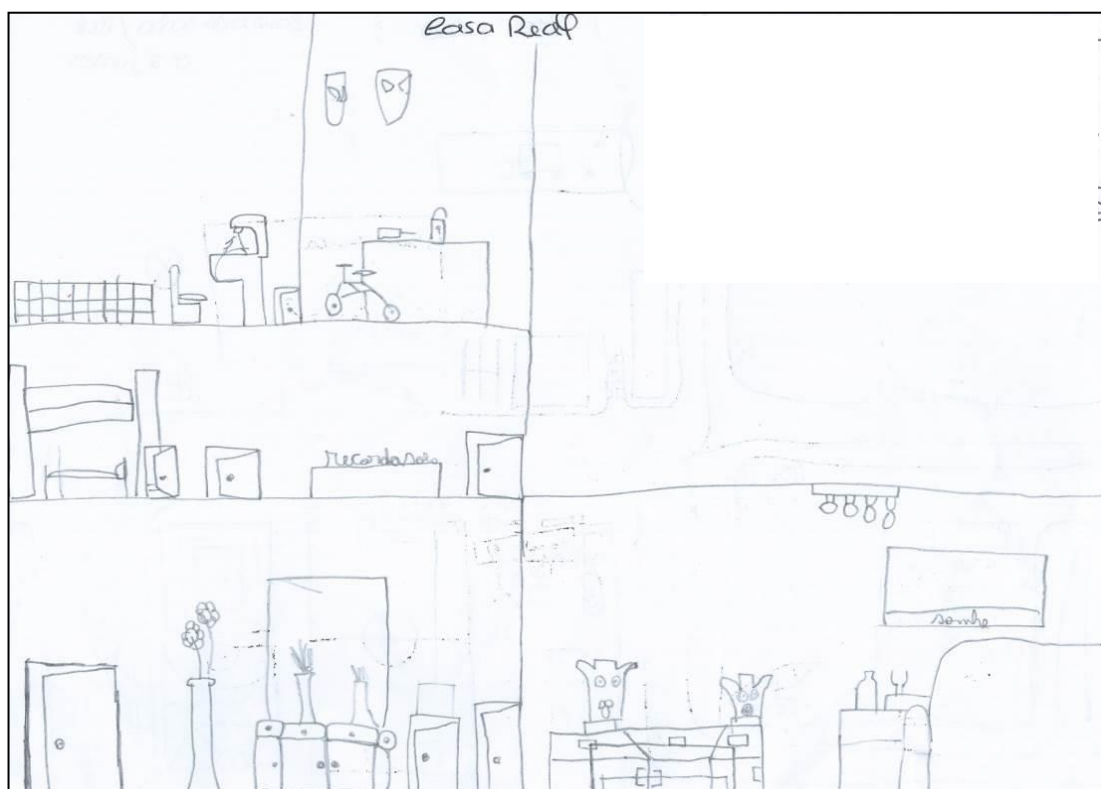


Figura 28-Desenho nº1

No desenho n.º 2, da menor de 11, foram desenhadas apenas quatro divisões (três em planta e uma em alçado). A menina desenhou: a sala no canto superior esquerdo, a casa de banho no canto superior direito, o quarto que partilha com a irmã no canto inferior esquerdo e a cozinha no canto inferior direito. Deu particular importância à sala onde inseriu um trabalho de colagem para destacar a sua decoração, e, ao quarto, “O meu quarto e o da minha irmã”, que divide com a irmã no qual desenhou as suas camas e escreveu “A minha cama” e “A cama da minha irmã”.



Figura 29- Desenho nº2

No desenho n.º3, efetuado pela menor de 13, no qual foi colocado, aparentemente, um maior esforço na sua realização que é visível através da policromia, não conseguimos discernir o número de divisões, no entanto, conseguimos visualizar: um quarto com uma cama com manta azul, uma passadeira azul listrada, uma secretária com um globo, um sintetizador com uma pauta e uma outra secretária com um computador (pensamos tratar-se do quarto desta menor); uma casa de banho completa; um outro quarto (provavelmente o da mãe); a sala onde se destaca a mesa castanha e um sofá; a cozinha onde se vê a banca, o fogão com os discos ainda quentes, uma mesa semicircular com dois bancos encostados à parede; e o que poderá ser uma despensa uma vez que vemos escrito sobre uma superfície laranja “arranjos de Natal”. As divisões estão todas em planta e não conseguimos entender bem a adequação do desenho à realidade, uma vez que parecem existir demasiadas divisões para um agregado familiar de apenas duas pessoas (mãe e filha).



Figura 30- Desenho nº3

O desenho n.º4, da menor de 12 anos, assume uma alternância de desenhos em planta e em alçado. Na folha A3, podemos visualizar “O quarto da (nome da irmã)”, um quarto de maior dimensões, “O quarto da (nome da menor)”, a casa de banho, a sala, o hall de entrada, a “cozinha”, “a despensa” e outros acrescentos que não conseguimos interpretar. Na margem lateral da folha, desenhou uma série de degraus possivelmente a referir-se aos edifícios de dois pisos.

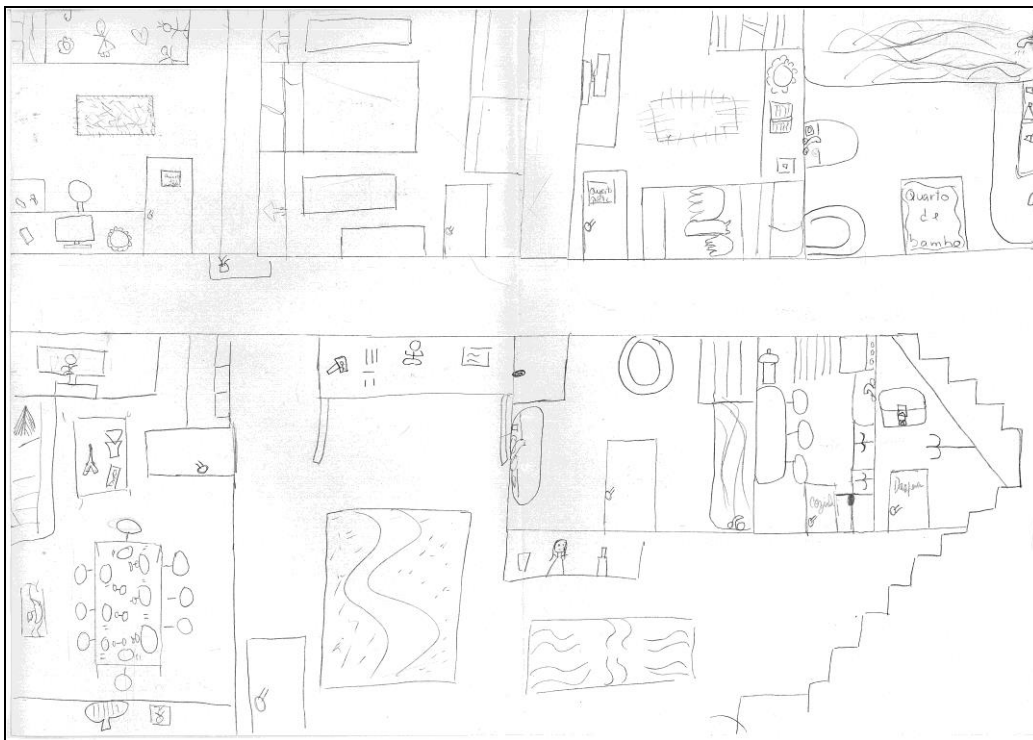


Figura 31-Desenho nº4

Constatamos, através da observação destes desenhos, que estes quatro menores quando lhes foi pedido para retratar a sua habitação embora não tenham colocado muito esforço na tarefa, de uma forma geral, tentaram ser os mais verdadeiros, o que resulta na fidelidade face habitações sem grandes extrapolações, num registo de grande realismo face ao contexto vivencial presente

6.2. Análise dos desenhos enquanto representação da habitação de sonho

Pedimos aos menores que desenhassem a casa dos seus sonhos. Notamos um maior esforço, colocado no desenho, do menor que elaborou o desenho nº1: o traço é mais conciso e forte e as linhas mais retas; há um maior preenchimento das divisões; e apesar de ter desenhado, novamente, cinco divisões desenhou uma escada que conduz desde o hall de entrada aos quartos no piso superior; há uma disposição mais organizada e harmoniosa da casa; eliminou a casa de banho e inseriu uma divisão com um salão de jogos onde se destaca a mesa de bilhar e os *flippers*. No seu quarto desenhou uma televisão de grandes dimensões e fez menção à marca “NOS” provavelmente como materialização do desejo de ter televisão por cabo. Por baixo da televisão existe um pequeno retângulo onde escreveu “PAM” (?) e explicou que se tratava de uma consola de jogos, preferencialmente, uma Playstation. Ao lado da consola existe uma pequena caixa com três botões e uma antena que parece ser um *router* o que possibilitaria o seu acesso à internet. Na sala-de-estar volta a colocar uma televisão de grandes dimensões rodeada por colunas, sobre uma box (tv por cabo) e insere um sofá.

Notamos através do desenho que as aspirações deste jovem são modestas – provavelmente corresponderão a uma casa pertencente a uma classe média alta dos dias de hoje. Há uma preocupação com eletrodomésticos aparatosos e de marcas, com a internet e jogos de várias ordens. Comparativamente com os desenhos que analisaremos, de seguida, compreende-se o porquê destes desejos serem perfeitamente exequíveis. Apercebemo-nos também de uma preocupação com conforto, organização e disposição da mobília na casa.

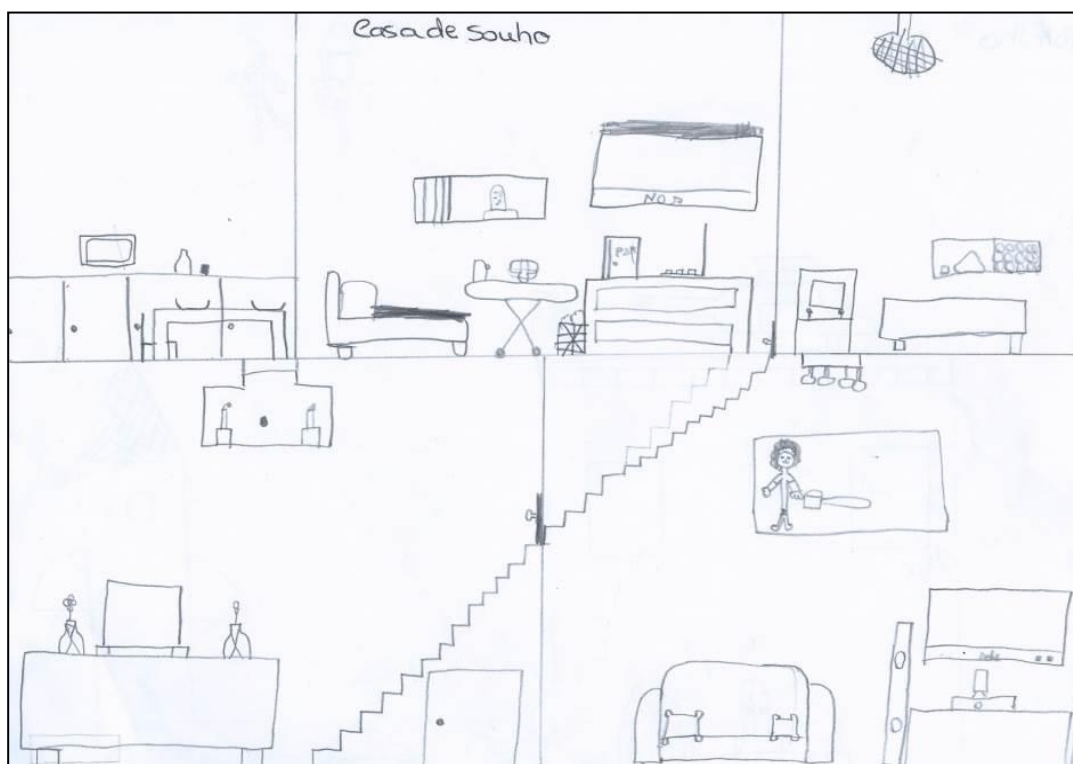


Figura 32-Desenho nº5

Relativamente à jovem que desenhou a habitação real n.º2, vejamos como concebeu a casa dos seus sonhos. Volta a desenhar quatro habitações, no entanto, desta vez registou: hall de entrada decorado com um jarro de flores e um bengaleiro; o quarto que divide com a irmã substituindo as camas independentes por um beliche com escada e inserido na divisão uma televisão de grandes dimensões com uma box; uma cozinha com móveis grandes, um micro-ondas embutido e uma placa vitrocerâmica; por fim, na casa de banho substituiu a banheira por uma cabine-de-banho. Este desenho foi o que menos demonstra ambições ou aspirações a uma habitação luxuosa. As alterações que efetua são poucas e não muito evidentes.

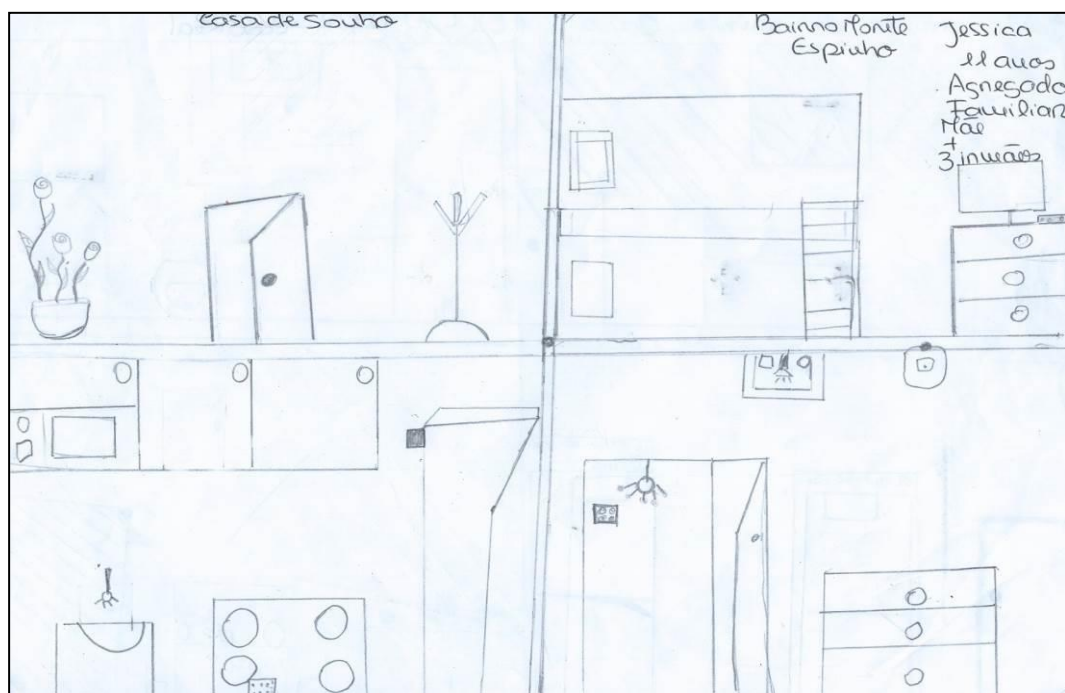


Figura 33-Desenho nº6

A menor que elaborou o desenho n.º3, ao desenhar a sua casa de sonho apresentou um registo completamente diferente do desenho da sua habitação real. O esforço que foi colocado no primeiro desenho é inverso ao investido no desenho da casa de sonho, como podemos ver pelo desenho n.º7. Salientamos apenas a inclusão de uma piscina, de um jacuzzi, de um lago com peixes; e na cozinha, inclui uma placa vitrocerâmica com números. Não podemos tirar grandes elações do desenho desta menor. Poderá não possuir aspirações a uma casa melhor.

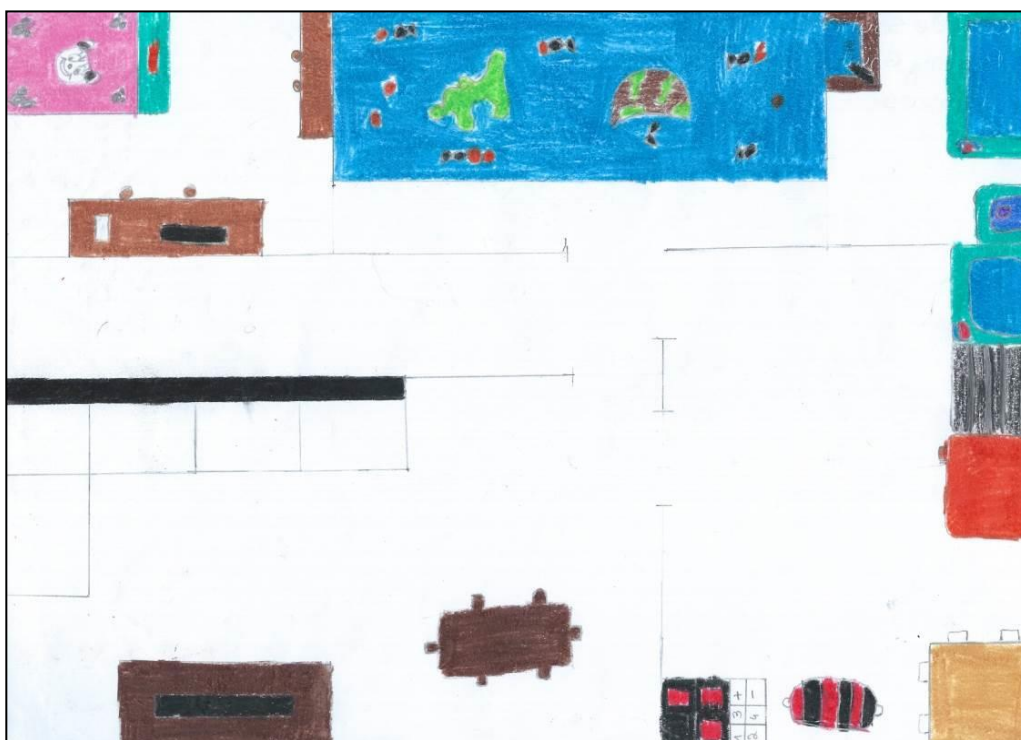


Figura 34-Desenho nº7

O desenho n.º8 elaborado pela jovem do desenho nº4 foi a que mais correspondeu às nossas expectativas quando pedimos a uma criança que desenhe a sua casa de sonho. Ignorou todas as divisões típicas de uma casa, registadas no desenho nº4, e substituiu-as por: um “Chinásio” com diversos aparelhos de musculação e fitness; uma “piscina de água quente” e um campo de “equitação com 3 picadeiros” onde podemos observar diversos cavalos. Esta criança foi a que mais se embrenhou no campo criativo desta tarefa.

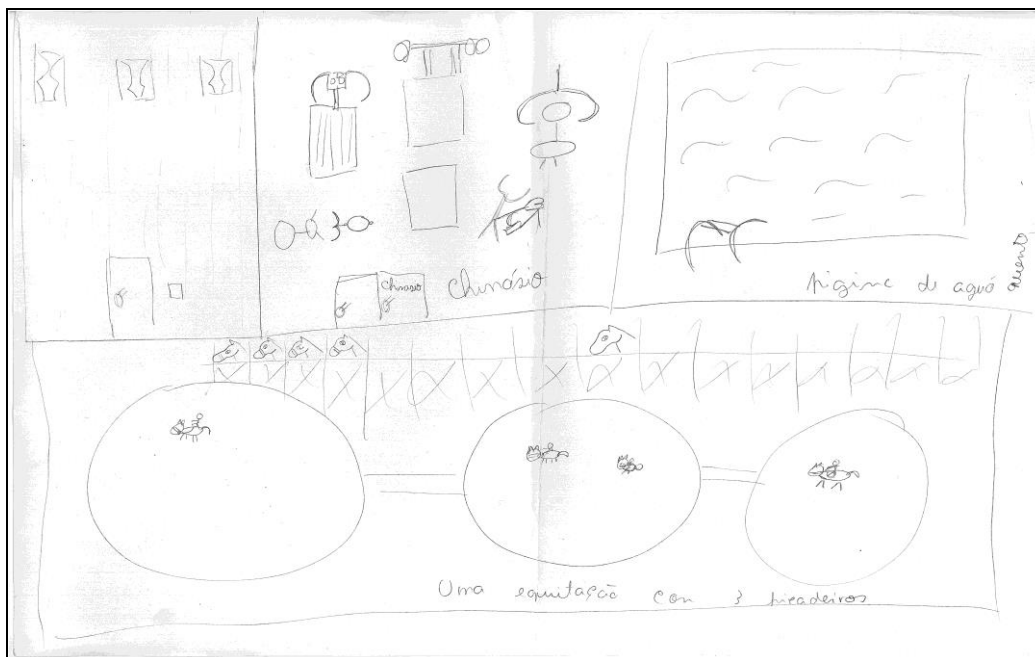


Figura 35-Desenho nº8

Em modo de conclusão, quando comparamos os desenhos da habitação real com a casa de sonho, notamos que existem diferenças que importa registrar. Existem discrepâncias de uns desenhos para os outros apenas em alguns detalhes, com exceção da jovem dos desenhos nº4 e nº8 que são completamente opostos.

Consideramos que estes menores estão relativamente satisfeitos com as suas casas uma vez que as diferenças constatadas são mínimas. Por oposição, pensamos que a jovem dos desenhos nº4 e nº8 será a que se encontra mais insatisfeita e/ou a que mais condições de Qualidade de Vida reúne no seu lar e daí aspirar a uma casa de sonho bastante dispendiosa. De qualquer forma, o imaginário destas crianças é atravessado por um conjunto de imagens que se afastam da sua situação real, não obstante gostem da casa que têm atualmente. Existe aqui uma certa aproximação a um universo de possíveis inerentes a uma classe, a uma zona, a um bairro – o que nos revela os impactos simbólicos da estigmatização e segregação. Impactos que se começam a sedimentar desde a primeira infância até à entrada do mundo adulto e que condicionam perspetivas de futuro e projetos de ascensão e mobilidade social acentuados.

6.3. Análise dos desenhos enquanto representação do bairro real e o bairro de sonho

Para estes desenhos, optamos por não fazer uma análise separada do bairro *real* e do bairro de sonho porque alguns dos menores decidiram servir-se da planta do bairro em que vivem para fazer os acrescentos, por eles, idealizados.

O jovem de 12 anos que elaborou o desenho nº1 do bairro *real* e o desenho nº5 do bairro de sonho fez dois desenhos para esta tarefa: numa folha, serviu-se da planta do bairro *real* e acrescentou um “bar dos rebeldes”, um “bar de Sevilha”, uma estátua que constitui uma homenagem a ele próprio, uma “casa branca”³², uma área de jogos que integra um campo de futebol, um *court* de ténis, um campo de andebol, um kartódromo todos sob a égide do Sporting e um ginásio; numa outra folha, notamos o gosto pelo desporto, como é normal numa criança desta idade. Este desenho vem, mais uma vez, salientar a necessidade de incluir no bairro um campo de futebol e outras áreas de lazer para crianças e jovens.

³² Será uma alusão à Casa Branca dos Estados Unidos da América?

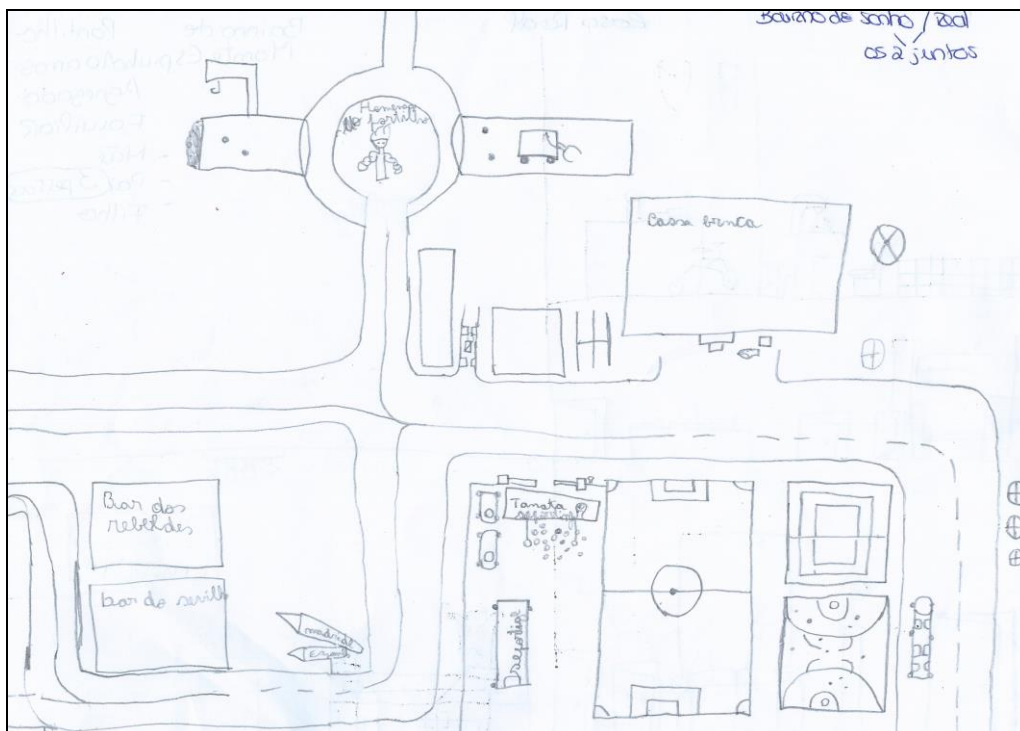


Figura 36-Desenho nº 9

A menina de 11 anos, que apresentou o desenho nº2 da casa *real* e o desenho nº6 da casa de sonho, desenhou na mesma folha (frente e verso) o bairro *real* e o bairro de sonho. Para o bairro *real* ocupa a página com blocos de edifícios retangulares, iguais, atribuindo ao registo um ritmo cadenciado de alguém que não se encontra satisfeito com o local onde vive. Nas costas da folha, desenhou um campo de andebol e relegou os edifícios para uma pequena porção da página como forma de demonstrar o tamanho do campo. Concluimos através dos dois registos a sua insatisfação com o bairro *real*.

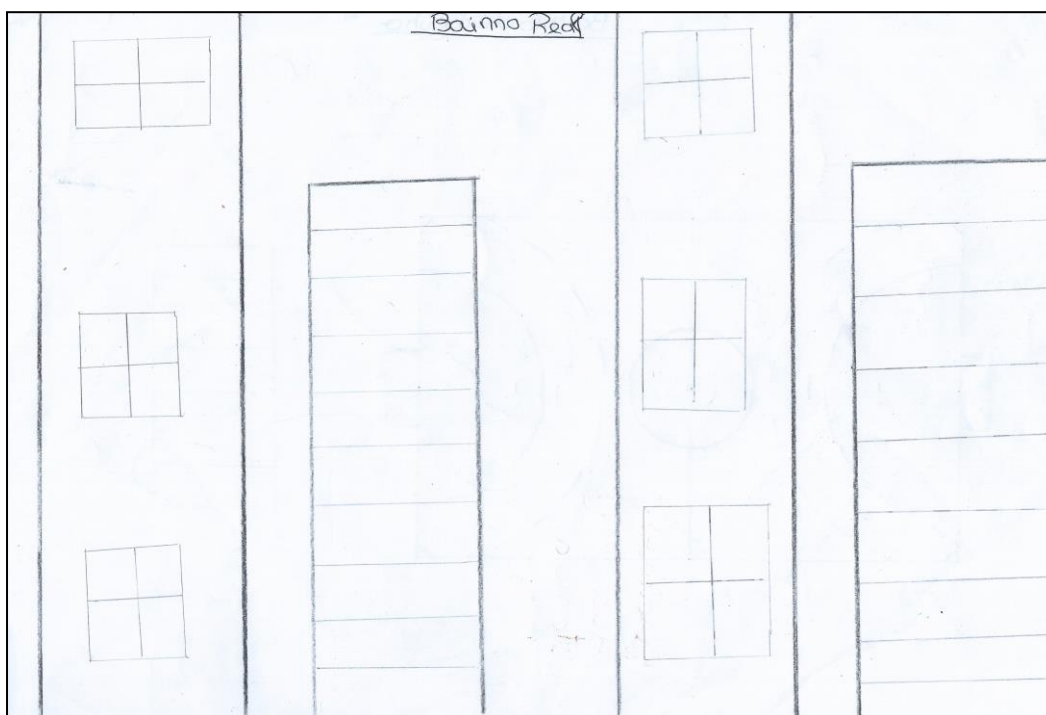


Figura 37-Desenho nº10

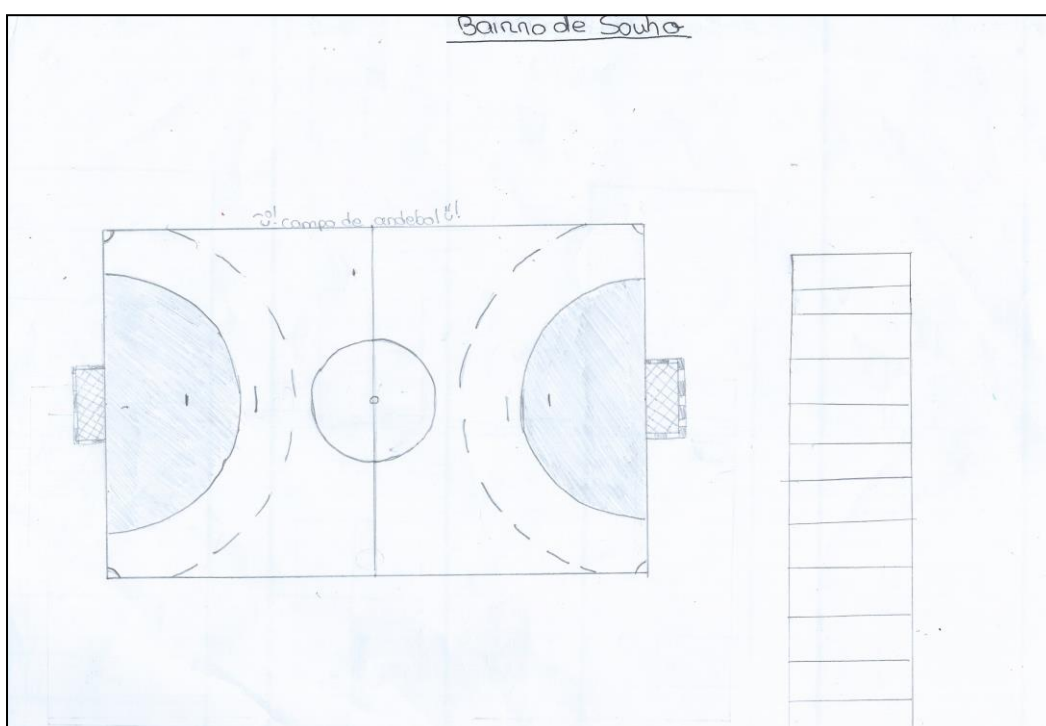


Figura 38-Desenho nº 11

A jovem de 13 anos a que corresponde o desenho nº3 e o desenho nº7, à semelhança do primeiro jovem, serviu-se da planta do bairro real e introduziu uma piscina com uma área envolvente guarnecida de cadeiras e um parque infantil. À semelhança da menina de 11 anos, atribui aos edifícios do bairro uma pequena parte da página.

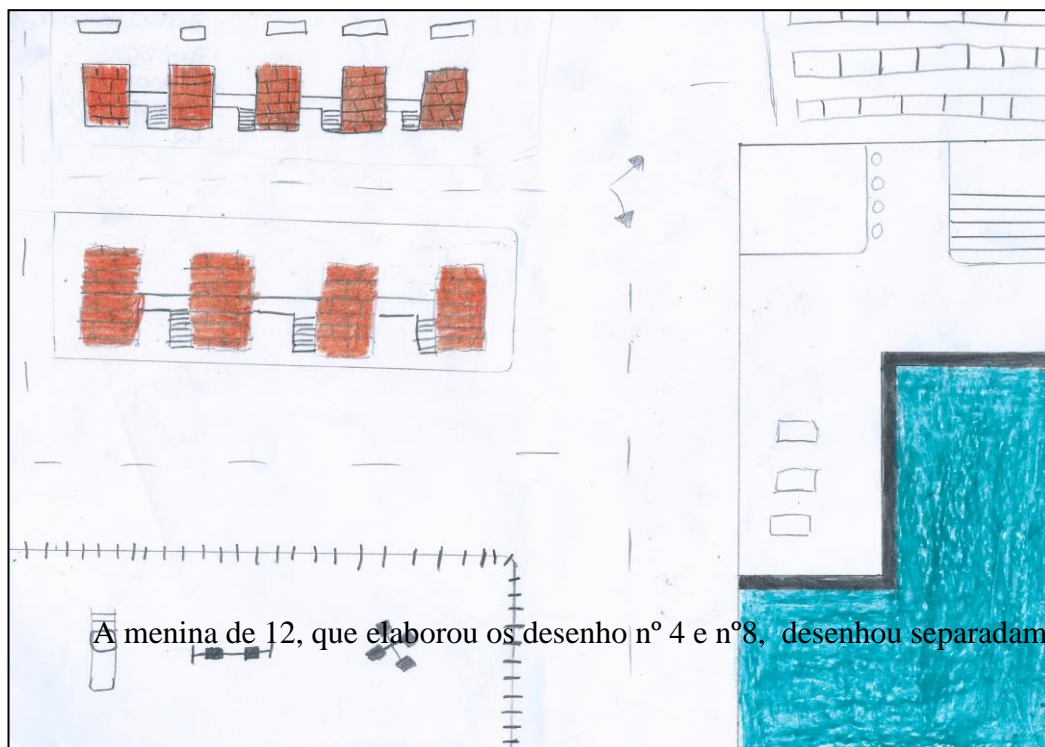


Figura 39-Desenho nº 12

menores, moradores dos bairros, a ideia de que os edifícios são todos iguais já está embuída no seu imaginário. Este conceito nota-se na observação deste registo. Relativamente ao desenho do bairro de sonho, esta menina, representou os edifícios do bairro numa escala maior que ocupa metade da página, assim como, uma piscina e uma sala de dança – aspecto que mais uma vez relembra a necessidade de uma área dedicada a atividades para crianças e jovens.

Podemos concluir que todos eles alterariam o bairro *real* com algumas introduções que não se mostram nada descabidas. As crianças desejam, sobretudo, uma área de jogos e um parque.



Figura 40-Desenho nº13



Figura 41-Desenho nº14

Capítulo 7 – Conclusão e Reflexão crítica

Nesta conclusão iremos sumarizar as reflexões que foram retiradas ao longo dos diversos capítulos da nossa dissertação. Consideramos indispensável tecer algumas reflexões críticas, à medida que íamos abordando os diferentes assuntos que integram a questão principal, de forma a atribuir ao estudo um conteúdo substancial e inteligível.

O nosso estudo iniciou-se com o objetivo de analisar a qualidade de vida dos moradores do bairro Monte Espinho em diversos aspetos: a adequação da habitação e do bairro à vivência e quotidiano de cada uma dessas pessoas, as dinâmicas criadas entre os residentes do bairro social e a relação das pessoas com o bairro.

Ao longo da investigação conduzida, rapidamente, apercebemo-nos que a qualidade de vida estava dependente da forma como os bairros eram construídos, quer ao nível físico, quer ao nível inter-relacional do indivíduo/habitação, do indivíduo/bairro e do indivíduo/comunidade do bairro e do indivíduo/sociedade. A construção de um bairro social está impreterivelmente associada à aplicação de um programa de financiamento público, de forma a garantir o direito à habitação às populações mais carenciadas, que de outro modo, só conseguiriam resolver este aspeto através, por exemplo, da construção de barracas ou ocupação de fogos degradados ou sem as mínimas condições.

No nosso caso de estudo, o bairro Monte Espinho, foi edificado segundo os parâmetros estabelecidos pelo Programa Especial de Realojamento. Constatamos, que este facto é o fator de maior influência na qualidade de vida dos seus moradores.

O Programa Especial de Realojamento surge aquando da realização do Encontro Nacional de Habitação com a pretensão de solucionar o problema das ilhas e barracas, uma vez que “a política habitacional portuguesa nas duas últimas décadas, tem privilegiado as classes médias, através da política de crédito à habitação própria, em detrimento das famílias mais desfavorecidas” (Matos, F.L., 2004: 3). Este programa tinha como fim colmatar uma série de problemas habitacionais, no entanto, ao longo do tempo a sua aplicação em diferentes bairros sociais demonstrou a sua ineficácia a vários níveis. De facto, o Programa Especial de Realojamento resolve alguns problemas habitacionais, mas ignora os problemas de vivência humana. Esta ausência de cuidado com os aspetos vivenciais dos residentes do bairro e a prioridade construtiva das habitações conduz a índices baixos de qualidade de vida, como vimos, com análise das entrevistas verificamos, aquando da análise das entrevistas, nas quais se

constatou uma insatisfação generalizada e até mesmo a vontade de mudar de bairro caso fosse uma hipótese viável.

Através do trabalho realizado, que se alicerçou numa metodologia empírica de recolha de dados através de entrevistas aos moradores dos bairros e dos desenhos de filhos desses moradores, recolhemos informações que compilamos em dados mensuráveis enquadrados numa série de gráficos e tabelas e procedendo à sua análise e reflexão crítica.

Através da metodologia utilizada, podemos concluir acerca da auto-avaliação da qualidade de vida pelos moradores do bairro Monte Espinho, o seguinte: a maior parte dos entrevistados considera possuir qualidade de vida ao nível habitacional individual – a casa - e são poucas as alterações mencionadas de forma a melhorar o seu espaço pessoal. A perspetiva dos moradores quanto ao bairro é oposta à da habitação, uma vez que são diversas as alterações mencionadas como, por exemplo, a inclusão de um parque infantil, de uma área de jogos, de quintais com hortas, entre outros. A mundividência do bairro apresenta, ainda, outro fator negativo relacionado com dinâmica entre vizinhos que é considerada pelos entrevistados como pouco discreta.

Constatamos que os moradores encontram-se, de uma forma geral, satisfeitos com a habitação, mas não com o bairro e com os vizinhos, ou seja, houve uma preocupação com a construção e adequação das habitações à vivência dos residentes do bairro, mas não com a sua experiência social e humana com a restante comunidade *intra*-bairro. Matos sintetizou esta ideia do seguinte modo: “O realojamento não é apenas um processo de construção e dádiva de um novo alojamento, ele implica também alterações de modos de vida, de formas de estar e de habitar, dimensões estas quase sempre negligenciadas pelas soluções políticas, técnicas e administrativas implementadas” (Matos, F.L., 2004: 4). Comprendemos, também, que a insatisfação com o bairro e as relações deficitárias, entre os seus residentes, podem gerar situações de tensão e conflitos que contribuem para a imagem que a restante sociedade tem relativamente ao que consideram ser “comportamento de bairro” – situações de exclusão e social. Essas situações constituem uma força motriz para que as autoridades sejam mobilizadas para esses locais, na tentativa de controlar problemas de marginalização e criminalidade. O nosso caso de estudo é representativo das situações de animosidade entre os residentes do bairro e da sua insatisfação com o bairro.

Outro aspeto descurado pelo Programa Especial de Realojamento e pelas entidades responsáveis pela edificação e planeamento do bairro, no nosso caso de estudo, são os espaços livres que poderiam ser aproveitados para a edificação de locais de convivência ou lazer. Ainda

que existindo uma associação, um centro social de apoio, uma creche e um lar, não foram previstos locais próprios para os tempos livres de crianças e jovens, o que conduziu ao improviso de um campo de futebol junto à área das habitações, perturbando o descanso de alguns residentes, como já referimos. Este aspeto é um fator de impacto na qualidade de vida das crianças, como constatamos através dos desenhos nos quais desenharam áreas de jogos e lazer.

Consideramos que o bairro Monte Espinho não é representativo dos outros bairros do concelho de Matosinhos, nos quais as condições de vivência são muito insatisfatórias, os relacionamentos entre a comunidade são tensos e o relacionamento com a sociedade exterior ao bairro é conflituosa, como por exemplo, o bairro da Biquinha (Matosinhos)³³, o bairro do Seixo (São Mamede de Infesta)³⁴ e o bairro das Ribeiras (Perafita)³⁵.

Através da observação e contato direto com o bairro e seus residentes, percebemos que o Programa Especial de Realojamento, veio suprir necessidades habitacionais e eliminar problemas de habitação com o realojamento de indivíduos que viviam em barracas e ilhas, no entanto, falhou a vários níveis, sobretudo no que envolve as subtilezas do comportamento humano e as dinâmicas de indivíduos numa comunidade.

No capítulo 2, no qual caracterizamos os fenómenos de exclusão e segregação social, conseguimos perceber que estes fatores são consequências da inadequação do Programa Especial de Realojamento e de uma série de outros programas que foram aplicados a outros bairros, uma vez que observamos condições extremamente precárias noutros bairros sociais.

Nas palavras de Isabel Guerra, “As pessoas não são coisas que se ponham em gavetas” (1994), ou seja, é preciso contemplar a dimensão humana e fatores de inserção na sociedade como, como por exemplo, a obtenção de emprego.

Contudo, o Programa Especial de Realojamento tem um grande valor e apresenta os seguintes aspetos positivos: permitiu a uma série de profissionais associados à criação da política de habitação uma discussão séria acerca da qualidade dos bairros, nomeadamente, sobre a habitação, os espaços exteriores e os equipamentos de apoio; nota-se a existência de uma preocupação com a inserção social dos realojados e com a melhoria das condições da qualidade de vida; e, conseguiu suprir o número as ilhas e barracas.

³³ <http://www.matosinhohabit.eu/c-h-biquinha-n> 18:41 05.09.2015.

³⁴ <http://www.matosinhohabit.eu/c-h-seixo-i> 18:43 05.09.2015.

³⁵ <http://www.matosinhohabit.eu/c-h-ribeiras-i> 18:45 05.09.2015.

Em última instância, e como resposta à questão central que estabelecemos no início desta dissertação - *Qual a eficácia do PER na Qualidade de Vida dos moradores do Bairro Monte Espinho* -, podemos concluir que a eficácia do PER é parcial sendo, contudo um fator importante na qualidade de vida dos moradores do bairro. Concluimos, também, que na eventualidade do Programa Especial de Realojamento começar a contemplar os fatores inerentes à Qualidade de Vida registaram-se-iam melhorias significativas ao nível da vivência *intra* e *extra*-bairro dos moradores.

A desadequação do Programa Especial de Realojamento, aos problemas sociais, inerentes a um processo de realojamento de populações carenciadas, tem por consequência, a baixa qualidade de vida dos seus moradores resultando em fenómenos de exclusão e segregação social que se manifestam de diversas formas: a estandardização dos edifícios que imiscui os moradores do bairro de uma identidade própria e individualizada, os complexos ou a atitude oposta que emerge da vivência num bairro, o afastamento do centro da cidade na malha urbana e a emergência da criminalidade e da marginalização.

De uma forma geral, os entrevistados do bairro Monte Espinho testemunharam não se sentirem discriminados ao nível individual, contudo, salientam que a sociedade é preconceituosa relativamente às pessoas que vivem em bairro pelo simples facto de aí se situar o seu local de vivência.

Em sùmula, o caso de estudo que é amplamente analisado ao longo deste trabalho – o bairro Monte Espinho - vem demonstrar que o Programa Especial de Realojamento funciona parcialmente. A habitação é um direito constitucional de todos os cidadãos, no entanto, a habitação ultrapassa o âmbito físico da casa e apoia-se também na dimensão humana que é construída, também no bairro.

Referências bibliográficas

Abrantes, Teresa (1994). Efeitos Perversos dos Bairros Sociais: Observações e Sugestões. *Sociedade e Território*, 20,. Porto: Afrontamento 50:54.

Almeida, Paula (1994). Habitação: a Produção de um Conceito. *Sociedade e Território*, 20. Porto: Afrontamento,110:116.

Amérigo, M & Aragonés, J. (1990). Residencial Satisfaction in council housing. *Journal of Environment Psychology*, nº 10, p. 313:325

Augusto, Nuno Miguel (1998). Habitação Social, da intenção de inserção à ampliação da exclusão. *Actas IV Congresso Português de Sociologia*, s/p. Acedido em Agosto 2015, disponível em: <http://www.aps.pt/?area=102&mid=005&idpub=PUB460a50b168fd1>

Baptista, Luís V. (1999). Cidade e Habitação Social, o Estado Novo e o programa das casas económicas em Lisboa. Oeiras: Celta editora.

Bardin, Laurence (1979). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Belbute, J. et al. (2009). *Qualidade de Vida: Uma análise à escala local*. Évora: Departamento de Economia da Universidade de Évora.

Bordieu, Pierre (1993). *La misère du monde*. Paris: Editions du Seuil.

Cabrita, António M. Reis (1995). O homem e a casa: definição individual e social da qualidade da habitação. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

Cachado, Rita Ávila (2003). O Programa Especial de Realojamento. Ambiente histórico, político e social. *Análise Social*. 206 (1º), XLVIII, 134:152. Acedido em Maio 2015, em: http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/AS_206_d03.pdf

Coelho, A. J. Baptista (1994). É Preciso Integrar a “Habitação Social” na Continuidade Urbana. *Sociedade e Território*, 20. Porto: Afrontamento, 71:78.

Corrêa, R. L. (1989). *O Espaço Urbano*. São Paulo: Ática

Cassis, Filomena & Pereira, Albano (1994). Utilização do Espaço de Habitar e Satisfação Residencial: Bairro do Bugio. *Sociedade e Território*, 20. Porto: Afrontamento, 44:49.

Ferreira, António Fonseca (1994). Habitação Social: Lições e Prevenções para o PER, *Sociedade e Território*, 20. Porto: Afrontamento, 8:10.

Ferreira, Inês (2011). *O Bairro na Cidade: A Relação entre a Satisfação Residencial e a Insegurança Percebida nos Moradores de um Bairro Urbano*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa: Faculdade de Psicologia.

Freitas, Maria João (2003). Por onde passa a Satisfação Residencial. *Sociedades Contemporâneas: Reflexidades & Ação Atelier: Cidades, Campos e Territórios*, Actas dos ateliers do V Congresso Português de Sociologia, 107:115

Freitas, Maria João (2001). *Habitação e Cidadania: no trilho da complexidade de processos relacionais generativos*. Tese de Doutoramento, Universidade de Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

Guerra, Isabel (2011). As políticas de habitação em Portugal: à procura de novos caminhos. *Cidades, Comunidades e Territórios*, 22, 41:68.

Guerra, Isabel (2006). Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo: sentidos e formas de uso. Estoril: Princípia.

Guerra, Isabel (1999). Políticas de habitação pós-1974, Relatório CET/INH.

Guerra, Isabel (1994). As Pessoas Não São Coisas Que se Ponham em Gavetas. *Sociedade e Território*, 20. Porto: Afrontamento, 11:26.

Guerra, Isabel (1997). Um Olhar Sociológico Sobre o Alojamento. *Sociologia, Problemas e Prática*. 24, p.165:181.

Guerra, Isabel (1994). As Pessoas Não São Coisas Que se Ponham em Gavetas. *Sociedade e Território*, 20. Porto: Afrontamento, 11:26.

Guerra, Paula. (2004). Contextos de Vivência no Bairro do Cerco do Porto: Cenários de Pertenças, de Afectividades e de Simbologias. *Actas do Vº Congresso Português de Sociologia. Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção*, 57:70. Disponível em: <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/25498>

Guerra, Paula (2002a). O Bairro do Cerco do Porto: cenário de pertenças, de afectividades e de simbologias. *Sociologia - Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, série I, 12, 65:144. Disponível :<http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id04id111&sum=sim>

Guerra, Paula (2002b). A cidade na encruzilhada do urbano. *Provas de Aptidão Pedagógica e*

Capacidade Científica. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica (policopiado).

Kaufmann, Jean-Claude (1996). *L'entretien compréhensif*. Paris: Éditions Nathan.

Lima, Maria Eugénia (2011). *Operações SAAL, uma Política Urbana Vanguardista – O caso do SAAL no Bairro do Casal das Figueiras em Setúbal*. Dissertação de Mestrado, Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior Técnico.

Marques, Teresa Sá (2002). *Dinâmicas Territoriais: Portugal na Transição do século (XX-XXI)*. Tese de Doutoramento. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Marques, Teresa Sá et al. (2008). *Lagarteiro, uma Intervenção Alicerçada na Participação*. Porto, Relatório Final, Intervenção Bairros Críticos.

Martins, Isabel Cristina Guimarães (2011). *Os territórios da qualidade de vida no Porto: Uma avaliação das disparidades intra-urbanas*. Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Martins, Isabel Cristina Guimarães (2004). *O papel da análise subjetiva na avaliação da qualidade de vida urbana: reflexões a partir da experiência do Município do Porto*. In *Territórios e Protagonistas: actas V Congresso da Geografia Portuguesa*, Associação Portuguesa de Geógrafos. Acedido em Março de 2014 em: http://www.apgeo.pt/files/docs/CD_V_Congresso_APG/web/ParticipaoeEstudosLocaisI.html.

Martins, Isabel & Santos, Luís Delfim (2002). *A qualidade de vida Urbana: o caso da Cidade do Porto*. Working Papers da FEP: Investigação – Trabalhos em curso. Faculdade de Economia da Universidade do Porto, nº116, 2:4. Acedido em Maio, 2015, em: <http://wps.fep.up.pt/wps/wp116.pdf>

Martins, Joana Ribeiro (2014). Habitação social em Portugal: da intenção de inserção ao sentimento de exclusão. Dissertação de Mestrado, Universidade Lusíada de Lisboa: Faculdade de Arquitetura e Artes.

Matos, Fátima Loureiro de (2004). Algumas reflexões sobre o PER no Grande Porto. Territórios e Protagonistas: actas V Congresso da Geografia Portuguesa, Associação Portuguesa de Geógrafos. Acedido em janeiro de 2014 http://www.apgeo.pt/files/docs/CD_V_Congresso_APG/web/ParticipaoeEstudosLocaisI.html.

Matos, Fátima Loureiro de (2001). A Habitação no Grande Porto: Uma Perspectiva Geográfica da Evolução do Mercado e da Qualidade Habitacional desde Finais do Séc. XIX até ao Final do Milénio. Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto,

Matos, Fátima Loureiro de (1994). Os bairros sociais no espaço urbano do Porto: 1901-1956. *Análise Social*, XXIX (127), 677:695.

Matos, Fátima Loureiro de & Salgueiro, Teresa Barata (2006). Habitar nas Cidades Portuguesas. In Carlos Alberto Medeiros (dir), *Geografia de Portugal, Sociedade, paisagens e Cidades*. 2. Lisboa: Círculo de Leitores, 313:342

Mela, Alfredo (1999). *A Sociologia das Cidades*. Lisboa: Editorial Estampa.

Navarro, Pablo & Díaz, Capitolino (1994). Análisis de contenido. In Juan Manuel Delgado & Juan GUTIÉRREZ, (eds.), *Métodos y Técnicas Cualitativas de Investigación en Ciencias Sociales*. Madrid: Ed. Síntesis.

Pampulha, Rogério et al. (2006). Prémio INH. Secretaria de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, Instituto Nacional de Habitação

Pedrosa, Cristina Fernandes (2010). Da Cidade ao Indivíduo: O Papel da Requalificação Urbana de Conjuntos de Habitação de interesse Social: Estudos da requalificação física do espaço público do bairro de Contumil, na cidade do Porto. Dissertação de Mestrado, Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior Técnico

Pereira, Márcia Andreia (2010). Génese, evolução e tipologia da habitação social no concelho de Coimbra. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Pereira, Maria João (2011). A Infância no Bairro do Lagarteiro: modos de ser criança em território de exclusão. Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho, Instituto da Educação

Phillips, D. (2006). Quality of Life: concept, policy, and practice, New York, Routledge.

Pinto, T. C. (2008) . Território(s) e Qualidade de Vida: representações sobre um conceito”. VI Congresso de Sociologia. Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Acedido em Maio 2015 em: <http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/27.pdf>

Plano Operacional de Respostas Integradas (PORI) (s.d.). Resumo de diagnóstico analítico das dependências do concelho de Matosinhos. Ministério da Saúde, Instituto da Droga e Toxicodependência.

Rodrigues, D. S. (2007). Sistema de informação para a avaliação e monitorização da qualidade de vida em campi universitários. Dissertação de Doutoramento em Engenharia Civil, Ramo de Planeamento Territorial, Escola de Engenharia da Universidade do Minho

Seidl, Eliane Maria Fleury & Zannon, Célia Maria Lana da Costa (2004). Qualidade de vida e saúde: aspectos conceituais e metodológicos. Cad. Saúde Pública, 20 (2), 580:588.

Santos, Vera (2013). Programa Municipal de Apoio ao Arrendamento: Alteração na Política Municipal de Habitação em Matosinhos. Relatório de Mestrado em Serviço Social, Universidade de Coimbra, Instituto Superior Miguel Torga

Santos, Sara Raquel Dinis dos (2011). A qualidade de vida urbana: aplicação de um inquérito online para avaliação da percepção individual. Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho, Escola de Engenharia.

Silva, Augusto Santos (1988). Entre a razão e o sentido. Durkhem, Weber e a teoria das ciências sociais. Porto: Edições Afrontamento.

Serra, Nuno (2002). Estado, Território e Estratégias de Habitação. Coimbra: Quarteto Editora.

Serra, Nuno (1997). Território e Habitação em Portugal. Revista Vértice, 80, falta as páginas

Torres, L. M. M. de O. (2007). Avaliação da qualidade ambiental urbana. Dissertação de Doutoramento em Engenharia Civil, Escola de Engenharia da Universidade do Minho

Veiga, Anderson (2014). O Programa Especial de Realojamento no Concelho de Valongo: Uma análise à Qualidade de Vida nos bairros PER de Monte da Costa, Palmilheira e Galinheiro. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Vilaça, Eduardo & Guerra, Isabel (1994). Degradação do Parque Habitacional. Sociologia – Problemas e práticas, 15, 79:93.

Violas, Débora (2003). A Habitação Social e a Intervenção Municipal – O caso de Vila Nova de Gaia. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Violas, Sara (2013). A Habitação de Interesse Social - O Processo de Implementação do PER no Concelho de Espinho. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Sites e endereços electrónicos

Câmara Municipal de Matosinhos - <http://www.cm-matosinhos.pt/> Acedido em Janeiro de 2015

IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, Atlas SIPA de Património - Portal da Habitação. <http://www.portaldahabitacao.pt/pt/ihru/> Acedido em Maio de 2015

INE, Instituto Nacional de Estatística – Recenseamento Geral População e Habitação, anos de 1970, 1981, 1991, 2001 e 2011- Portal do INE. <http://www.ine.pt> Acedido em Junho, Julho

Matosinhoshabit - <http://www.matosinhoshabit.eu/> Acedido em Janeiro de 2015

Legislação

Decreto-lei nº 177/84, de 25 de Maio

Decreto-lei nº 220/83, de 26 de Maio

Decreto-lei nº 226/87, de 6 de Junho

Decreto-lei nº 704/76, de 30 de Setembro

Decreto-lei nº 148/81, de 4 de Junho

Decreto-lei nº 163/93, de 7 de Maio

Decreto-lei nº180/85, de 24 de Maio

Decreto-lei nº 360/86, de 16 de Julho

Anexos

Anexos 1 – Conjuntos habitacionais do concelho de Matosinhos

Conjuntos Habitacionais	Freguesia	Nº de Fogos	Ano de construção
C.H Cruz de Pau antigo	Matosinhos	136	1953/62
C.H Biquinha- Antigo	Matosinhos	218	1979/1983
C.H Biquinha- N	Matosinhos	126	1973
C.H Bairro dos Pescadores	Matosinhos	50	2005
C.H Biquinha 1ª fase	Matosinhos	76	1993
C.H Biquinha 2ª fase	Matosinhos	42	1992
C.H Biquinha 3ª fase	Matosinhos	48	1994
C.H Carcavelos	Matosinhos	240	1984
C.H Cruz de Pau 25 de Abril	Matosinhos	64	1994
C.H Cruz de Pau Austrálias	Matosinhos	48	1998
C.H Refinaria Angola	Matosinhos	52	1972
C.H Seara	Matosinhos	132	2004
C.H Tarrafal	Matosinhos	11	1951
C.H Fundação Salazar	Custóias	49	Déc. 60
C.H Custóias Antigo	Custóias	57	1978
C.H S. Gens	Custóias	178	1995
C.H Teixeira Lopes	Custóias	48	1998
C.H S. Tiago de Custóias	Custóias	44	2002
C.H S. Gens Pré-Fabricado	Custóias	17	1980
C.H S.Gens II 1ª fase	Custóias	7	2007
C.H S.Gens II 2ª fase	Custóias	12	2005
C.H Guarda Antigo	Perafita	38	1982
C.H Guarda I	Perafita	134	1994
C.H Guarda II	Perafita	22	1982
C.H Farrapas	Perafita	188	2001
C.H Ribeiras I	Perafita	57	2002
C.H Ribeiras II	Perafita	83	2004
C.H Sendim	Guifões	376	1997
C.H Gatões	Guifões	328	2001/02
C.H Seixo I	S.Mamede Infesta	230	1992
C.H Seixo II	S.Mamede Infesta	94	1999
C.H Estação	S.Mamede Infesta	40	1998
C.H Telheiro	S.Mamede Infesta	44	2004

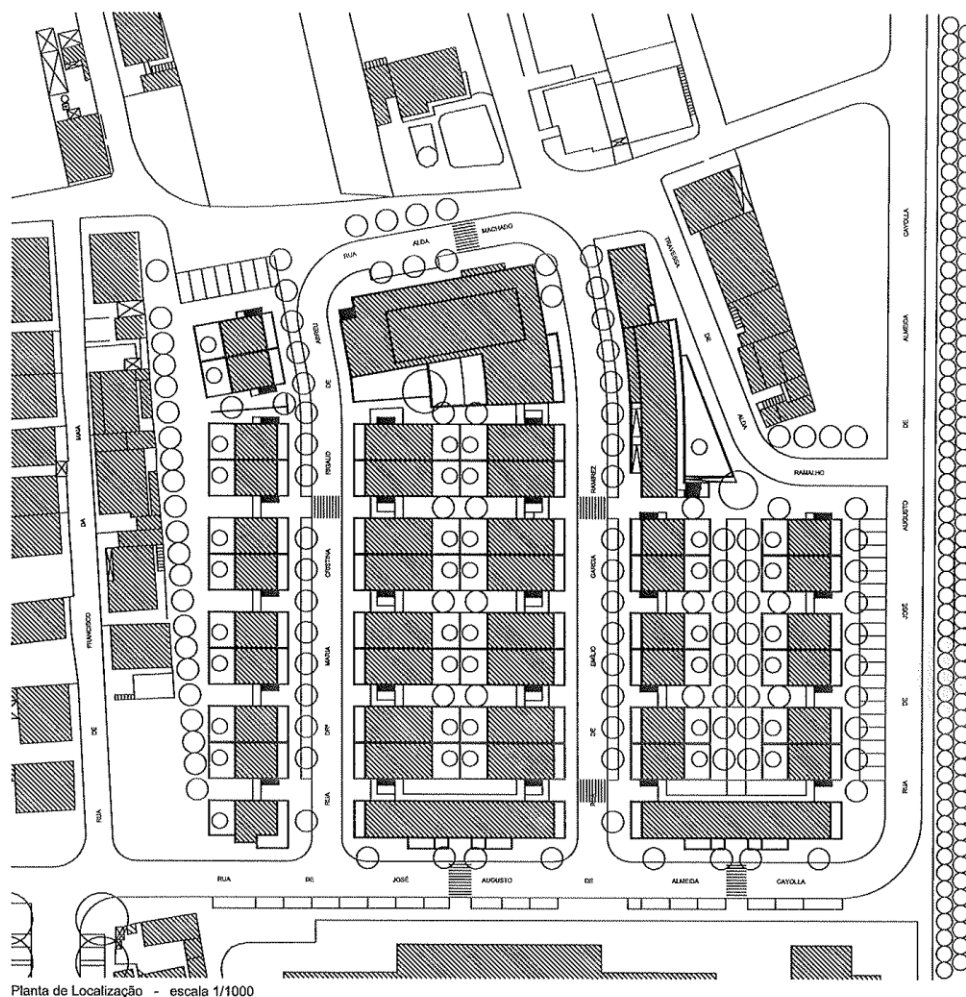
C.H Laranjeiras	S.Mamede Infesta	106	2004
C.H Moalde	S.Mamede Infesta	16	1984
C.H Caixa têxtil	S.Mamede Infesta	86	1958
C.H Lagoa	Senhora da Hora	52	1998
C.H Padrão da Légua	Senhora da Hora	56	2000
C.H Estádio do Mar	Senhora da Hora	56	2004
C.H Estádio do Mar II	Senhora da Hora	11	2012
C.H Estádio do Mar III	Senhora da Hora	12	2012
C.H Real de Cima	Senhora da Hora	35	2013
C.H Barranha	Senhora da Hora	1	1991
C.H Custió	Leça do Balio	154	2000
C.H Recarei	Leça do Balio	154	2001/02
C.H Bateria	Leça da Palmeira	75	2004
C.H Monte Espinho	Leça da Palmeira	108	2005
C.H Chouso	Santa Cruz do Bispo	60	1999
C.H Cidres	Santa Cruz do Bispo	42	2001
C.H Ponte do carro	Santa Cruz do Bispo	2	2007
C.H Praia de Angeiras	Lavra	24	1995
Total de fogos		4339	

Fonte: Matosinhoshabit

Projecto (Monte Espino)



Fonte: Pampulha, Rogério & et al. (2006)



Fonte: Matosinhoshabit



Centro de Acção Social Monte Espinho - estágio



Bairro social Monte Espinho



Centro de dia do Monte Espinho



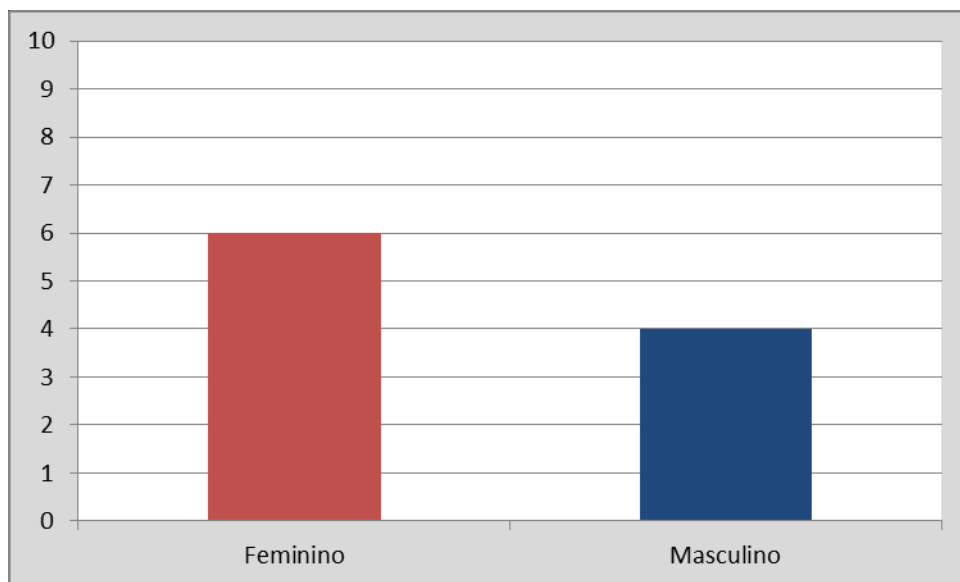
Bairro Social Monte Espinho 2



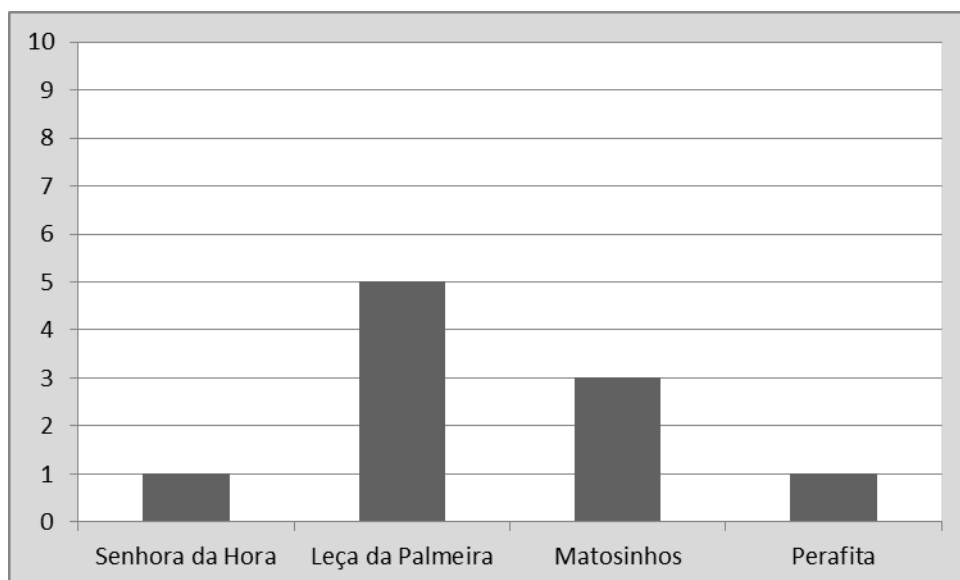
Logradouros do bairro social Monte Espinho

Anexos 2 – Gráficos das entrevistas

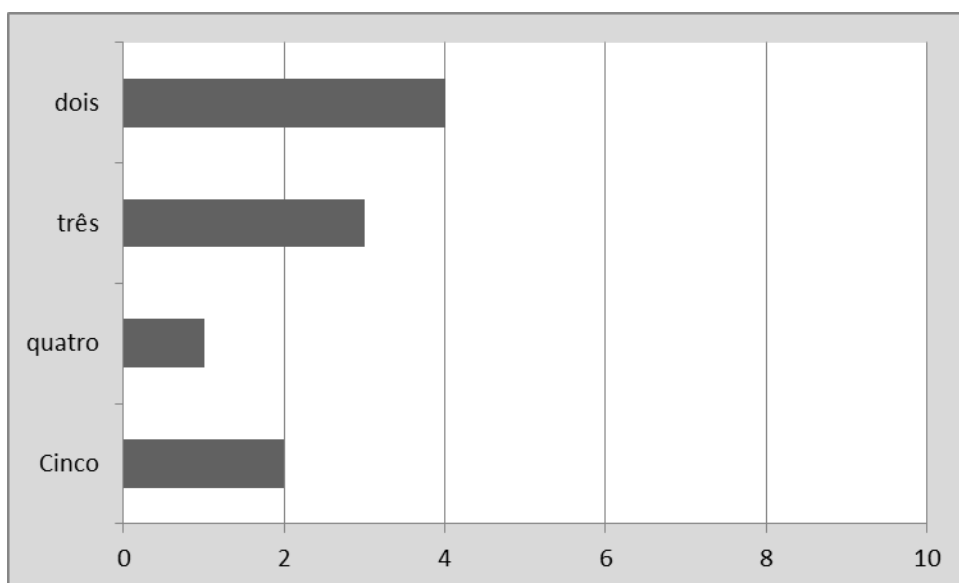
Género dos entrevistados



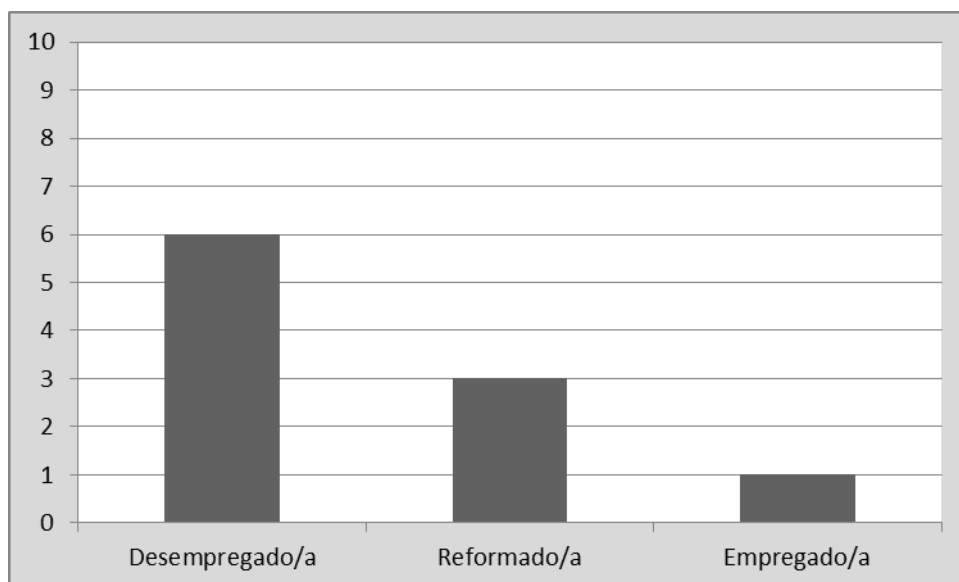
Localização da habitação anterior dos entrevistados



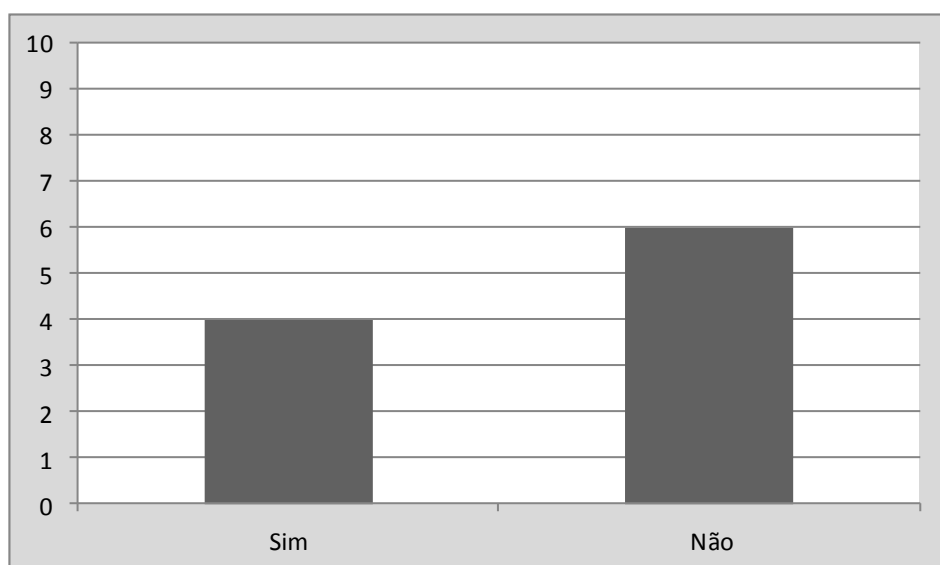
Habilitações dos entrevistados



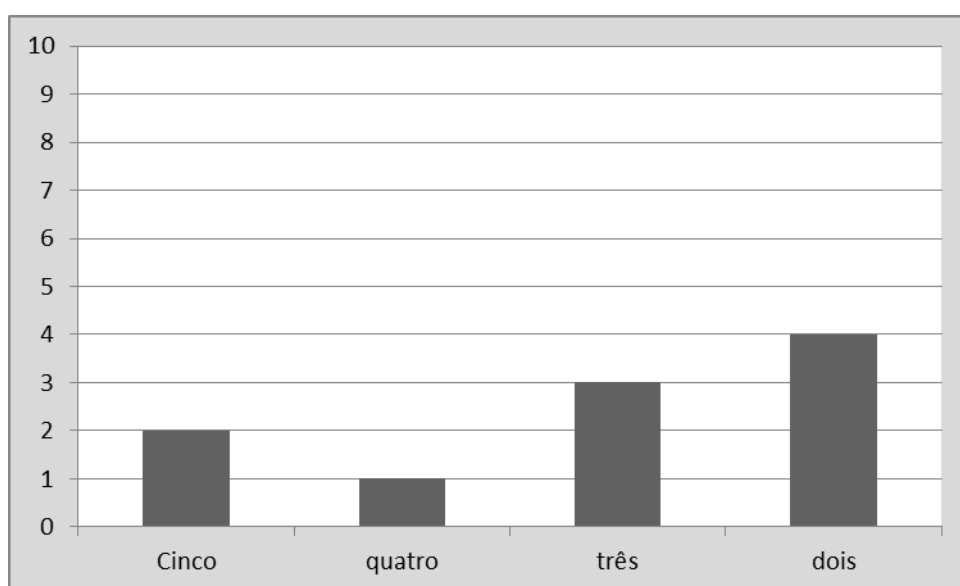
Situação profissional dos entrevistados



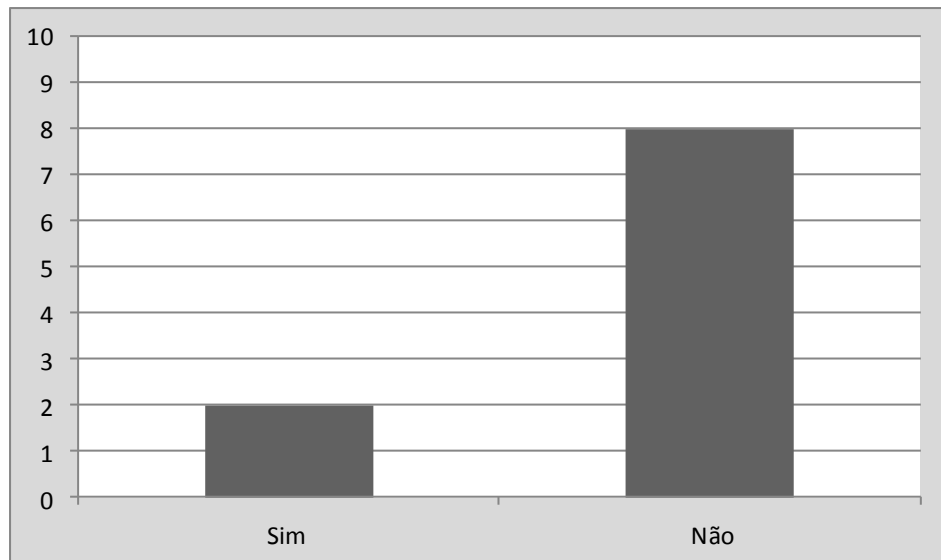
Se os entrevistados têm algum tipo de doença



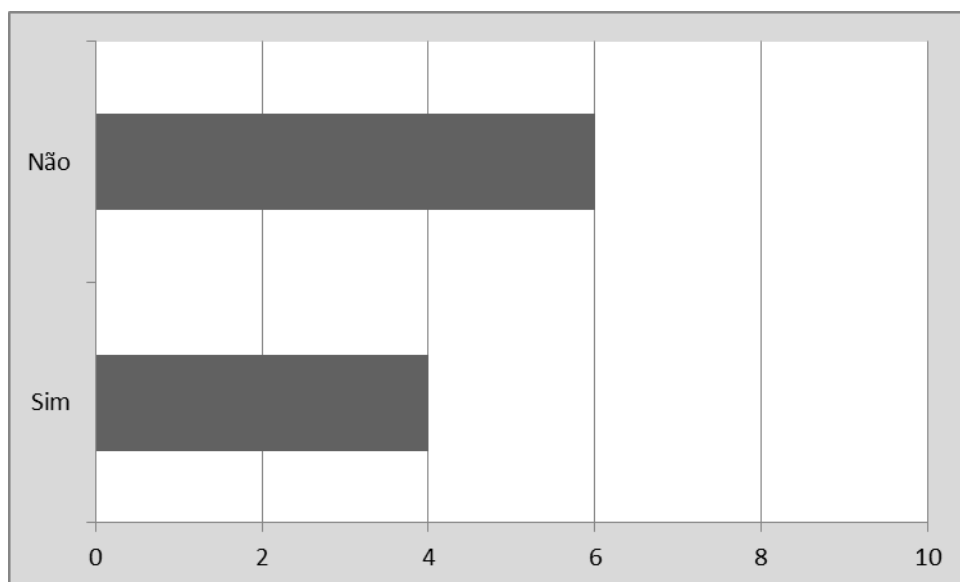
Agregado familiar dos entrevistados



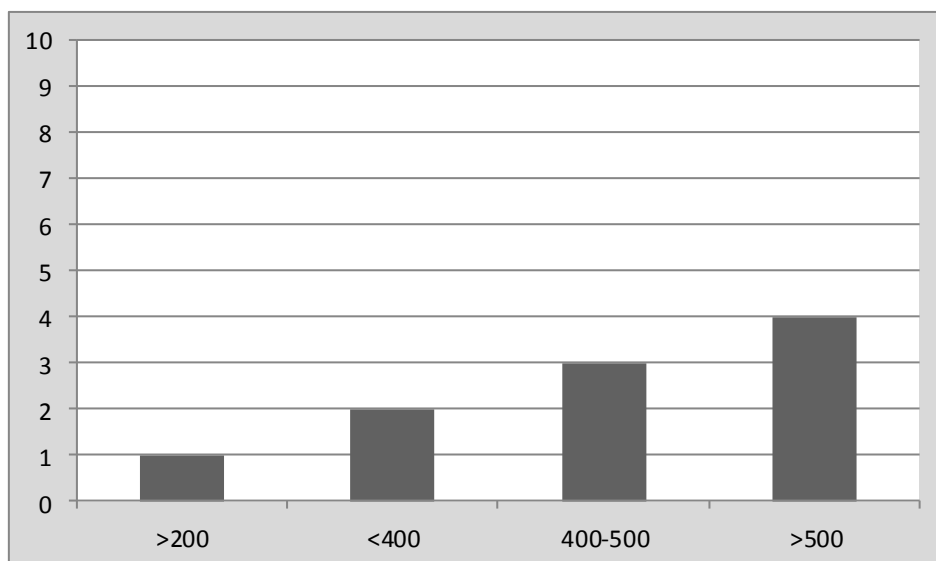
Se os entrevistados têm RSI



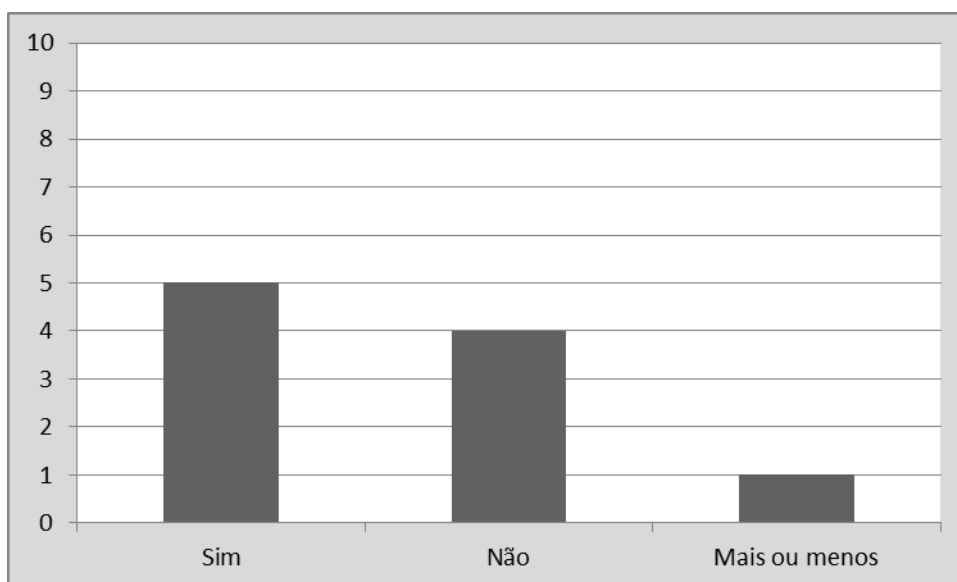
Se os entrevistados têm outras pensões



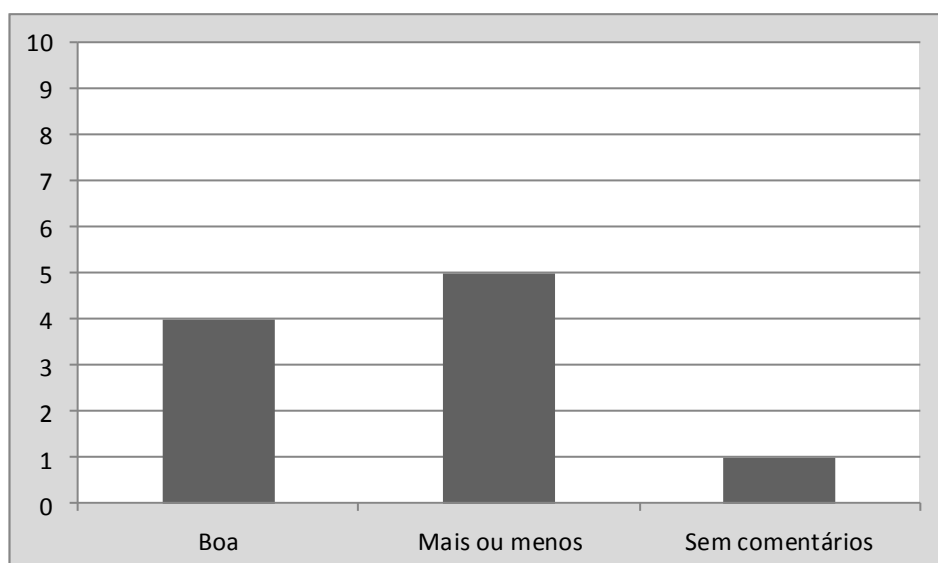
Orçamento do agregado familiar dos entrevistados



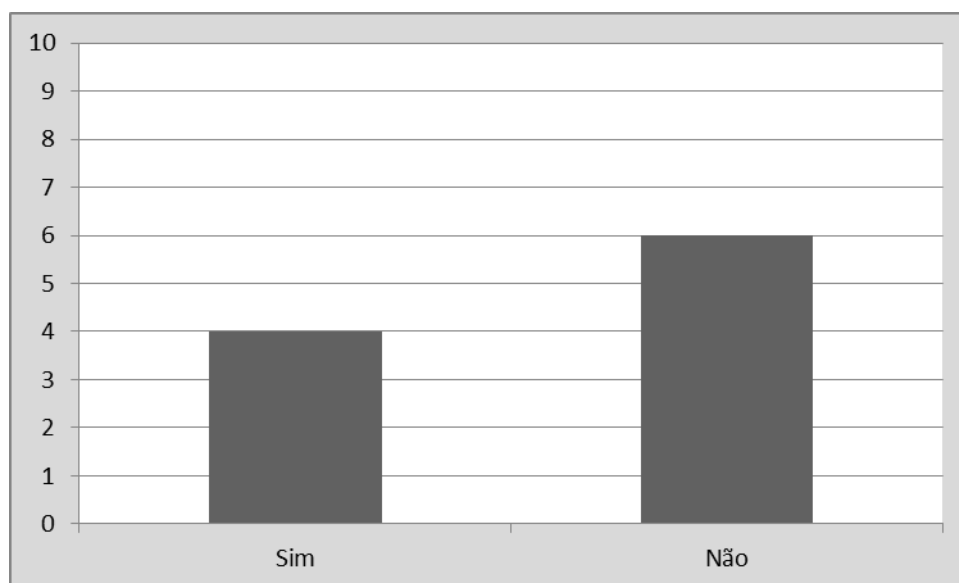
Satisfação da qualidade de vida dos entrevistados



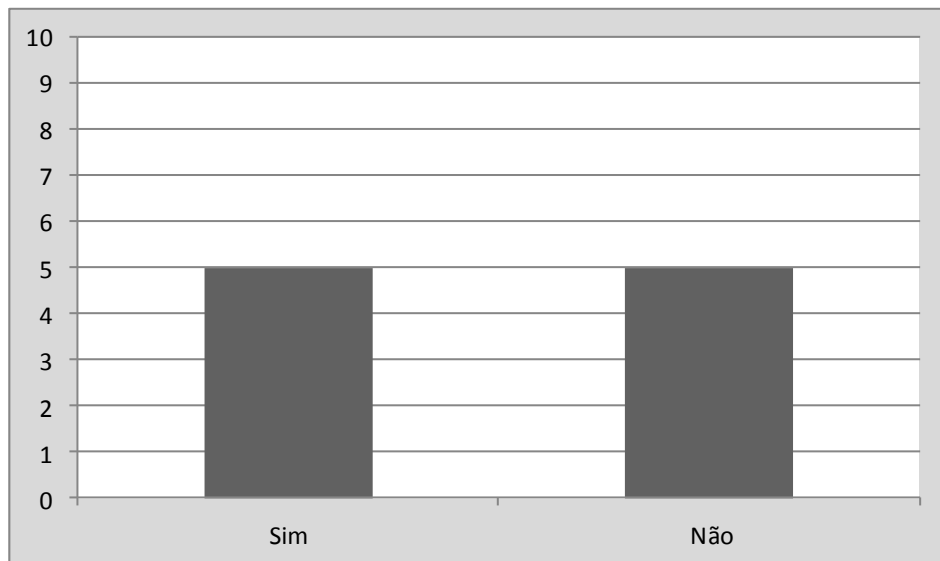
Comparação com a qualidade de vida dos vizinhos dos entrevistados



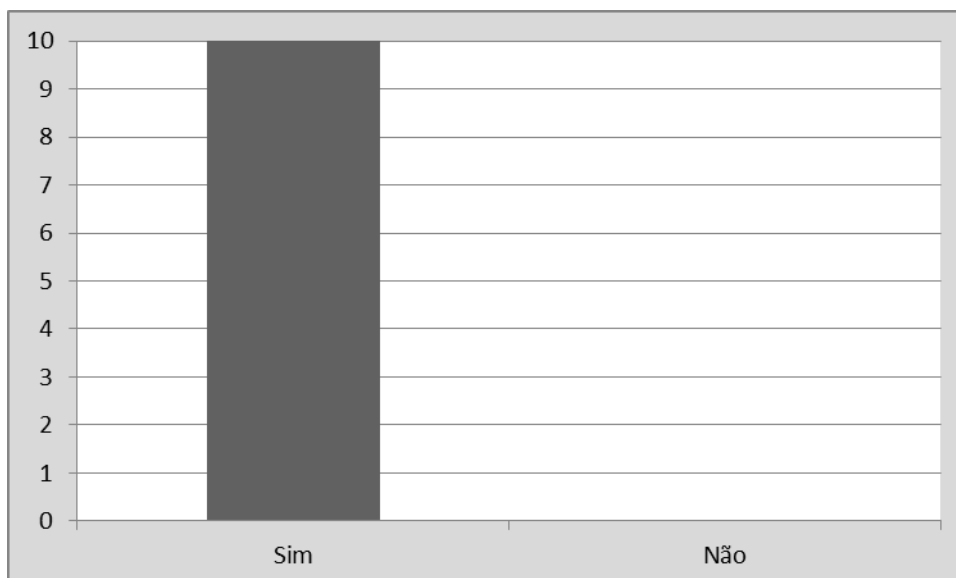
Se os entrevistados faziam alguma alteração às condições atuais



Se os entrevistados precisam de ajudas de terceiros



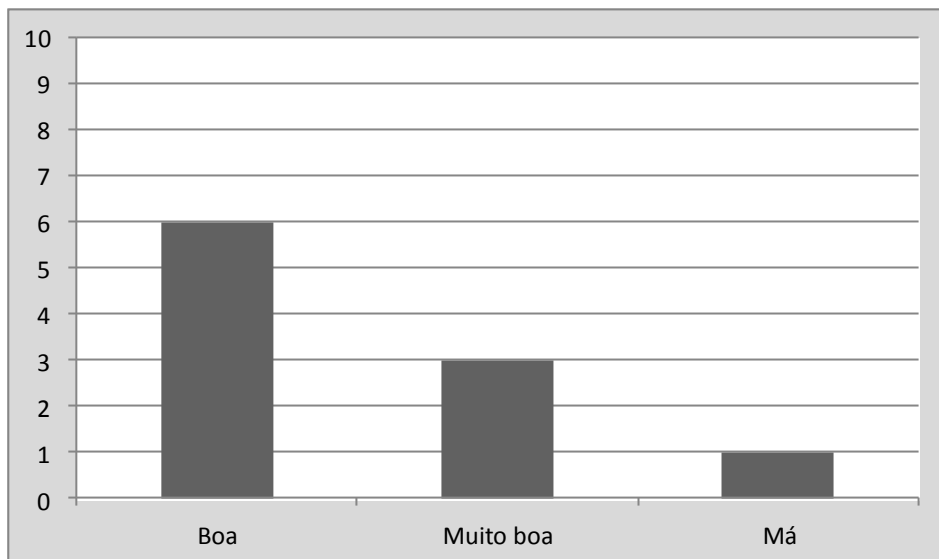
Se os entrevistados melhorariam a sua vida quotidiana



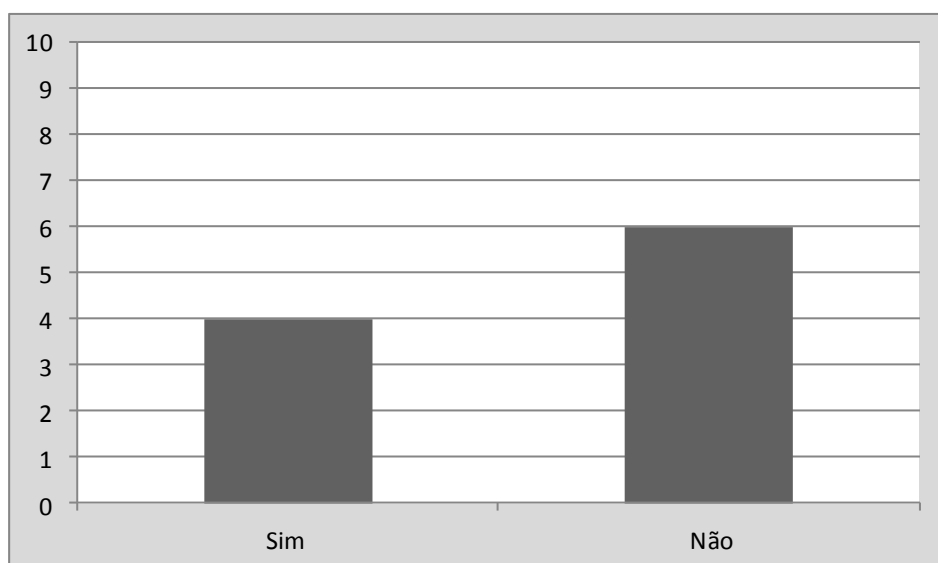
Se os entrevistados têm opinião relativamente à vivência a nível nacional



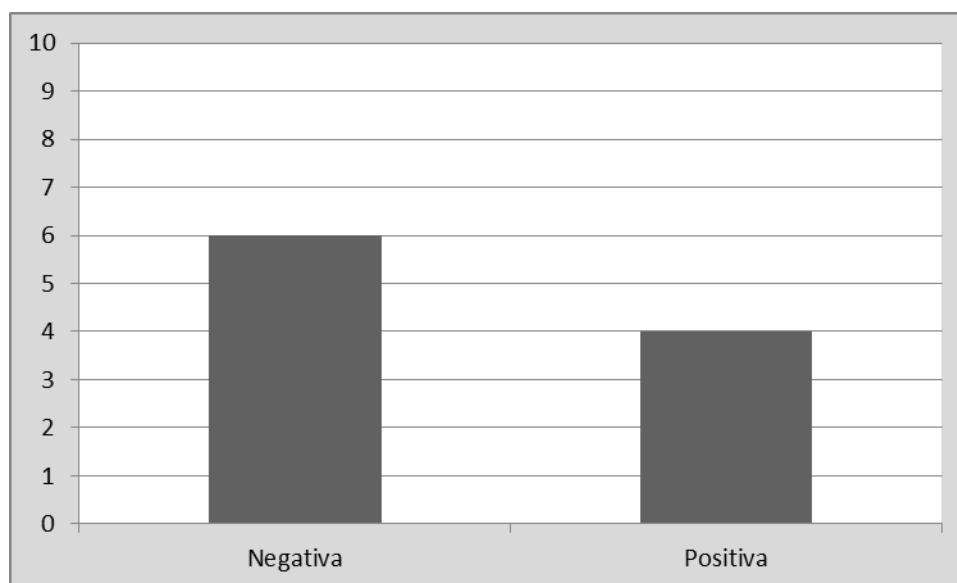
Satisfação dos entrevistados da sua habitação atual quando comparada com a anterior



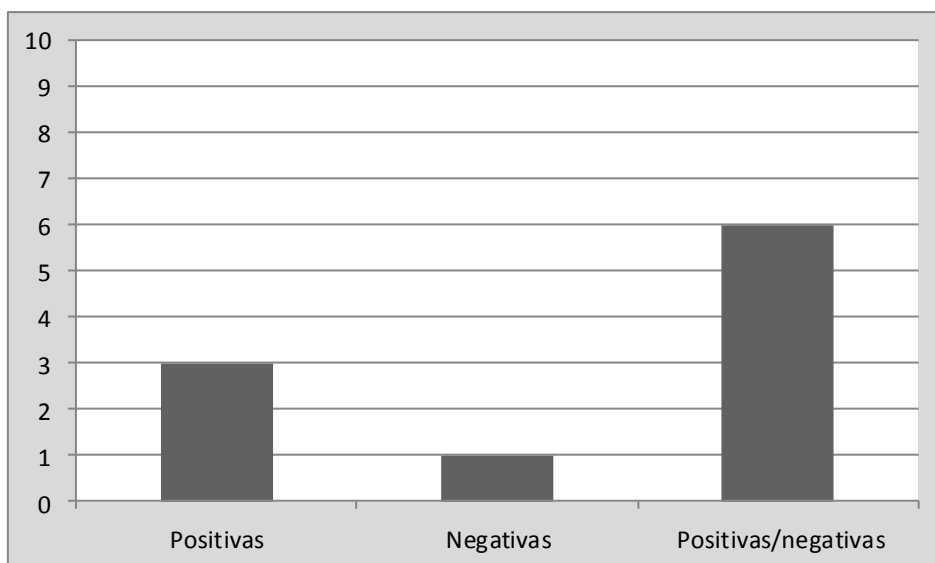
Se os entrevistados têm ausência de divisões na habitação



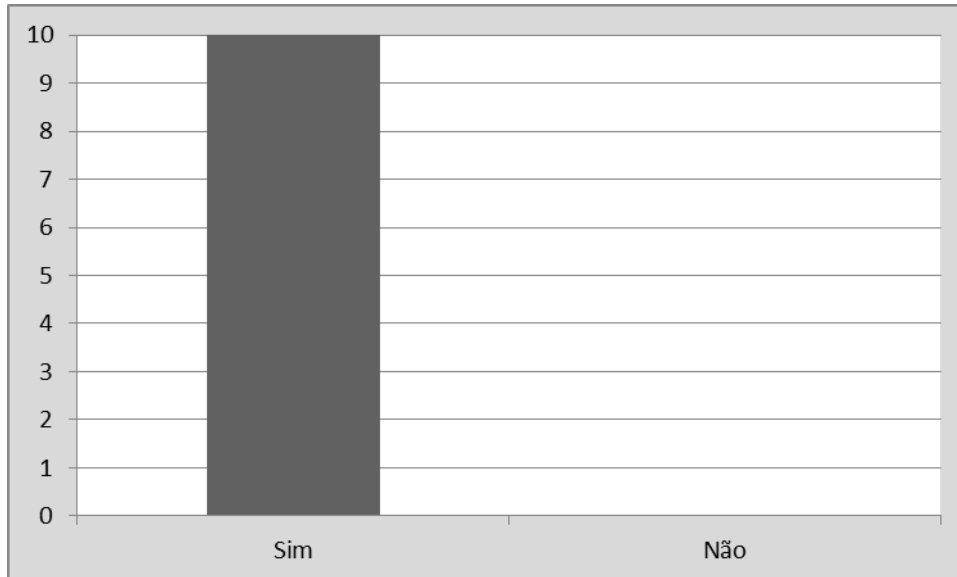
Satisfação dos entrevistados com o bairro



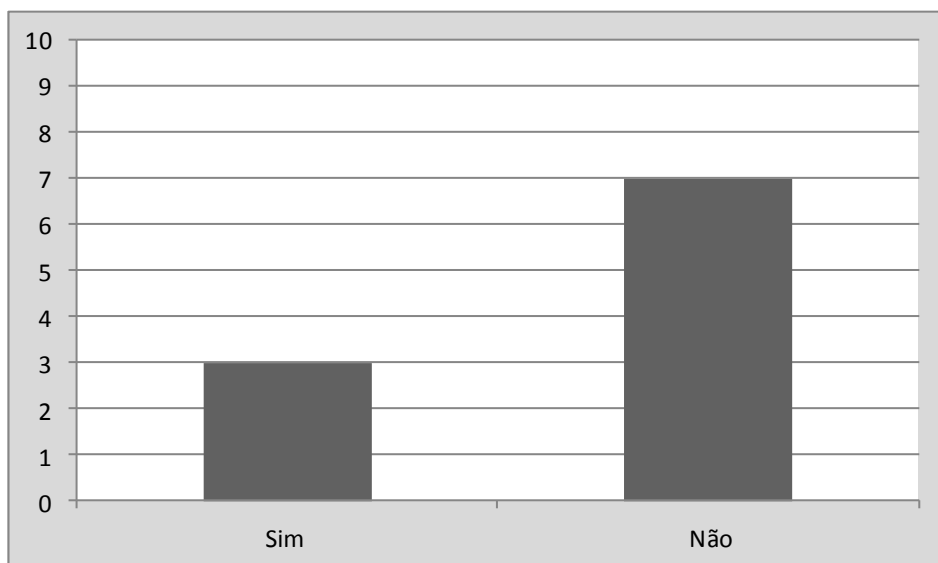
Quais as mudanças sentidas pelos entrevistados do anterior local para o atual



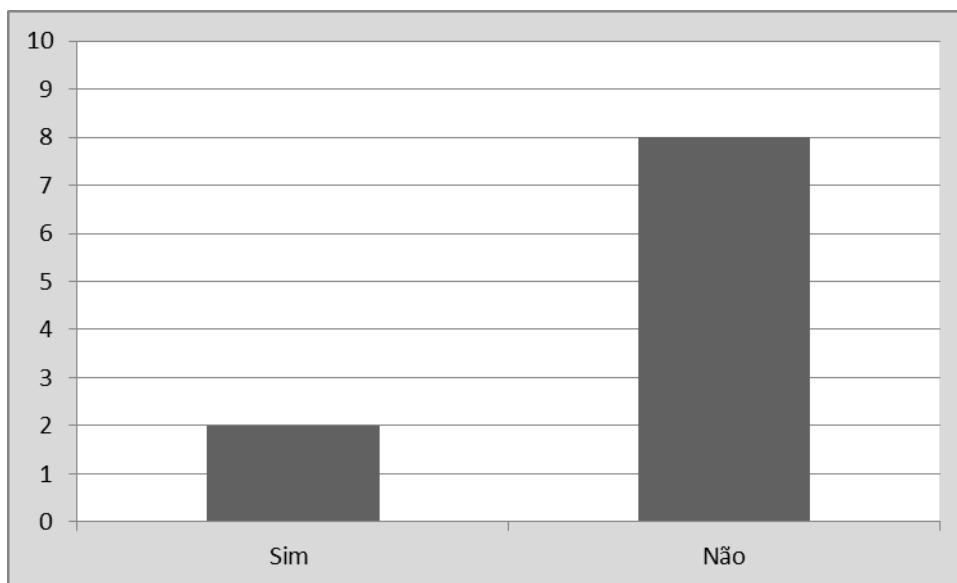
Se os entrevistados melhoravam o bairro



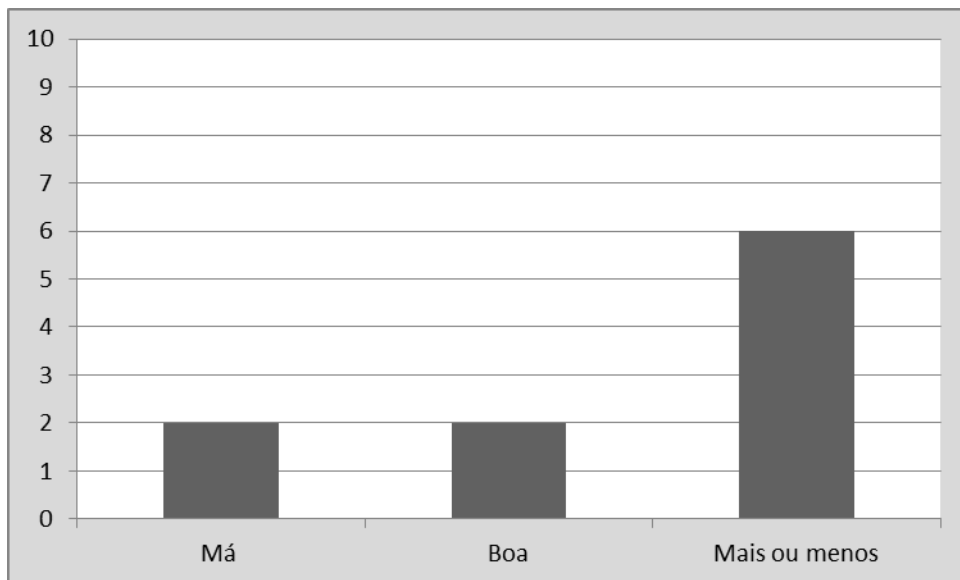
Se os entrevistados trocariam de bairro



Se os entrevistados já sentiram discriminação por viverem num bairro social



Relação dos entrevistados com a vizinhança



Anexos 3 – As entrevistas

Guião da Entrevista com os habitantes do bairro Monte Espinho (10 entrevistas)

As respostas à entrevista foram transcritas integralmente de forma a não desvirtuar os testemunhos relatados.

- ❖ Esta entrevista pretende determinar os níveis de qualidade de vida em situações de vulnerabilidade social, nomeadamente, no conjunto habitacional Monte Espinho na freguesia de Leça da Palmeira pertencente ao concelho de Matosinhos.

Data: __/__/2015

Hora inicial da entrevista:

I- DADOS DE IDENTIFICAÇÃO PESSOAL/FAMÍLIA

Data de Nascimento __/__/__ Morada_____

Bloco_____ Andar_____ Estado Civil_____

Número de filhos_____ Idades_____

Ocupação dos filhos_____

É portador/a de alguma doença

() SIM () NÃO Se **sim**, Qual?_____

Bairro ou freguesia anterior?_____

Motivo pela qual mudou de casa_____

Há quanto tempo é morador/a do Bairro Monte Espinho?_____

II – DADOS PROFISSIONAIS

Desempregado/a () SIM () NÃO () + 1 ano () -1 ano Subsídio: () SIM () NÃO

Reformado/a: () SIM () NÃO

Empregado/a: () SIM () NÃO Profissão:_____

Conta própria: () SIM () NÃO Contra de outrem: () SIM () NÃO

É beneficiário/a do RSI (Rendimento Social de Inserção) ? () SIM () NÃO

Outras pensões? () SIM () NÃO

III – HABILTAÇÕES LITERÁRIAS

() 1º ciclo (4º ano)

() 2º ciclo (6º ano)

() 3º ciclo (9º ano)

() Ensino secundário

() Ensino superior

() Cursos profissionais (quais?_____)

IV – IMAGEM DE QUALIDADE DE VIDA PARA OS MORADORES DO BAIRRO

4.1 O que é para si ter qualidade de vida? Porquê?

4.2 Considera que tem uma qualidade de vida aceitável? Se **sim**, porquê?

4.3 Se **não**, o que pensa que poderia melhorar a sua qualidade de vida?

4.4 Relativamente às outras famílias que vivem no bairro como avalia a sua qualidade de vida? Melhor ou pior? Quais as razões para isso acontecer (situação profissional, subsídios, etc.)?

4.5 Como se classifica: pobre, remediado, classe média, rico? Quais os principais fatores que pensa influenciarem essa hipótese por si escolhida (rendimento, situação profissional, número de filhos, etc.)?

4.6 Que condições teria de reunir o local idealizado por si para ter um máximo de qualidade de vida?

4.7 Consegue fazer face a todas as suas despesas? Ou necessita de ajuda de terceiros (amigos, família, vizinhos, outros)?

4.8 O que gostaria de melhorar no seu quotidiano/no seu trabalho?

4.9 Acha que há muita gente em Portugal a viver em condições semelhantes à sua? Se sim ou não, porque pensa que isso acontece?

4.10 Tem ideias sobre de que forma o Estado Português poderia ajudar as famílias que vivem em bairros?

V- O QUE OS MORADORES PENSAM QUANTO À SUA HABITAÇÃO

5.1 Relativamente à sua habitação anterior considera que a sua casa é suficientemente grande e que reúne todas as condições necessárias para o seu agregado familiar viver com qualidade de vida?

5.2 Quais as divisões em falta (wc extra, mais quartos, marquise, etc.)? Ou na sua opinião as divisões que precisam de, por exemplo, obras, eletrodomésticos necessários, etc.

VI – O QUE OS MORADORES PENSAM RELATIVAMENTE AO BAIRRO

6.1 Considera o seu bairro um bom sítio para viver?

6.1.1 Se **não**, o que melhoraria?

6.2 Quais as principais mudanças sentidas, quer sejam positivas e/ou negativas, do anterior local onde residia para o atual?

6.3 O que pensa que poderia ser melhorado no bairro, quer nas casas, quer no espaço envolvente?

6.4 Comparativamente com outros bairros que conhece no concelho de Matosinhos como qualifica o seu? Quais as principais diferenças que nota (casas, ambiente, espaço envolvente, segurança, criminalidade)?

6.5 Trocaria o seu bairro por um dos outros que conhece? Porquê?

6.6 Qual a sua relação com os seus vizinhos?

6.7 Alguma vez se sentiu discriminado de alguma forma por viver num bairro?

6.8 Alguma vez sentiu que os seus filhos foram discriminados por viverem num bairro?

6.8.1 Se sim, relate essas situações.

6.8.2 Se não, já assistiu a alguma outra situação do género?

6.9 Já alguma vez pensou acerca dos motivos pelos quais os habitantes de bairros são por vezes discriminados?

Hora final da entrevista:

